



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS CERRO LARGO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS**

**MARIÂNGELA BRUM FROTA**

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O**  
**DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA**  
**FRONTEIRA SUL - CAMPUS CERRO LARGO**

**CERRO LARGO - RS**  
**2017**

**MARIÂNGELA BRUM FROTA**

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL - *CAMPUS* CERRO LARGO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Cerro Largo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Enise Barth Teixeira

**CERRO LARGO - RS  
2017**

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Frota, Mariângela Brum

A Extensão Universitária como estratégia para o desenvolvimento regional: o caso da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Cerro Largo/ Mariângela Brum Frota. -- 2017.

114 f.:il.

Orientador: Enise Barth Teixeira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas - PPGDPP, Cerro Largo, RS, 2017.

1. Extensão Universitária. 2. Desenvolvimento regional. 3. Universidade e sociedade. 4. Demandas regionais. 5. UFFS. I. Teixeira, Enise Barth, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

MARIÂNGELA BRUM FROTA

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL - CAMPUS CERRO LARGO**

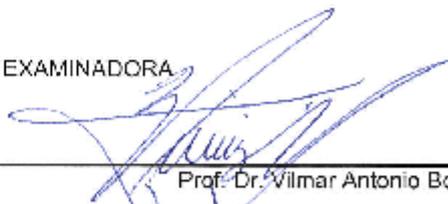
Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus Cerro Largo*, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Enise Barth Teixeira

Esta dissertação de mestrado foi defendida e aprovada pela banca em:

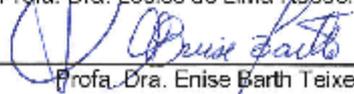
18/08/2017

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Vilmar Antonio Boff - URI

Profa. Dra. Louise de Lima Roedel Botelho - UFFS



Profa. Dra. Enise Barth Teixeira - UFFS

## AGRADECIMENTOS

Uma dissertação não é fruto de um trabalho individual. Ela é a culminância de dois anos de estudos, que foram possíveis graças a familiares, professores e colegas que de muitas formas, contribuíram. Meu agradecimento especial ao meu esposo Alexandre, que esteve ao meu lado em todos os momentos, com o seu incentivo, apoio e auxílio, principalmente na minha dupla jornada de mãe e profissional. Às minhas filhas Alice e Clarissa, pela compreensão nos momentos de ausência, pelo carinho e por ser o motivo de eu estar em constante busca do meu aperfeiçoamento, principalmente como ser humano. À minha mãe Marí, que sempre me incentivou a dar continuidade à vida acadêmica, cujo primeiro passo foi por ela oportunizado, garantindo que eu concluísse a graduação.

Aos professores do Mestrado, pelos conhecimentos e experiências compartilhados; em especial à minha orientadora, professora Enise Barth Teixeira; aos colegas, pela parceria e convivência; a todos os participantes da pesquisa, pela disponibilidade, que foi primordial para que esse trabalho se concretizasse.

Agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), por oferecer o primeiro Mestrado público gratuito da região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, oportunizando a realização do sonho de pessoas que, assim como eu, não teriam condições de realizar os estudos de Pós-graduação em instituições particulares, ou em outras regiões do Estado. Igualmente, agradeço à UFFS, na condição de servidora, por disponibilizar as horas de afastamento para a realização do Mestrado; e aos colegas da Assessoria de Comunicação do *Campus Cerro Largo*, pela compreensão e cooperação.

Por fim, quero agradecer a Deus pela oportunidade de progredir na minha jornada, desejando que, no exercício da minha função, para além dos conhecimentos teóricos adquiridos, o título de mestre permita, de alguma forma, beneficiar ou auxiliar os meus semelhantes.

*Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância”, para “salvar”, com este saber, os que habitam nessa.*

*Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 2006, p. 25)*

## RESUMO

A Extensão Universitária é um processo educativo, cultural e científico que, de forma indissociável, articula o Ensino e a Pesquisa, constituindo-se num espaço potencialmente importante para a realização da prática e troca recíproca de saberes entre a academia e a sociedade, além de ser um instrumento de formação acadêmica e profissional. Caracteriza-se como atividade de relevância social, contudo, constantemente recebe o estigma de ser inferiorizada perante as demais funções do fazer acadêmico. Nessa perspectiva, esta dissertação objetiva analisar a experiência de Extensão Universitária da UFFS – *Campus Cerro Largo*, no período de 2010 a 2016, identificando as práticas, as possibilidades e os limites da sua contribuição para o desenvolvimento regional sustentável. A pesquisa quanto à abordagem é qualitativa, classificando-se, segundo a sua natureza, como aplicada. Do ponto de vista dos objetivos é descritiva, delimitada pelo estudo de caso simples. Com relação aos procedimentos técnicos é bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa foi realizada na UFFS – *Campus Cerro Largo*, situado no estado do Rio Grande do Sul. Para a coleta dos dados foi realizada pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, e recorreu-se a técnica de entrevista semiestruturada, que foi realizada com gestores da instituição, com os coordenadores e participantes de programas/projetos de Extensão. O recorte definido contemplou dois Programas e dois Projetos de Extensão. A análise e a interpretação dos dados operacionalizaram-se pela análise de conteúdo. Os resultados revelam que os limites dessa atuação estão relacionados a restrições de ordem operacional, ideológica e orçamentária. Apesar dessas questões limitantes, o estudo demonstrou que a Extensão Universitária na UFFS tem avançado e constitui-se num espaço de participação social, de visibilidade e credibilidade das atividades acadêmicas. A Extensão Universitária favorece o desenvolvimento regional, na medida em que promove a aproximação da universidade com a sociedade, e consegue sensibilizar a academia com relação às demandas regionais, articulando o Ensino e a Pesquisa de modo a potencializar a formação acadêmica e profissional.

Palavras-chave: Extensão Universitária, desenvolvimento regional, universidade e sociedade, UFFS.

## ABSTRACT

The University Extension is an educational process, cultural and scientific process that, inseparably, articulates teaching and research, constituting a potentially important space for the achievement of the practice and mutual exchange of knowledge between academy and society, in addition to being an instrument of academic and professional training. Characterized as an activity of social relevance, constantly receives the stigma of being inferiorized before all other functions of the academic making. From this perspective, this dissertation aims to analyze the experience of University Extension of Federal University of Fronteira Sul - *Campus Cerro Largo*, in the period from 2010 to 2016, identifying the practices, the possibilities and the limits of its contribution to sustainable regional development. With regard to methodological aspects, the research, as to the approach, is qualitative, classifying, according to their nature, as applied. From the point of view of the goals is descriptive, outlined by the study of simple case. With respect to technical procedures is bibliographic, documental and field. The survey was conducted in the UFFS - *Campus Cerro Largo*. For data collection we used the technique of structured interview, applied to managers of the institution, coordinators and participants of extension programs/projects. The analysis and interpretation of data was operationalized by content analysis, from five categories defined in advance. The results show that the University Extension promotes regional development, as it promotes the approximation of the university with society, and manages to make the academy with respect to regional demands, articulating the teaching and research in order to enhance academic and professional training. The limits of this activity are related to restrictions on operating order, ideological and budget. Despite these limiting issues, the University Extension in UFFS has advanced and is an area of social participation, visibility and credibility of academic activities. The University Extension promotes regional development, as it promotes the approximation of the university with society, and manages to make the academy with respect to regional demands, articulating the teaching and research in order to enhance the academic and professional.

**Keywords:** University Extension, regional development, university and society, UFFS.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Liberdades instrumentais de Amartya Sen.....	18
Figura 1 – <i>Tripple bottom line</i> .....	23
Quadro 2 – Os cinco pilares do desenvolvimento .....	24
Quadro 3 – Diretrizes para as ações de Extensão Universitária.....	41
Figura 2 – Desenho da pesquisa.....	45
Quadro 4 – Programas/projetos de Extensão selecionados para a pesquisa.....	46
Quadro 5 – Sujeitos da pesquisa.....	47
Quadro 6 – Categorias de Análise.....	50
Figura 3 – Organograma da PROEC.....	53
Quadro 7 – Objetivos específicos das ações de Extensão.....	57
Quadro 8 - Ações/Fórums Temáticos da I COEPE – temáticas prioritárias da Extensão da UFFS.....	58
Quadro 9 – Áreas temáticas das atividades de Extensão.....	59
Quadro 10 – Classificação das ações de Extensão.....	60
Gráfico 1 – Ações de Extensão do Campus Cerro Largo 2010 – 2016.....	61
Quadro 11 – Relação de editais de Extensão.....	62
Gráfico 2 – Recursos do PROEXT 2012 – 2016.....	63
Quadro 12 –. Programa de Formação Macromissioneira .....	64
Quadro 13 – Programa da ITCEES.....	68
Quadro 14 –. Projeto Cidadania, Gênero e Diversidade Étnica.....	70
Quadro 15 –. Projeto de Implantação de Hortas e Pomares.....	71
Quadro 16 – Categoria 1 - Papel da Extensão Universitária.....	72
Quadro 17 – Categoria 2 - Operacionalização do Ensino/Pesquisa/Extensão.....	75
Quadro 18 – Categoria 3 - Avanços/desafios da Extensão.....	79
Quadro 19 – Categoria 4 - Contribuições da Extensão para o desenvolvimento regional.....	82
Quadro 20 – Categoria 5 - Eixos temáticos e desenvolvimento regional.....	87

## LISTA DE SIGLAS

ASCOM – Assessoria de Comunicação

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

COEPE – Conferência em Ensino, Pesquisa e Extensão

COOPACEL – Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura de Cerro Largo

COOPERCAUN – Cooperativa de Catadores Unidos pela Natureza

CPERS – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

CRUTAC – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FETRAF SUL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil

FORPROEX – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

GT – Grupo de Trabalho

IES – Instituição de Ensino Superior

IESA – Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo

IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

ITCEES – Incubadora Tecnosocial de Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

ITECSOL – Incubadora de Tecnologia Social da UNIJUÍ

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

ONU – Organização das Nações Unidas

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PET – Programa de Ensino Tutorial

PNE – Plano Nacional de Educação

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PPI – Projeto Político Institucional

PROEC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

PROEXT – Programa de Extensão Universitária  
PROEXTE – Programa de Fomento à Extensão Universitária  
PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Solidárias  
REMAF – Rede de Cooperativas, Associações e Agroindústrias da Agricultura Familiar do Território Missões  
RENEX – Rede Nacional de Extensão  
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão  
SESU – Secretaria de Educação Superior  
SETREM – Sociedade Educacional Três de Maio  
SIEX – Sistema de Informação da Extensão  
SINDES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
SISU – Sistema de Seleção Unificada  
SMED – Secretaria Municipal de Educação  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul  
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UNICRUZ – Universidade de Cruz Alta  
UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino - Americana  
UNILAB – Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2</b>	<b>PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO</b> .....	15
2.1	Conceito de Desenvolvimento – Considerações Iniciais .....	15
2.2	Desenvolvimento Regional.....	18
2.3	Desenvolvimento Sustentável .....	23
<b>3</b>	<b>UNIVERSIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA</b> .....	26
3.1	Universidade .....	26
3.2	Extensão Universitária.....	31
<b>4</b>	<b>CAMINHO METODOLÓGICO</b> .....	44
4.1	Tipo de Pesquisa.....	44
4.2	Unidade de Análise .....	45
4.3	Sujeitos da Pesquisa .....	46
4.4	Coleta dos Dados .....	47
4.5	Análise dos Dados .....	49
4.6	Questões Éticas .....	50
<b>5</b>	<b>APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	51
5.1	A Universidade Federal da Fronteira Sul.....	51
5.2	A Extensão Universitária na UFFS .....	53
5.2.1	O panorama da Extensão na UFFS – <i>Campus Cerro Largo</i> .....	61
5.3	Efetividade dos Programas/Projetos de Extensão da UFFS – <i>Campus Cerro Largo</i> .....	63
5.4	A Extensão Universitária na ótica dos Atores Sociais envolvidos .....	72
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	90
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	92
	<b>APÊNDICE A</b> – Roteiro Semiestruturado de Entrevista – Gestores da UFFS .....	99
	<b>APÊNDICE B</b> – Roteiro Semiestruturado de Entrevista – Coordenadores de Programa/Projetos de Extensão da UFFS .....	100
	<b>APÊNDICE C</b> – Roteiro Semiestruturado de Entrevista – Participantes de Programa/Projetos de Extensão da UFFS .....	101
	<b>APÊNDICE D</b> – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) .....	102
	<b>APÊNDICE E</b> - Ações de Extensão contempladas por Editais Externos .....	104
	<b>APÊNDICE F</b> – Ações de Extensão contempladas por Editais Internos.....	106
	<b>APÊNDICE G</b> – Ações de Extensão de Demanda Espontânea.....	112



## 1 INTRODUÇÃO

A Extensão Universitária é um processo educativo, cultural e científico amplo, que instrumentaliza e articula o Ensino e a Pesquisa de maneira indissociável, capaz de promover uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade (RODRIGUES, 2003). Tem como objetivo entre outros fatores, a contribuição da universidade no desenvolvimento regional sustentável e solidário. Este, por sua vez, depende de aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais, que estão ligados a contextos históricos e geográficos.

A Extensão, como um dos três pilares da academia, é o que tem mais proximidade com a sociedade, podendo contribuir potencialmente para o desenvolvimento regional ao intervir, por meio da produção e socialização do conhecimento, na criticidade e emancipação dos sujeitos (NAVES, 2015).

Como instituições produtoras do conhecimento, as universidades devem estar preparadas a ofertar aos governos e à sociedade as teorias, processos e tecnologias capazes de estimular o desenvolvimento. Para tanto, é preciso que os produtos da universidade, assim como os profissionais que dela emanam, não se restrinjam somente a uma visão da esfera econômica, ou seja, que o desenvolvimento que ela induz esteja, acima de tudo, articulado aos interesses e valores sociais, de caráter ético e sustentável (POLÍTICA..., 2012).

A Extensão constitui-se, portanto, num espaço potencialmente importante para a realização de práticas e troca recíproca de saberes entre a universidade e a sociedade, que, num clima de cooperação e parceria podem – e devem – construir uma relação transformadora, em que a Extensão possa ser (ao menos) parte da solução dos problemas sociais.

Nesse contexto, insere-se a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que a partir de programas e projetos de Extensão, busca, entre outros objetivos, estreitar os laços com a comunidade. Concebida a partir de um processo histórico de mobilização de diversos segmentos sociais e criada em 2009, a UFFS tem a característica singular de promover a cultura da participação e construção coletiva no seu processo de consolidação. Dentre os princípios norteadores estabelecidos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFFS, destaca-se a “integração orgânica das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão desde a origem da Instituição”; e “Universidade de qualidade, comprometida com a formação de cidadãos conscientes

e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do país” (TREVISOL; CORDEIRO; HASS, 2011, p. 31).

A Extensão Universitária partindo da produção do saber assume o papel de oportunizar o debate e a socialização do seu produto – o conhecimento – e assim constitui-se num espaço crucial de interação com a sociedade, estabelecendo com ela conexões capazes de contribuir no processo de desenvolvimento. Na medida em que dialoga com a sociedade por intermédio da Extensão, a universidade exerce influência no campo da cultura, da política, da tecnologia e da economia, podendo contribuir para a redução das adversidades.

Levando-se em conta o caráter específico da UFFS, que foi gestada a partir de demandas da comunidade e dos movimentos sociais, e tem em seus princípios o compromisso para com a sua região de abrangência, e na sua missão a promoção do desenvolvimento regional integrado, de maneira a reconhecer as demandas sociais e atuar em benefício também daqueles que se encontram às margens do espaço universitário, a temática desse estudo é a Extensão Universitária na Perspectiva do Desenvolvimento.

Frente ao exposto, questiona-se: de que forma a Extensão Universitária desenvolvida pela UFFS – *Campus Cerro Largo* vem contribuindo para a promoção do Desenvolvimento Regional? O objetivo geral desta dissertação é analisar a experiência de Extensão Universitária da UFFS – *Campus Cerro Largo*, no período de 2010 a 2016, identificando as práticas, as possibilidades e os limites no que concerne a sua contribuição para o desenvolvimento regional.

Como objetivos específicos, o estudo busca: a) identificar as áreas de Extensão desenvolvidas no *Campus Cerro Largo*, de acordo com definições da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE, 2010) e a Política de Extensão da UFFS; b) descrever os programas/projetos de Extensão desenvolvidos na UFFS - *Campus Cerro Largo*, no período de 2010 a 2016; c) compreender a percepção dos diferentes atores sociais sobre os programas e projetos de extensão universitária e o desenvolvimento regional; e d) analisar a efetividade dos programas/projetos com relação aos seus objetivos, metas e conclusões das propostas.

A UFFS apresenta em sua missão e perfil, princípios que expressam compromissos para com a Educação Superior e a sua região de abrangência. É sua

atribuição, portanto, reconhecer as demandas sociais e atuar de maneira a beneficiar também aqueles que se encontram às margens do espaço universitário, considerando a pluralidade, a diversidade, o contexto histórico e econômico da região.

Dessa forma, a universidade é responsável pela aproximação dos saberes que produz com a sociedade onde se insere, e, nesse contexto, a Extensão Universitária se apresenta como uma dimensão que contribui significativamente para atender a esses compromissos, respondendo aos desafios sociais principalmente em relação ao âmbito local e regional (COELHO, 2014).

É notório que a comunidade regional tem para com a UFFS um sentimento de pertencimento e de protagonismo, devido a sua expressiva participação no processo de criação e consolidação da instituição. A expectativa de integração com a Universidade para empreender estudos que oportunizem o fortalecimento da agricultura, a preservação ambiental, as práticas cooperativas e solidárias, a valorização e qualificação da Educação, além da produção científico-tecnológica (fatores que podem impulsionar o desenvolvimento regional) entre outros, emerge da comunidade com força total, causando, sobremaneira, certa “pressão social” na instituição.

A Extensão Universitária constitui um importante vínculo entre a universidade e sociedade, e ressalta-se a relevância desse estudo na medida em que ele intenta evidenciar a relação da universidade com a comunidade regional, reforçando um compromisso assumido desde a sua implantação.

Considera-se, ainda, que a compreensão das dinâmicas desenvolvidas nos espaços de produção dos diferentes saberes – os que a universidade concebe, e os que a sociedade disponibiliza – no âmbito das ações extensionistas realizadas no *Campus Cerro Largo*, possibilita elucidar o panorama da Extensão Universitária no *Campus*, contribuindo para a reflexão sobre os caminhos dessa atividade, podendo auxiliar também, subsidiariamente, na Política de Extensão da UFFS. Paralelamente, o conjunto de informações oriundas da pesquisa proposta neste estudo, poderá dar mais visibilidade à Extensão no *Campus*, considerando a visão difusa que a comunidade regional (e até mesmo a acadêmica) tem acerca dessa prática.

Quanto à aderência deste estudo com o Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas, a proposta se ajusta aos objetivos específicos do Programa, no

que se refere a: “avaliar experiências de desenvolvimento, identificando possibilidades e limites; promover a atualização de referenciais teóricos com foco na interdisciplinaridade”; o tema Extensão Universitária tem caráter predominantemente interdisciplinar, pois agrega áreas distintas do conhecimento. No tocante à linha de pesquisa em que o estudo está inserido - Estado, Sociedade e Políticas de Desenvolvimento – a proposição se relaciona com o fenômeno do Desenvolvimento Regional, além do tema Cultura, Educação e Desenvolvimento.

O interesse e a motivação pessoal pelo tema da pesquisa surgiram em virtude da pesquisadora atuar profissionalmente no setor de Assessoria de Comunicação (ASCOM) da UFFS - *Campus* Cerro Largo, no compromisso de publicizar as atividades desenvolvidas pela universidade. Considerando que grande parte da divulgação realizada pelo setor diz respeito à divulgação das ações de Extensão, especialmente com foco na comunidade regional, surgiu o interesse em compreender como essas dinâmicas – de relação da universidade com a comunidade – acontecem por meio da Extensão, e quais rumos estão seguindo.

A estrutura da dissertação em tela está composta por cinco capítulos: primeiramente a introdução, onde consta a apresentação do estudo, os objetivos, o problema de pesquisa e a justificativa. O segundo capítulo refere-se às perspectivas do tema Desenvolvimento, apresentando as principais concepções à luz da literatura. No terceiro capítulo, é abordada a contextualização histórica da Universidade e a sua relação com a sociedade, apresentando, ainda, a trajetória e o panorama nacional da Extensão Universitária.

O quarto capítulo descreve o caminho metodológico percorrido, tipologia da pesquisa, unidade de análise, os sujeitos de pesquisa, a coleta e a análise dos dados, além das questões éticas. No quinto capítulo são apresentados os dados da realidade analisada: a Universidade Federal da Fronteira Sul; A Extensão Universitária na UFFS, bem como a discussão dos resultados obtidos na pesquisa e a percepção dos atores sociais entrevistados. Por fim, constam as considerações finais e as referências bibliográficas, seguidas dos apêndices.

## 2 PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO

Este capítulo apresenta três seções: o conceito de desenvolvimento, o desenvolvimento regional e o desenvolvimento sustentável.

### 2.1 Conceito de Desenvolvimento – Considerações Iniciais

O desenvolvimento é um conceito polissêmico, abordado em diferentes perspectivas, que destacam as concepções econômica, social e ambiental. No enfoque de Bresser-Pereira (2006) o desenvolvimento é imperativo de crescimento econômico e de estratégias nacionais. Paiva (2005) aborda o desenvolvimento como a ampliação sustentável da oferta e da apropriação de bens materiais e culturais por parte de uma determinada comunidade. Bassan; Siedenberg (2010) identificam o desenvolvimento como processo de transformação, progresso, modernização e forma de redução de desigualdades.

Por sua vez, Ribeiro (2008, p. 117) considera como um campo de poder formado por muitas redes e instituições: “desenvolvimento é um dos discursos mais inclusivos no senso comum e na literatura especializada”, com importância para a organização de relações sociais, políticas e econômicas. Na sua amplitude, o desenvolvimento permite muitas apropriações e leituras distintas. Em contínuo processo de transformação, o desenvolvimento apresenta variações e tentativas de reformulações, que “se expressam nos numerosos adjetivos que compõem parte de sua história: industrial, capitalista, para dentro, para fora, comunitário, desigual, dependente, sustentável, humano” (RIBEIRO, 2008, p. 118).

Difícilmente esse conceito seria aplicado na prática, sem que houvesse nenhuma consequência, pois, sendo o desenvolvimento propulsor de mudanças, transforma sobremaneira os cenários por onde desponta. Nesse sentido, os estudos de Lisboa (1995) identificam a possibilidade de ser excludente e perturbar o equilíbrio da natureza e da sociedade. Lisboa (1995, p. 15) trata o desenvolvimento como “um caminhar na contramão da natureza e da sociedade”, responsável pela desestabilização “do equilíbrio global. [...] O que está em jogo não é a realização de uma sociedade justa, mas sim o desenvolvimento das forças produtivas [...] de tipo individualista-consumista não generalizável para toda a sociedade”.

O conceito de desenvolvimento é, etimologicamente, a negação (des) daquilo que está envolvido e protegido. Ele é prisioneiro da ideia de progresso material, econômico, ou seja: apesar de muitas vezes ele vir com a qualificação de “sustentável”, “humano”, “local”, em última instância o que se busca é o desenvolvimento econômico, ou seja, um acúmulo cada vez maior e dirigido ao infinito de bens e serviços. Obviamente isto é uma

corrida louca e insustentável. Não existem recursos materiais, nem humanos ou tecnológicos capazes de viabilizar o imaginário do desenvolvimento, ainda mais se o que queremos com equidade e justiça: o desenvolvimento é intrinsecamente aristocrático, pois somente poucos podem realizá-lo.

Nessa perspectiva o desenvolvimento mostra a sua face excludente, ou seja, apenas uma pequena parcela da humanidade estaria apta a alcançá-lo: aqueles que detêm o capital, e o custo desse desenvolvimento seria demasiado alto, pois nem mesmo os recursos existentes dariam conta de atingi-lo. O desenvolvimento se revela como um “contaminante” da natureza e das culturas, pois a expansão contínua do consumo material não é viável nem prorrogável ao infinito. Dessa forma a humanidade se encontra “enferma do desenvolvimento” (Morin apud LISBOA, 1995).

Abordando o desenvolvimento num cenário mundial de grandes mudanças políticas, tensões sociais e constante degradação do meio ambiente, Sachs (2008) estabelece o debate sobre o desenvolvimento do crescimento econômico na medida em que os objetivos vão além da mera multiplicação da riqueza material. Para o alcance de uma vida melhor e mais completa, o crescimento econômico é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente - muito menos é um objetivo em si mesmo.

No contexto histórico em que surgiu o desenvolvimento, a sua ideia implica na “expição e a reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres” (SACHS 2008, p. 13). Ao tratar do desenvolvimento, tal como se conhece hoje, o autor afirma que essa reflexão teve início nos anos 40, no contexto da reconstrução da periferia devastada da Europa no pós-guerra. Havia a urgência de um estado desenvolvimentista ativo para instituir regimes democráticos preparados para a dupla tarefa de reerguer-se do pós-guerra e superar o atraso econômico e social (SACHS, 2008, p. 30):

Em grande medida, o trabalho da primeira geração de economistas do desenvolvimento foi inspirado na cultura econômica dominante da época, que pregava a prioridade do pleno emprego, a importância do Estado de Bem-Estar, a necessidade de planejamento e a intervenção do Estado nos assuntos econômicos para corrigir a miopia e insensibilidade social dos mercados.

No entendimento de Siedenberg (2010, p. 157) o “conceito de desenvolvimento tinha um forte cunho antropológico e teológico” desde os tempos

remotos até a Idade moderna, sendo um processo gradual, que aos poucos se revela:

No contexto das filosofias progressistas dos séculos XVIII e XIX, o conceito foi associado com uma concepção otimista, de que indivíduos e sociedades fossem capazes de moldar, pelas próprias forças, um novo mundo, cada vez melhor: através da observação meticulosa, deveria ser possível identificar e classificar as diferentes fases.

O desenvolvimento passou a ter, do mesmo modo, o significado de processo, movimento, mudança e libertação, no sentido de melhoria da qualidade de vida da humanidade. Para o autor, passou a expressar também “transição”, tendo em vista a busca pelo progresso e modernização, o que caracterizou o processo de “ocidentalização” do mundo, onde as sociedades tradicionais sofreram a imposição de valores econômicos, políticos e culturais. Destaca ainda que esse processo, evidente até meados de 1950, levou sociedades tradicionais e países não desenvolvidos a um grande impasse: de um lado adequar-se aos parâmetros e modelos ocidentais de desenvolvimento, e de outro, permanecer nas tradições e culturas antiquadas, rejeitando o progresso e a tecnologia (SIEDENBERG, 2010).

Por outro lado, Sen (2010) apresenta uma abordagem distinta, destacando a liberdade como “conceito central da rede conceitual do desenvolvimento” (PINHEIRO, 2012, p. 10). Essa visão contrasta com as visões tradicionais, que relacionam o desenvolvimento ao crescimento da renda, à industrialização e ao avanço tecnológico. Nos últimos quarenta anos o termo desenvolvimento foi ampliado e deixou de denotar somente fenômenos econômicos, sendo incorporados ao termo expressões como desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano. De acordo com Pinheiro (2012, p. 8) “uma concepção adequada do desenvolvimento tem de ir muito além da acumulação de riqueza, do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e de outras variáveis relacionadas à renda”. O fim último do desenvolvimento é o bem das pessoas, associado à liberdade e à capacidade pessoal de obter a vida que se deseja (SEN, 2010).

Sob a ótica do desenvolvimento como liberdade, o processo implica na condição de agente – indivíduo que causa mudança no ambiente de maneira livre e racional – das pessoas, ou seja, é fundamental reconhecer simultaneamente a centralidade da liberdade individual e a força das influências sociais sobre essa liberdade. É preciso entender a liberdade individual como um comprometimento social, pois ela pode ser afetada por questões como a pobreza, a política, a

economia, e a exclusão social, entre outras. Assim, as políticas de desenvolvimento requerem a identificação e o combate a esses fatores que são as “fontes de privação das liberdades dos indivíduos” (PINHEIRO, 2012, p. 14).

Destacando que o desenvolvimento deve objetivar, acima de tudo, a expansão da liberdade das pessoas, Sen (2010) afirma que quanto maior a liberdade de um indivíduo, mais ele melhora a si e influencia positivamente a comunidade onde vive. O autor traz os postulados de liberdade substantiva e liberdade instrumental, diferenciando-as nos seguintes aspectos: a primeira se refere àquilo que enriquece a vida do indivíduo, ou o que ele atinge com um fim; a segunda trata dos meios os quais se utiliza para obter os fins. “As liberdades instrumentais (quadro 1) são tipos de liberdades que servem de instrumentos para que o indivíduo aumente a sua liberdade substantiva total” (PINHEIRO, 2012, p. 16).

Quadro 1 - Liberdades instrumentais de Amartya Sen

<b>Liberdades políticas</b>	Oportunidades das pessoas com relação às escolhas políticas – quem deve governar e com base em que princípios.
<b>Facilidades econômicas</b>	Oportunidade de utilização de recursos econômicos – consumo, produção ou troca.
<b>Oportunidades sociais</b>	Arranjos sociais para prover educação, saúde, etc.
<b>Garantias de transparência</b>	Liberdade de se relacionar com o próximo, em condições de dessegredo e clareza.
<b>Segurança protetora</b>	Arranjos sociais determinados a proteger as parcelas mais vulneráveis da população.

Fonte: Adaptado de Sen, 2010.

Em seus estudos, Sen (2010) compara duas estratégias de desenvolvimento: as decorrentes do crescimento, e as apoiadas socialmente. Com base no crescimento econômico, essa estratégia requer a necessidade de mantê-lo até que seja possível dividir em “fatias” que possam beneficiar a todos, ainda que à custa da concentração de renda. As questões sociais ficam secundarizadas até que a renda atinja um determinado nível. Por outro lado, a estratégia apoiada socialmente prioriza a capacidade e a liberdade do indivíduo, obtendo crescimento econômico por meio da ampliação das capacidades individuais. Dessa forma, a renda - ou riqueza – pouco retrata a situação real das pessoas, sendo insuficiente para indicar o bem-estar coletivo.

## 2.2 Desenvolvimento Regional

A relação entre o desenvolvimento e região ocorre na medida em que é nesse lócus que acontecem as conexões humanas e sociais ao longo dos anos,

evidenciando questões históricas e geográficas. O termo região originou-se a partir do latim *regione*, e desde seus primórdios, de acordo com Paiva (2005, p. 2), a regionalização objetiva o regramento do território. “Uma região é uma construção social, e não somente uma entidade física”. Especificamente, uma região é o resultado de um processo de regionalização. E “este processo (assim como seus resultados) é função dos objetivos daqueles que o encetam”. Assim, o “desenvolvimento é a ampliação sustentável (nos planos econômico, social e ambiental) da oferta e da apropriação de bens materiais e culturais por parte de uma determinada comunidade” (PAIVA, 2005, p.2).

As teorias que tratam sobre o desenvolvimento regional, mencionam uma “força motora”, que por meio de reações em cadeia, influencia as demais atividades econômicas (MADUREIRA, 2015). Em se tratando do desenvolvimento regional, a sociedade local tem participação no planejamento contínuo da ocupação, do espaço e na distribuição dos produtos do processo de crescimento. (OLIVEIRA; LIMA, 2003).

De acordo com Madureira (2015), as teorias do desenvolvimento regional servem como alicerce às políticas econômicas que impulsionam a sociedade regional. Para Cavalcante (2008), os anos 50 foram frutíferos com relação à expansão ou ao surgimento das novas teorias sobre o desenvolvimento regional. No caso da América Latina, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) contribuiu eficazmente na divulgação e na discussão dessas teorias.

As correntes de pensamento predominantes sobre o assunto dividiam-se em: a) teorias desenvolvidas a partir dos trabalhos de Von Thünen (1926) e Isard (1956), que priorizavam o fator localização; b) teorias que evoluíram da abordagem de Marshall (1890) e Keynes (1936), cujos principais representantes foram Perroux (1967), Myrdal (1965) e Hirschman (1961), enfatizando o desenvolvimento por meio da industrialização (MADUREIRA, 2015).

Com relação ao Brasil, as práticas participativas que visam ao desenvolvimento regional têm se ampliado, por meio de atuação de atores sociais na elaboração de políticas públicas. Bandeira (1999, p. 5) nesse contexto, explica que:

A crescente difusão desse enfoque pode ser atribuída, por um lado, ao próprio avanço da democratização do país e, por outro, a uma nova abordagem que se vem tornando dominante no contexto internacional, que enfatiza a importância da participação da sociedade civil e da articulação de

atores sociais para as ações relacionadas com a promoção do desenvolvimento.

Conseqüentemente, a consulta dos segmentos direta ou indiretamente interessados na elaboração de programas e projetos de desenvolvimento regional tornou-se prática recorrente. Em função disso, são inúmeras as comissões criadas com o intuito de acompanhar a execução de programas e ações setoriais, principalmente na área social. O âmbito desse acompanhamento efetiva-se nas esferas municipal, estadual e federal, com a assistência de representantes dos diversos segmentos da sociedade civil (BANDEIRA, 1999).

Os estudos de Bassan e Siedenberg (2010) chamam a atenção para o fato de que o desenvolvimento atualmente relaciona-se a uma nova dimensão que leva em conta as necessidades e a qualidade de vida dos indivíduos, além da eficiência produtiva. Nessa perspectiva, o cidadão é considerado como atuante no processo de desenvolvimento de sua região, o que requer a valorização das características da sua cultura e história, além dos aspectos físicos e naturais, permitindo uma melhor aplicação de políticas que possam favorecer a região nos aspectos econômicos e sociais. De acordo com os referidos autores, a cada região cabe determinar o seu estilo próprio de desenvolvimento, num crescente processo de autonomia de decisão. A existência de um processo de crescimento de renda e produtividade, além da capacidade da região de diversificar a base econômica e gerar sustentabilidade, são condições para que aconteça o desenvolvimento regional. Somado a esses fatores, o processo de desenvolvimento regional envolve ainda, o aproveitamento das vantagens comparativas, ou seja, se beneficiar dos recursos e das especificidades de cada região, sempre com conscientização e mobilização social, buscando maximizar os recursos naturais disponíveis.

Um país de diversidade cultural e histórica como o Brasil, onde a multiplicidade regional é expressiva, com formação e tradições de vários matizes, a busca pelo desenvolvimento deve centrar-se na realidade local, existindo o interesse da comunidade e do governo na implantação de projetos que reflitam essas diferenças e necessidades da localidade. Porém, o cenário atual é de um mundo globalizado, que exige a participação num mercado cada vez mais exigente, onde as regiões precisam desenvolver a sua economia. O desafio é promover o desenvolvimento de maneira proporcional, considerando os aspectos econômicos e

sociais, colocando num mesmo “nível” a valorização da vida, o bem estar e a melhoria da renda da população (BASSAN; SIEDENBERG, 2010).

A reavaliação dos processos produtivos e das estratégias políticas, além de proposições que criem conexões interpessoais, e entre grupos sociais, são indispensáveis para que haja a participação e a valorização dos seres humanos, desde que não sejam excludentes, mas facilitadoras desse processo (ROTTA, 1999). Tendo em vista esse debate, é preciso que as questões do desenvolvimento regional sejam discutidas de maneira aprofundada, para que haja, de fato, a sua efetiva reformulação e avaliação, garantindo assim, um padrão de vida mais adequado à população localizada em diversos pontos de um território. A política regional deve ter o foco em questões de infraestrutura física como energia, logística, mobilidade urbana; além dos fatores sociais como educação, saúde e moradia, objetivando minimizar as causas das desigualdades entre as regiões (REZENDE, 2013).

Desenvolvimento e educação estão iminentemente conectados. A literatura sobre Economia traz, em seus postulados, a relevância que o conhecimento tem para impulsionar o desenvolvimento. As bases dessa concepção vieram de Adam Smith, que afirmou que o conhecimento acumulado pelos trabalhadores era capaz de gerar capital (SERRA; ROLIM, 2013). Posteriormente, a educação se configuraria como capital humano, transformando a sua importância em proporcionar conhecimentos e capacidades que habilitariam os agentes a competir numa economia globalizada. A educação superior, a partir das universidades, passou a representar um papel que vai além de suas funções de ensino e pesquisa: configuram-se como propulsoras do engajamento regional em prol do desenvolvimento, transcendendo o caráter econômico e atuando significativamente nas questões sociais e culturais, além de contribuir para a formação de massa crítica.

Na atual economia globalizada, o ambiente local/regional apresenta importância equivalente a macroeconomia nacional, no que tange a habilidade das empresas e regiões em competir. Esse cenário tem exigido das universidades uma nova postura em relação às suas atividades tradicionais de Pesquisa (inovação e tecnologia); Ensino (educação continuada) e aqui entra a Extensão – no engajamento social e promoção de atividades culturais realizadas em cooperação com a comunidade/sociedade. Estudos sobre a contribuição das universidades para

o desenvolvimento regional ainda são recentes, mas demonstram que esse novo “papel” que a universidade atualmente é chamada a assumir, caracteriza-se como uma terceira missão, conforme analisam Serra; Rolim (2013, p. 84):

A Terceira Missão das universidades tem sido reconhecida no âmbito acadêmico e das políticas públicas como uma ferramenta com grande potencial de contribuição ao desenvolvimento socioeconômico. Ela envolve um amplo espectro de ações, as quais estão relacionadas com a geração, uso, aplicação e exploração de conhecimentos e outras capacidades da universidade além do ambiente acadêmico.

Tendo em vista a questão de a universidade constituir-se numa instituição formal, e esta, por sua vez, desempenhar além de outros papéis fundamentais, o de auxiliar no crescimento local, essa instituição também é produtora de Capital Social. Teóricos como Bordieu, Coleman, Putnam, Fukuyama, entre outros, abordaram o capital social a respeito do desenvolvimento, como “resultado da formação das redes de cooperação e convenção cívico-política” (Menezes; Oliveira; Carniello, 2012, p. 4). Para Bandeira (1999, p. 20), entre os recursos existentes em uma determinada região, inclui-se o capital social, que são os traços culturais característicos de uma comunidade e que “contribuem para fazer com que seus membros se tornem propensos a colaborar na solução de problemas de interesse social”.

Bordieu foi um dos precursores na discussão sobre capital social, definindo-o como “um conjunto de recursos atuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento” (BORDIEU 1980 apud BALDANZA; ABREU, 2013, p. 211). Nessa perspectiva, a universidade insere-se como instituição qualificada para interagir com a (e a serviço da) sociedade, capaz de aumentar a competitividade e auxiliar na busca de melhor qualidade de vida, na medida em que se constitui num centro que cultiva e irradia valores humanos (MARCOVICH, 1998).

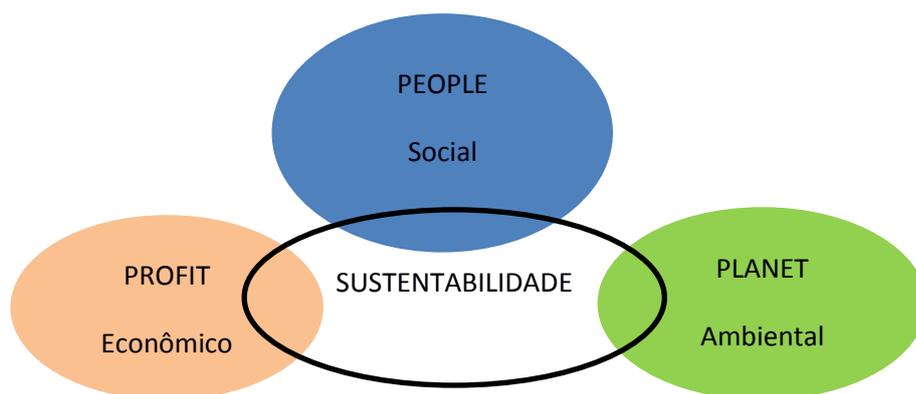
Assim, a universidade pública, especialmente, pode ter importante contribuição para o desenvolvimento regional, uma vez que o seu caráter objetiva o acesso de pessoas menos favorecidas à educação. Dessa forma, combate a exclusão e democratiza o conhecimento, proporcionando a formação e a qualificação de profissionais.

## 2.3 Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável começou a tomar forma em meados de 1987, por meio de um relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU), presidida pela então Primeira Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, sendo até os dias de hoje a definição mais aceita mundialmente. No referido documento, o termo desenvolvimento sustentável aparece como aquele capaz de atender as necessidades presentes, sem afetar a capacidade das gerações futuras de sustentar as suas próprias necessidades (MAURER; MARQUESAN; SILVA, 2010).

Uma nova percepção das relações estabelecidas entre a humanidade e a natureza, e até mesmo entre os indivíduos consigo mesmos, revela que as propostas tradicionais de desenvolvimento não têm sido bem sucedidas nas tentativas de erradicação da pobreza. O termo desenvolvimento sustentável, apesar de ter ganhado força nas últimas décadas, ainda permanece sem uma definição “oficial”, e sem haver um consenso sobre essa questão em meio aos pesquisadores. Contudo, entende-se que toda a análise que leve em consideração as dimensões econômica, social e ambiental – *triple bottom line*<sup>1</sup> (Figura 1) - já poderia garantir mais benefícios à sociedade do que as simplesmente focadas em parâmetros econômicos.

Figura 01 - *Tripple bottom line*



Fonte: Adaptado de Cotrim; Gouveia; Lima, 2006.

<sup>1</sup> Considerado o tripé da Sustentabilidade: People, Planet e Profit. Significam os resultados de uma organização medidos em termos sociais, ambientais e econômicos. Conceito criado em 1990 por John Elkington.

Os estudos de Sachs (2000) apontam o conceito de Ecodesenvolvimento, que consiste na conservação da biodiversidade por meio da harmonização das questões sociais, ambientais e econômicas. O autor destaca a necessidade de conservação da biodiversidade como condição vital para o desenvolvimento sustentável, orientado para as necessidades, ao invés de direcionado pelo mercado, harmonizado com a natureza: “a conservação e aproveitamento racional podem e devem andar juntos” (SACHS, 2000, p. 32).

Haja vista essa concepção de desenvolvimento sustentável, cita-se duas contribuições importantes do autor neste campo: a reconceituação do tema em três gerações de direitos humanos: direitos políticos, civis e cívicos; direitos econômicos, sociais e culturais, entre eles o direito ao trabalho digno, criticamente importante, por motivos intrínsecos e instrumentais; e direitos coletivos ao meio ambiente. Ainda, a igualdade, equidade e solidariedade estão justapostas ao conceito de desenvolvimento, para que o pensamento econômico sobre ele seja diferenciado do economicismo redutor, com o propósito de favorecer a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, reduzindo a pobreza. Por conseguinte, têm-se os cinco pilares do desenvolvimento sustentável (Quadro 02), tendo em vista que conceito acrescenta outra dimensão – a sustentabilidade ambiental - à dimensão da sustentabilidade social, conforme Sachs (2008, p. 15):

Ela é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Estratégias de curto prazo levam ao crescimento ambientalmente destrutivo, mas socialmente benéfico, ou ao crescimento socialmente benéfico, mas ambientalmente destrutivo.

Quadro 02 - Os cinco pilares do desenvolvimento

<b>Social</b>	Fundamental em função da perspectiva de ruptura social que ameaça locais problemáticos do mundo;
<b>Ambiental</b>	Duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);
<b>Territorial</b>	Distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
<b>Econômico</b>	Viabilidade econômica é a condição para que as coisas aconteçam;
<b>Político</b>	Governança democrática é um valor fundador e imprescindível. A liberdade faz toda a diferença.

Fonte: Adaptado de Sachs, 2008.

No entendimento de Abramovay (2010), o desenvolvimento sustentável se dá em condições que estimulem a manutenção e a regeneração dos serviços prestados pelos ecossistemas às sociedades humanas. Constituídos por uma infinidade de fatores determinantes, seu andamento “depende da presença de um horizonte estratégico entre seus protagonistas decisivos” (p. 97). O importante nesse processo é a cooperação humana e como a coletividade utiliza os ecossistemas dos quais dependem.

Este capítulo da dissertação dedicou-se a analisar o conceito de desenvolvimento e as suas perspectivas, bem como a relação do tema com a educação e a universidade.

### **3 UNIVERSIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Esta parte do trabalho apresenta a contextualização histórica da universidade e a sua relação com a sociedade; e a trajetória da Extensão Universitária.

#### **3.1 Universidade**

Os primórdios das universidades remontam à Bolonha, na Itália no final do século XI, quando estudantes se agruparam constituindo as “nações” que gradativamente originaram as universidades conforme sua origem geográfica, sendo as Artes, a Teologia, a Medicina e o Direito as principais disciplinas ensinadas. A partir daí, surgiram outras escolas episcopais, monásticas e particulares (SIMÕES, 2013). Reconhecidas oficialmente pelo Papa, as universidades estudantis não seguiam um modelo único. Inicialmente, a partir das associações de mestres e associações de alunos, dois modelos de instituição se formaram, tendo em comum as características: constituição de estatutos, representantes eleitos, auxílio mútuo, proteção mediante as ameaças da população e de autoridades locais, e ampla autonomia de ensino (OLIVEIRA, 2010).

As instituições dessa época, conforme Moreira (2014) possuíam uma lógica de hierarquia baseada na meritocracia, fundamentada por exames e outorgas de graus. Essas raízes, apesar de a universidade ter evoluído em termos ideológicos e sociais, permanecem sob traços indelévels até os dias de hoje, o que pode ser verificado na dificuldade e resistência em se abrir para as carências da população.

As universidades multiplicaram-se nos séculos XIV e XV na Europa e posteriormente nas colônias americanas, sob a decisão política de príncipes e papados. Nesse período, começa por parte das cidades e dos estados a tentativa de controle das instituições, com exigências ao exercício da liberdade e privilégios que as universidades dispunham. Dessa forma, o ensino que ministravam era ortodoxo, com o objetivo de formação de futuras elites locais, cooperando para o estabelecimento da ordem política e social. O poder religioso, segundo Oliveira (2010), favoreceu a multiplicação das universidades, e católicos e protestantes estabeleceram suas redes próprias de ensino.

As concepções de universidades propostas a partir daí deram-se em função de uma demanda nacional ou regional, identificando-se com o governo ou sociedade pela qual foi instituída, como o que ocorreu em países como a Inglaterra, França, Alemanha, Rússia e Estados Unidos. Na Inglaterra, o pilar da ideia de universidade

foi a aspiração do indivíduo ao saber, constituindo-se a universidade num local de ensino, difusão e extensão desse “saber universal”, numa concepção de educação humanística que visava a perfeição intelectual e a formação moral. Já na Alemanha, a universidade caracterizava-se como ambiente de descoberta da verdade e pelo reconhecimento da necessidade da pesquisa científica. No padrão inglês, a universidade é um centro, mais que instituição, aonde a educação, liberal e geral, vem antes da pesquisa.

Educação fornecida pelo Estado e vigorosamente centralizada constituiu a concepção francesa (ou napoleônica), com o ensino universitário como garantidor da ordem e do ensino profissional, assegurando, por meio do diploma, a ascensão social. Na União Soviética, a finalidade das universidades era fundamentada pela doutrina do marxismo-leninismo, sendo estratégia de construção e transformação da sociedade. Nos Estados Unidos, o modelo de universidade surgiu da pretensão da sociedade pelo progresso, originando uma educação universitária esclarecedora, baseada na cultura e na ciência (OLIVEIRA, 2010).

As universidades, de maneira geral, à medida que foram surgindo no mundo, tiveram como base as concepções das instituições pioneiras. Daí em diante sucedeu-se inúmeras reformas no intuito de transformar as universidades em instituições que de fato pudessem exercer as funções que a sociedade lhe atribui, ou seja, contribuir para a construção e transformação social. No entanto, a interlocução com a sociedade a partir do século XIX, mostrou uma tendência voltada ao economicismo, com a universidade dialogando com as empresas capitalistas, no intuito de “auxiliar” no avanço técnico e tecnológico, resultando num “retrocesso da concepção de autonomia universitária”, como afirma Moreira (2014, p. 26).

Mudanças estruturais apontavam no horizonte da universidade latino-americana: em 1918 uma greve de estudantes argentinos, em Córdoba, resultou numa reforma universitária, considerada um marco histórico que veio a refletir em toda a América Latina. (FREITAS NETO, 2011; MOREIRA, 2014). O manifesto foi pioneiro na constituição de um paradigma de identidade e de atuação do ensino superior. Dentre os legados de Córdoba, Freitas Neto (2011, p. 68) destaca: “a defesa da autonomia universitária; a mudança no processo de ensino e docência e a democratização da universidade, tanto em sua gestão como na garantia da permanência de estudantes de todos os grupos sociais”. Uma forte crítica à postura universitária distante das causas populares também reverberou no movimento, que

ocorreu em meio a um período em que toda a América Latina estava em transição, na tentativa de libertar-se da herança dos países colonizadores, e buscar seu próprio pensamento social (MOREIRA, 2014).

No Brasil, a criação de universidades sofreu a resistência de Portugal e sua política de colonização, que considerava mais adequado que a elite da época realizasse o estudo superior na Europa, não justificando, assim, a necessidade de criação de uma instituição desse gênero na Colônia (FÁVERO, 2006). Stallivieri (2010, p. 3) assim contextualiza:

A Universidade surge no Brasil no começo do Século XIX, como resultado da formação das elites que buscaram a educação principalmente em instituições europeias durante o período de 1500 a 1800 e que retornaram ao país com sua qualificação. Elas surgem em momentos conturbados e são basicamente fruto da reunião de institutos isolados ou de faculdades específicas, fato que lhes deu uma característica bastante fragmentada e frágil.

Enquanto outros países como a Espanha e a Inglaterra não impossibilitavam o avanço do ensino superior em suas colônias, Portugal praticava uma medida diversa, obstaculizando o surgimento do ensino superior no Brasil, “à semelhança do que aconteceu também com a metrópole, uma vez que, por aproximadamente quatro séculos contou com apenas uma universidade, instalada ora Coimbra, ora em Lisboa” (REDIN et al., 2006, p. 16). Com isso, na colônia os alunos graduados no Colégio dos Jesuítas (na Bahia), o tinham como porta de entrada para a Universidade de Coimbra, em Portugal (OLIVEIRA, 2010), e a formação objetivava prioritariamente o aspecto religioso e secundariamente a educação.

Após a expulsão dos jesuítas em 1759, o debate sobre a criação de universidades seguiu durante todo o império, com várias tentativas de criação da primeira instituição. No final do período, somente algumas faculdades isoladas tinham sobrevivido, sendo que da colônia à república, foi grande a resistência à ideia de criação de universidades. Por conseguinte, a proclamação da república trouxe mudanças, como a criação do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Certo clima de entusiasmo marcou essa fase inicial, trazendo considerável impulso ao ensino superior, com a formação de diversas escolas superiores que são a gênese das futuras universidades (REDIN et al., 2006).

Em 1920 é oficialmente instituída pelo presidente Epitácio Pessoa, a Universidade do Rio de Janeiro, resultante da união de três escolas, seguindo o modelo “napoleônico”, que objetivava a formação profissional com o intuito de

atender as necessidades do Estado. Nessa época a universidade já existia “em todos os países mais importantes do mundo, tanto do ponto de vista econômico quanto em sua localização geográfica” (REDIN et al., 2006, p. 15); para os autores, os historiadores consideram-na uma instituição tardia. Em 1931, surge a Universidade do Brasil – UB, baseada na Reforma Campos<sup>2</sup>, num cenário de forte tendência de centralização da educação por parte do Estado. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública no governo Getúlio Vargas, o Estatuto das Universidades Brasileiras<sup>3</sup> é instituído pelo decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, implantando a organização e estruturação da educação superior.

A fase de acelerado desenvolvimento que o país embarcou a partir dos anos 50, estimulou as discussões pela modernização do ensino superior. Por conseguinte, em 1967, houve uma reforma universitária que culminou na criação da Universidade de Brasília, seguida da reforma de 1968, que ampliou a gratuidade e expansão do ensino superior. Já na década de 80, a tônica da discussão é a autonomia e o predomínio da pesquisa sobre as demais atividades (ensino e extensão), que é uma constante nas propostas apresentadas. A Constituição de 1988 garante à universidade o princípio da autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial; o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a consagração da gratuidade do ensino público em todos os níveis, além da garantia de um padrão de qualidade.

A partir dos anos 2000, iniciativas governamentais estimularam o crescimento da educação superior no país, como as várias atualizações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Foi adotada uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, promovendo a expansão física, acadêmica e pedagógica das universidades federais, por meio de programas como o de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que foi criado em 2007; e o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), em que os candidatos concorrem a vagas em instituições públicas de ensino superior, mediante participação no Exame Nacional

---

<sup>2</sup> Francisco Campos, então primeiro titular do recém-criado Ministério da Educação e Saúde. Implementação de mudanças nos vários níveis de ensino (secundário, superior e comercial) no Brasil.

<sup>3</sup> A finalidade do ensino universitário será de: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em qualquer domínio do conhecimento humano; habilitar ao exercício de atividades que requerem um preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.

do Ensino Médio (ENEM). O principal objetivo é ampliar o acesso e a permanência no ensino superior, e foi criado em 2010.

A Rede Federal de Educação Superior foi ampliada a partir de 2003 com a interiorização dos *campi* das universidades federais, passando a atender 237 municípios até o final de 2011, quando em 2003 o número era de 114 municípios (REUNI, 2010). Essa expansão deu-se a partir do Programa Reuni, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que se constituiu numa das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em reconhecimento ao papel estratégico das instituições federais de ensino superior para o desenvolvimento econômico e social.

O aumento de vagas nos cursos de graduação, ampliação da oferta de cursos noturnos, inovações pedagógicas e combate à evasão, são ações do Reuni que pretendem colaborar para a redução das desproporções sociais do país. Dentre os objetivos do programa destacam-se: assegurar a qualidade do ensino por meio de inovações acadêmicas, articulação entre os diferentes níveis de ensino, agregando a graduação, pós-graduação, educação básica e educação profissional e tecnológica, além de aprimorar o aproveitamento dos recursos humanos e infraestrutura das instituições federais de educação superior.

É preciso que a universidade esteja se movimentando, e na direção certa (BENINCÁ, 2011), pois é um bem social que deve estar em busca permanente de soluções para os problemas sociais vividos em todas as épocas (REDIN et al., 2006). É importante não esquecer que no ponto zero a universidade era serva dos poderosos e seus interesses, mas ela deve ser pioneira e transformadora. Hoje o que se quer da universidade é que ela contribua para a libertação dos oprimidos [...] e promova a desalienação (FERNANDES, 1995).

A trajetória de universidade brasileira tem ligação com lutas permanentes nos campos político e educacional, com vistas a conquistar um espaço acadêmico onde seja possível por em atividade teorias e práticas que alterem positivamente a sociedade e o Estado. Essa instituição que tanto se almeja deve estar apta a expressar certa pluralidade de pensamentos, que eventualmente podem ser conflitantes. Orientada para novos paradigmas, a universidade hoje precisa envolver questões relacionadas à diversidade cultural e à inclusão social, além dos aspectos éticos, na tentativa de amplificar os seus propósitos de atuação, no sentido de

circundar a sociedade em sua completude, e não somente a parcela habitualmente distinta.

Nas últimas décadas do século XX, as mudanças suscitaram uma crise de amplas proporções: crises ambiental e urbana, notórias na degradação do meio ambiente e das condições de vida nas grandes cidades; crise do emprego, com a precarização das relações e condições do trabalho e desconstituição de direitos trabalhistas; crise do Estado de Bem Estar, com o desgaste de direitos sociais; crise da administração burocrática, evidenciada pela ineficiência e ineficácia de políticas públicas. O cenário apresenta ainda as crises: “energética, cultural, e é claro, a crise econômica, fazendo com que os atores sociais estejam no “encalce” do Estado, exigindo reformas” (POLÍTICA...,2012).

Nesse contexto, a universidade é chamada a atuar no sentido de “promover a superação da perplexidade, da paralisia teórica e prática, do adesismo e do voluntarismo ingênuo” (POLÍTICA..., 2012, p. 18). Assim, a Política Nacional de Extensão preconiza que enquanto instituição que produz conhecimento, a universidade deve possibilitar aos governos os subsídios e instrumentos científicos necessários para as mudanças e atuações comprometidas com a ampla emancipação humana. Subsídios esses, que devem estar comprometidos com a ética e a vontade que impulsiona o engajamento na busca de um mundo melhor. Reconhecer o papel da Universidade Pública no enfrentamento das crises contemporâneas “não significa superestimar suas capacidades ou subestimar o que importa enfrentar e superar. Trata-se, sobretudo, de ver a Universidade como parte ativa e positiva de um processo maior de mudança” (POLÍTICA..., 2012, p. 19).

### **3.2 Extensão Universitária**

As manifestações pioneiras de Extensão Universitária, de acordo com Paula (2013), datam da segunda metade do século XIX, na Inglaterra, mais precisamente na Universidade de Cambridge, em 1871. Foi a primeira instituição que formalizou cursos de Extensão, nas áreas de Literatura, Ciências Físicas e Economia Política. Na mesma época, a universidade de Oxford concebeu atividades de caráter social destinadas a bolsões de pobreza e de concentração operária.

Após o surgimento na Inglaterra, a Extensão seguiu para a Bélgica, posteriormente para a Alemanha e em seguida, atingiu todo o continente europeu. Em 1892, chegou aos Estados Unidos, inicialmente na Universidade de Chicago. Ao

longo de sua trajetória, a Extensão Universitária perpassou por fases diversas: como tática assistencialista do poder dominante; como intervenção do movimento estudantil; como meio de enfrentamento e resistência; e como princípio de emancipação, além de se constituir em componente de articulação com a sociedade, instrumento catalisador da teoria e prática, e posteriormente como assessoria a variados setores da sociedade.

A literatura apresenta duas vertentes para a concepção de Extensão: a) europeia – universidades populares da Europa no século XIX, cujo esforço de intelectuais autônomos resultou numa aproximação com a população; b) americana – pela iniciativa de instituições oficiais, a Extensão surgiu orientada pela ideia de prestação de serviço (BOTOMÉ, 1996).

Na vertente europeia, há a predominância de uma ênfase culturalista, onde o “homem ignorante” é colocado em contato com a cultura e o saber, que são próprios da universidade. As primeiras iniciativas surgiram na Inglaterra na segunda metade do século XIX, numa ideia vinculada à educação continuada, destinada a toda população adulta que estivesse fora dos muros da universidade (NOGUEIRA, 2001). Melo Neto (2002) aponta que essas experiências de extensão desenvolveram-se a partir de perspectivas de contribuição da universidade aos setores sociais, que buscavam chegar até a população por meio da disseminação de conhecimentos técnicos; apesar da intenção inicial de servir ao povo, os intelectuais tinham uma visão dominadora de seus saberes. Essa vertente iniciada na Europa deixou a sua herança na abertura para ações voltadas ao conhecimento, à cultura e a recreação (BOTOMÉ, 1996).

A segunda vertente, de tradição americana, trouxe a concepção de uma Extensão voltada à prestação de serviços, fundamentada no caráter educativo que se desenvolveu principalmente “num estágio do sistema educacional no qual os modelos pedagógicos disponíveis eram insatisfatórios” (BOTOMÉ, 1996, p.52). Voltada ao desenvolvimento de comunidades por meio de cursos, conferências e outras atividades, criou áreas de atuação descentralizadas, resultando num processo de regionalização das universidades e estreitamento das relações com a população. Um benefício dessa articulação foi a identificação da necessidade de pesquisa e criação de cursos em locais onde havia maior necessidade de atuação da universidade.

Das experiências americanas se originaram duas visões singulares: a cooperativa ou rural e a universitária em geral (MELO NETO, 2002). No caso da América Latina, a Extensão nos seus primórdios esteve direcionada aos movimentos sociais, com mais notoriedade ao Movimento de Córdoba, em 1918. Na ocasião, os estudantes argentinos criticavam a ausência do espírito científico e a imoralidade intelectual de uma instituição até então dominada pela oligarquia rural e pelo clero. Evidenciaram a ligação universidade/sociedade, por meio de propositura de uma extensão universitária que difundisse a cultura para classes populares. Mais tarde, essa concepção veio a permear o movimento estudantil brasileiro, nos anos 40 (BOTOMÉ, 1996).

No Brasil, as primeiras experiências de Extensão se referem à antiga Universidade de São Paulo (1911), com registros de cursos e conferências gratuitos e abertos à população; na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e na Escola Agrícola de Lavras, em Minas Gerais, existem registros de prestação de serviços de assistência técnica aos produtores rurais, ainda na década de 20 (NOGUEIRA, 2001). As atividades de Extensão Universitária têm os primeiros registros oficiais no Estatuto da Universidade Brasileira, no Decreto-Lei nº 19.851, de 1931, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024), centrados na modalidade de transmissão de conhecimentos e assistência (EXTENSÃO..., 2006, p. 11). A Política Nacional de Extensão (2012, p. 12) assim referencia o início dessa prática:

[...] remonta ao início do século XX, coincidindo com a criação do Ensino Superior. Suas primeiras manifestações foram os cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo, em 1911, e as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, desenvolvidos na década de 1920. No primeiro caso, a influência veio da Inglaterra; no segundo, dos Estados Unidos.

Naquela época a Extensão caracterizava-se como uma modalidade de curso, conferência ou assistência rural destinada aos possuidores de diploma de universitário. Voltada aos interesses da classe dirigente e sustentando as finalidades da universidade, que destacava o progresso da ciência mediante a pesquisa e a transmissão do conhecimento por meio do ensino, fica evidente o afastamento existente entre as ações extensionistas e a população (INDISSOCIABILIDADE..., 2006).

Em 1960 surgem ações de extensão predominantemente assistencialistas, descaracterizando o projeto acadêmico. Destinadas às comunidades carentes, eram

organizadas pelo Movimento Estudantil, que debatia a educação no contexto nacional. Reunidos na União Nacional dos Estudantes (UNE) os universitários brasileiros constituíram movimentos culturais e políticos reconhecidamente fundamentais para a formação de lideranças, demonstrando forte compromisso social. Apesar do dinamismo que imprimiu à sociedade civil brasileira, “o movimento estudantil daquela época pouco contribuiu para a institucionalização da Extensão Universitária” (POLÍTICA..., 2012, p. 12).

Com a ditadura militar em 1964, as reformas de base foram promovidas, embora com modificações. Na esfera da educação destacaram-se duas importantes iniciativas: o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), com o propósito de atuação dos estudantes universitários nas comunidades rurais, relacionado aos propósitos desenvolvimentistas do governo militar; e o Projeto Rondon, que dispunha os acadêmicos a serviço do Estado, caracterizando um voluntariado universitário que refletia as perspectivas do modelo desenvolvimentista e tecnicista introduzido no país naquele momento. Na Política Nacional de Extensão (2012, p. 12) consta que essas iniciativas “tiveram o mérito de propiciar ao universitário brasileiro experiências importantes junto às comunidades rurais, descortinando novos horizontes e possibilitando espaços para contribuir para a melhoria das condições de vida da população do meio rural”. Por outro lado, um ponto negativo dessas experiências foi o fato de a universidade seguir uma proposta governamental, o que, em certa medida, prejudicou o seu papel criativo e problematizador na esfera das questões sociais do país.

Nesse cenário em que a sociedade brasileira reivindicava as reformas de base, outra iniciativa referiu-se à promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68<sup>4</sup>), cujos desdobramentos logo surtiram efeito sobre a Extensão Universitária: a atividade ainda se apresentava sob a forma de cursos e serviços especiais oferecidos à comunidade, mantendo o caráter assistencialista e desligado do Ensino e da Pesquisa. O princípio da Indissociabilidade<sup>5</sup> é mencionado relacionando apenas o ensino com a pesquisa. Somente na década de 80, com a consolidação da sociedade civil, um novo modelo de universidade, sociedade e

---

<sup>4</sup> Em seu artigo 40: a) por meio de suas atividades de extensão proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento [...].

<sup>5</sup> O princípio da Indissociabilidade foi firmado no artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão”.

cidadania começam a se configurar. Um de seus desdobramentos é a percepção, por parte da comunidade acadêmica, de que a população não é mais mero receptáculo de conhecimentos gerados na academia.

Assim, em novembro de 1987, a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX)<sup>6</sup> ocorreu no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, na Universidade de Brasília (UnB), e foi a base do desenvolvimento conceitual e um novo paradigma da Extensão Universitária (INDISSOCIABILIDADE...,2006, p. 20):

Com a criação do FORPROEX, em 1987, a concepção de Extensão é revista. Rediscute-se a função social da Universidade, aprofunda-se a discussão sobre sua institucionalização e seu financiamento, intensificando-se e fortalecendo-se o diálogo político com o MEC, a partir do qual vislumbra-se a implementação de uma Política de Extensão Universitária, por parte do Estado.

O reconhecimento legal da Extensão como atividade acadêmica, a sua inclusão na Constituição e a organização do I Encontro Nacional de Pró-Reitores, são marcos que consolidam o conceito de Extensão (DOCUMENTO...;1987):

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

Desde 1987, as questões de fundo debatidas pelo FORPROEX culminaram nas diretrizes para a Extensão Universitária a serem acolhidas no desenvolvimento de todas as ações extensionistas. São membros natos do Fórum, com direito a voz e

<sup>6</sup> Entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometidas com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. Formado pelos Pró-Reitores de Extensão das universidades públicas, ou órgãos equivalentes, foi estruturado em torno de uma coordenação geral formada por um Presidente e seu vice e cinco coordenações regionais, correspondentes a cada região geográfica do país. No seu processo de organização, foram definidas, também, coordenações temáticas em torno de questões como cultura, comunicação, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, tecnologia e produção, trabalho, saúde.

voto, os Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras. Em seu regimento, os objetivos do Fórum consubstanciam a proposição de políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das Pró-Reitorias de Extensão e órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras, entre outras proposições. (FORPROEX, 2010).

A criação da Rede Nacional de Extensão (RENEX), de acordo com Rodrigues (2015), foi uma iniciativa do FORPROEX, com o intuito de elaborar e manter atualizado um cadastro das instituições integrantes, além de ser meio de divulgação de práticas de Extensão, e coordenação de um banco de dados – o Sistema Nacional de Informações de Extensão (SIEEX), mantido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O Fórum vem constantemente elaborando, junto às universidades públicas, as políticas de extensão, e debatendo no âmbito institucional a essência da sala de aula, que passa a ser não somente um *lôcus* de geração teórica para também se constituir num amplo espaço dentro e fora da universidade, compartilhado por diversos atores sociais.

No entendimento de Souza (2003, p. 135), “O Fórum considera esta atividade como parte do fazer acadêmico que deve ser entendido como um processo orgânico e contínuo”. Sob esse prisma, a autora evidencia o entendimento da Extensão como um processo educativo, técnico e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, oportunizando a conexão entre a universidade e a comunidade.

Tratando da indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Corrêa (2003) destaca que a Extensão pode constituir-se numa experiência concentrada, deslocando o “eixo pedagógico” clássico professor-aluno para o eixo aluno-comunidade, criando um novo conceito de sala de aula e ampliando o conceito de educador, pois dessa forma o professor torna-se também orientador e tutor. Corrêa (2003, p. 14) enfatiza, ainda, que:

Uma atuação de impacto e transformadora da universidade demanda que a abordagem dos problemas da comunidade seja feita segundo uma visão abrangente da realidade social na qual está inserida, relacionando a particularidade desses problemas à complexidade das relações socioeconômicas e políticas. Ademais, não deve ser substitutiva à responsabilidade de ação dos gestores de políticas públicas e das organizações sociais, mas parceira e contratual.

Nos Encontros Nacionais do FORPROEX realizados em 2009 e 2010 (XXVII e XXVIII encontros), o Fórum apresentou às universidades públicas e à sociedade a Extensão sob o princípio constitucional da indissociabilidade, com caráter interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, com o objetivo de promover a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade (POLÍTICA..., 2012, p. 28):

Seu escopo é o de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage. Extensão Universitária denota também prática acadêmica, a ser desenvolvida, como manda a Constituição de 1988, de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social.

Para Moita e Andrade (2009) tratar de indissociabilidade na universidade é levar em consideração dois pontos: o da relação da universidade com o ensino, a pesquisa e a extensão; e o outro a relação entre o saber científico e o conhecimento produzido popularmente pela coletividade. Nessa dimensão, o lócus de produção de conhecimento passa a ser considerada a totalidade do espaço – dentro e fora da universidade – e os atores envolvidos confrontam-se com a realidade, pois ambos são sujeitos do mesmo processo pedagógico: o aprender. Dessa forma, a Extensão é parte integrante da democratização do conhecimento, pois o saber, por meio dela, retorna à universidade, reelaborado e testado (INDISSOCIABILIDADE..., 2006).

Como aspecto relevante de redimensionamento da função social da Universidade, a Extensão assegura o entendimento dos problemas sociais, contribuindo para a formulação de políticas e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Mello (1991 p. 8), ao abordar as políticas públicas de educação, afirma:

A necessidade de enfrentar novos padrões de produtividade e competitividade, impostos pelo avanço tecnológico, está levando à redescoberta da educação como componente essencial das estratégias de desenvolvimento. (...) A educação, neste caso, está convocada também, e talvez prioritariamente, para expressar uma nova relação entre desenvolvimento e democracia, como um dos fatores que podem contribuir para associar o crescimento econômico com a melhoria da qualidade de vida e a consolidação dos valores da democracia.

Num cenário ideal, a Extensão deveria ocupar o mesmo nível de importância no tripé do fazer universitário, o que na prática não acontece. O número de projetos, de carga horária docente e publicações de extensão mostram-se inferiores às de

pesquisa, e facilmente a extensão acaba por ser secundarizada frente ao ensino e à pesquisa, conforme esclarece Naves (2015, p. 11) “[...] as relações entre o fazer e o saber parecem tender ao desequilíbrio na apressada exigência de produção científica na contemporaneidade”. A Política Nacional de Extensão traz essa discussão (POLÍTICA...,2002, p. 26):

O ranço conservador e elitista, presente nas estruturas de algumas Universidades ou departamentos acadêmicos e a falta de recursos financeiros e organizacionais, entre outros problemas, têm colocado limites importantes para a implantação e implementação desses institutos legais no âmbito das Universidades Públicas. Muitas vezes, verifica-se a normatização da creditação curricular em ações de Extensão, com restrições em sua implementação. O mesmo descompasso é verificado quanto à inserção de ações extensionistas nos planos de ascensão funcional e nos critérios de pontuação em concursos e à consideração dessas atividades na alocação de vagas docentes.

A Extensão requer constante discussão em nível institucional, para acompanhar a evolução da sociedade do conhecimento, que cada vez mais busca compartilhar a informação, o espaço e o direito à educação, como um bem comum. Reafirmando a Extensão como um processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, a Política Nacional de Extensão traz em seus pressupostos que a atividade se caracterize também como proponente de soluções para os problemas sociais do país (POLÍTICA..., 2012, p. 18).

A transformação da Extensão Universitária em um instrumento efetivo de mudança da Universidade e da sociedade, em direção à justiça social e ao aprofundamento da democracia, caminha *pari passu* com o enfrentamento desses desafios e a busca das novas oportunidades que se descortinam no contexto internacional e na realidade brasileira. Desafios a serem confrontados e oportunidades a serem aproveitadas por meio de políticas públicas. A efetividade destas, por sua vez, depende fortemente do que a Universidade Pública, em geral, e a Extensão Universitária, em especial, podem oferecer aos governos e à sociedade.

A Extensão Universitária, portanto, é dotada de potencial para sensibilizar a comunidade acadêmica para os problemas sociais, e, por ser produtora de conhecimento, melhora a capacidade técnica e teórica dos envolvidos, incentivando a sua emancipação e da sociedade como um todo. No entanto, as práticas extensionistas incorporadas ao longo dos anos mostra que existem questões que limitam o seu andamento. A realidade relatada em muitos trabalhos e registros sobre o assunto demonstra que três perspectivas de função da Extensão foram historicamente construídas e se sobressaem, expressando concepções ideológicas

distintas de relação universidade/sociedade: a concepção assistencialista, a concepção acadêmica, e a concepção mercantilista.

Com relação à concepção assistencialista, Moraes (1996), Botomé (1996), e Marcovich (1998) consideram, num contraponto ao que pressupõe a maior parte da literatura sobre a Extensão Universitária, que a atividade deveria estar incorporada ao Ensino e à Pesquisa, pois essa “terceira” atividade não daria conta de suprir as carências das outras duas. Os estudiosos afirmam que a Extensão, sob o argumento de compromisso social, acaba assumindo responsabilidades que seriam da esfera de ação do governo, e não da universidade. Essa perspectiva “cooperativa”, com configuração de prestação de serviço e assistência seria influência do modelo americano. Assim, a prestação de serviços como uma das atividades próprias da extensão, se inclui como uma função que constitui um espaço onde diversas ações criam a ideia de “multiversidade” e participação nos problemas regionais e no atendimento de necessidades sociais emergentes (JEZINE, 2004).

A concepção acadêmica de Extensão busca ultrapassar a dimensão de prestação de serviços assistencialista, pois tem como elemento norteador a relação teoria-prática, onde a perspectiva de uma relação dialógica entre universidade e sociedade, oportuniza a troca de saberes. É oposta a ideia de que a atividade tem valor secundário, sendo realizada por professores sem titulação, em sobras de tempo disponível, e que o trabalho junto aos menos assistidos é uma caridade individual (JEZINE, 2004). Nessa visão, a Extensão é elemento constituinte da dinâmica pedagógica da produção do conhecimento, envolvendo professores e alunos de forma dialógica, promovendo a flexibilização curricular que oportunize à formação crítica, associando o saber popular ao científico, a teoria à prática, numa relação de reciprocidade entre a universidade e a sociedade.

A Extensão sob uma perspectiva mercantilista adquiriu forma no decorrer das mudanças ocorridas na estrutura do Estado e da sociedade, diante da globalização e das políticas neoliberais, causando implicações de cunho teórico e metodológico na prática curricular. Não há mais destaque à preocupação no atendimento às necessidades sociais da comunidade (a exemplo da concepção assistencialista), ou a integração do ensino-pesquisa, da relação universidade e sociedade e/ou da relação teoria-prática (proposto pela concepção acadêmica). Constitui-se, perante as novas exigências da sociedade globalizada, uma dimensão exterior à universidade, onde se privilegia os aspectos econômicos e parcerias com

outras instituições. O produto da universidade, conforme Jezine (2004, p. 4) “passa a ser mercadoria comercializada, e a Extensão, um dos principais meios de divulgação e articulação comercial”.

Assim, é preciso que a universidade mantenha a sua identidade de instituição produtora e disseminadora de conhecimentos, e a Extensão Universitária firme sua perspectiva de maneira a seguir, na prática, os pressupostos do seu conceito, que presumem um processo interdisciplinar, educativo, cultural e científico, que promove uma interação transformadora da universidade e dos setores/atores sociais com os quais ela se envolve.

Em meio a trajetória histórica e conceitual da Extensão, avanços também foram registrados, como a sua institucionalização, por meio do preceito constitucional de indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e Extensão, importância conferida pela LDB às atividades extensionistas e a destinação, feita pelo Plano Nacional de Educação (PNE)<sup>7</sup> (2001-2010), de 10% da creditação curricular a essas atividades (POLÍTICA..., 2012).

Esse movimento de institucionalização da Extensão, além do amparo em níveis constitucional e legal, fez parte dos debates nos Encontros Nacionais do FORPROEX. Na quinta edição do evento, realizado em 1991, dentre as diretrizes políticas discutidas, merece destaque a que se refere ao Ensino, Pesquisa e Extensão receberem o mesmo tratamento no planejamento orçamentado das universidades, de acordo com as características e peculiaridades de cada área. No mesmo grau de importância, destacam-se também as seguintes questões (FÓRUM..., 1991).

A Institucionalização deve resguardar a competência dos departamentos na elaboração de projetos, incentivar a interdisciplinaridade da ação extensionista e preservar as especificidades da atuação de cada universidade; a extensão deve possuir o mesmo nível hierárquico que o ensino e a pesquisa na estrutura administrativa universitária; a definição de mecanismos de operacionalização do processo extensionista nas estruturas curriculares, a fim de que a participação dos discentes em projetos e atividades de extensão seja computada para integralização curricular; as Pró-Reitorias de Extensão devem priorizar atividades que subsidiem ou promovam o desenvolvimento de ações interdisciplinares.

---

<sup>7</sup> Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação.

Não obstante, é necessário salientar a importância da extensão para a renovação da prática e métodos acadêmicos, haja vista que sem ela corre-se o risco de reprimir os modelos conservadores e elitistas tradicionais, que “reiteram a endogenia, abrem espaço para a mera mercantilização das atividades acadêmicas e, assim, impedem o cumprimento da missão da Universidade Pública” (POLÍTICA..., 2012, p. 27). A formulação e implementação de ações de Extensão devem ter como norte as diretrizes pactuadas no FORPROEX (de 1999 a 2002). As diretrizes (quadro 3) estão expressas em cinco eixos balizadores: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão, impacto na formação do estudante, e impacto e transformação social.

Quadro 3 – Diretrizes para as ações de Extensão Universitária

<p><b>Interação Dialógica</b></p>	<p>Desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais por meio de diálogo e troca de saberes, ultrapassando o discurso da hegemonia acadêmica, substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Trata-se de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo, que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática.</p>
<p><b>Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade</b></p>	<p>O suposto dessa diretriz é que a combinação de especialização e visão holísticas pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias provenientes de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais, imprimindo às ações de Extensão Universitária a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende.</p>
<p><b>Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão</b></p>	<p>Reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico. As ações de extensão adquirem maior efetividade estando vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa). A indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica - processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional - e de sua formação cidadã - processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social. Novo conceito de “sala de aula”: são todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se apreende e se (re)constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas. Na relação entre Extensão e Pesquisa, abrem-se múltiplas possibilidades de articulação entre a Universidade e a sociedade. Visando à produção de conhecimento, a Extensão Universitária sustenta-se nas metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), priorizando métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo. Apenas ações extensionistas com esses formatos permitem aos atores a apreensão de saberes e práticas ainda não sistematizados e a aproximação aos valores e princípios que orientam as comunidades.</p>

<b>Impacto na Formação do Estudante</b>	As atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensinam, seja pelo contato direto com as grande. Permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira.
<b>Impacto e Transformação Social</b>	Reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. Não é apenas sobre a sociedade que se almeja produzir impacto e transformação com a Extensão Universitária; a própria Universidade Pública, enquanto parte da sociedade, também deve sofrer impacto e ser transformada.

Fonte: Adaptado da Política Nacional de Extensão, 2012.

Além da institucionalização da Extensão Universitária, outro avanço foi a sua priorização, por meio de programas e investimentos desenvolvidos no âmbito do Ministério da Educação (MEC). O primeiro, em 1993, foi o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), que inaugurou o financiamento das ações extensionistas e formalizou conceitos importantes. Após sua interrupção em 1995, o programa foi retomado em 2003, então com a designação de Programa de Extensão Universitária (PROEXT). Desde então, o programa tem apresentado relevância crescente em termos de quantidade de recursos investidos, além da qualidade das ações desenvolvidas. Além disso, o programa “Conexões de Saberes” foi criado em 2005 e atualmente é conhecido como Programa de Educação Tutorial (PET), e desenvolvido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), em parceria com a Secretaria de Educação Superior (SESu) (POLÍTICA..., 2012).

A centralidade da Extensão Universitária, no sentido de metodologia trans e interdisciplinar, se afirma na medida em que sistematiza o diálogo e a troca de saberes (interação dialógica) entre a universidade e a sociedade. Envolvida com a abrangência e a relevância social das ações desenvolvidas, constitui-se numa prática de produção do conhecimento que une acadêmicos, docentes e técnico-administrativos, numa formação cidadã, “expandida do ponto de vista ético, técnico-científico, social, cultural e territorial; interação dialógica que ultrapassa, inclusive, as fronteiras nacionais, projetando-se para fora do País” (POLÍTICA..., 2012, p. 20). No seu caráter interdisciplinar, a Extensão integra áreas distintas do conhecimento,

colaborando com a transmissão do saber, diminuindo a tendência histórica de compartimentação do conhecimento. Na prática, isso resulta em oportunizar aos envolvidos uma atuação conjunta com outros campos do conhecimento.

A Extensão, segundo Santos (2004), futuramente deverá atingir um novo patamar, sendo concebida pela universidade como uma alternativa ao capitalismo global, na medida em que a instituição participe de maneira mais ativa na construção da coesão social, da democracia, da defesa do meio ambiente e da diversidade cultural.

Dois conjuntos de ações são recentes e dignas de menção: os intercâmbios e parcerias construídos pelas Universidades Públicas brasileiras com instituições da África e outros países da América Latina. A segunda diz respeito à criação de Universidades destinadas a fomentar a integração regional, como a Universidade Federal da Integração Latinoamericana (UNILA), a Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Essas iniciativas possibilitam a criação de um ambiente multicultural, de igualdade e de respeito entre as nações desses continentes, assim como de formação de profissionais e pesquisadores voltados para o desenvolvimento (POLÍTICA..., 2012).

Neste capítulo foi apresentada a contextualização histórica, a evolução e a relevância social da instituição universidade. Além disso, foi abordado o surgimento, a trajetória e o panorama nacional da Extensão Universitária, sendo apresentadas a legislação e as principais instâncias de organização e decisão referente ao assunto.

## 4 CAMINHO METODOLÓGICO

O intuito deste capítulo é apresentar os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento desta dissertação, que compreende: tipo de pesquisa, unidade de análise; sujeitos da pesquisa; coleta, análise e interpretação dos dados, e questões éticas.

### 4.1 Tipo de Pesquisa

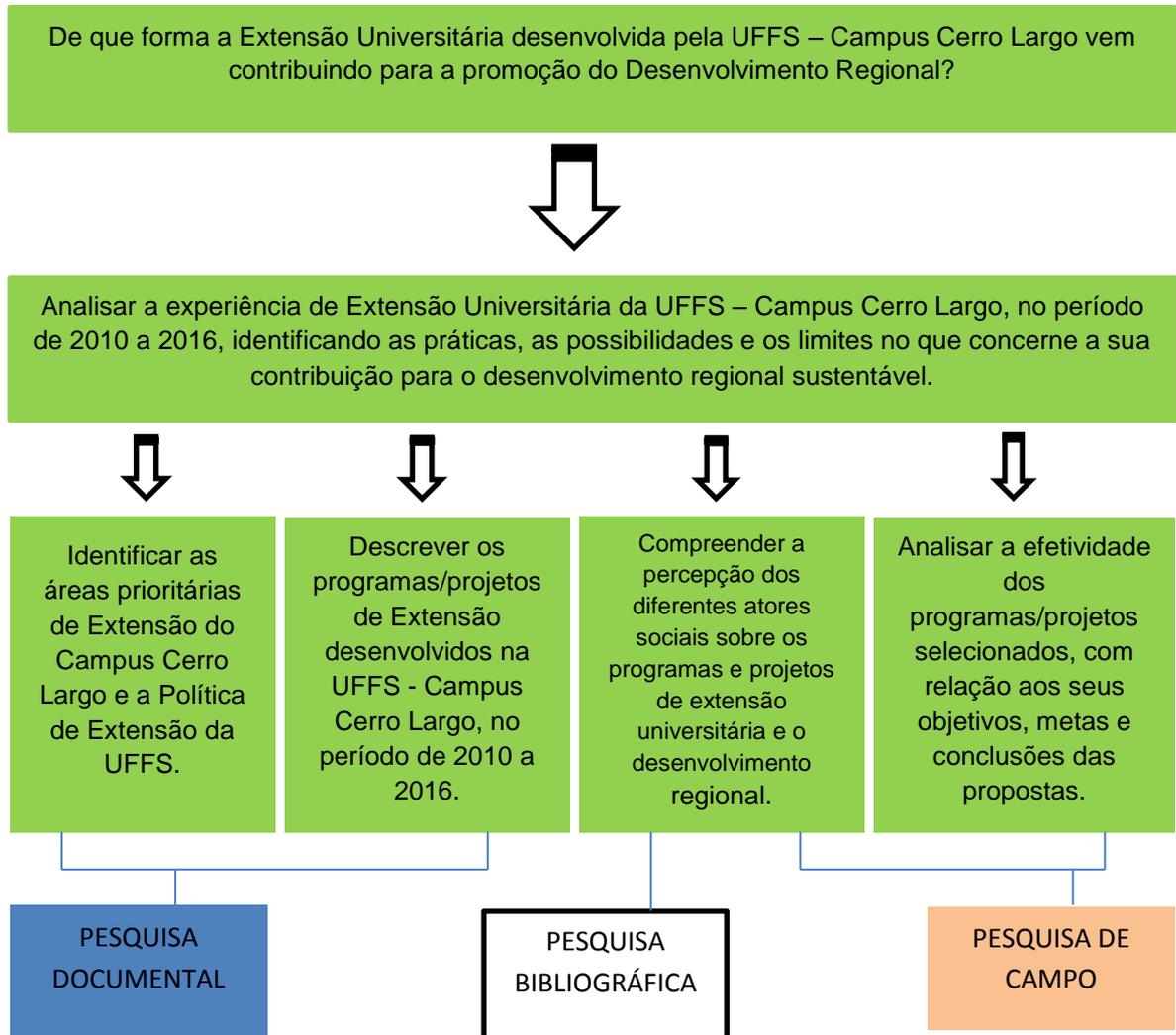
A pesquisa desenvolvida quanto à abordagem é qualitativa, pois objetivou descobrir os significados que os sujeitos atribuem à vivência de um fenômeno social (TAYLOR; BOGDAN, 1994). É considerada a existência de uma conexão inseparável entre o mundo objetivo e a subjetividade, que não se traduz em números. Existe uma realidade subjetiva a ser descoberta, construída e interpretada, que varia em forma e conteúdo entre os indivíduos, e sua compreensão somente é viável a partir da visão dos sujeitos estudados (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). No caso, o fenômeno em questão são as práticas de Extensão Universitária desenvolvidas pela UFFS - *Campus Cerro Largo*, no que concerne às suas contribuições para o desenvolvimento regional sustentável, bem como as possibilidades e os limites dessas práticas.

Do ponto de vista de sua natureza, a pesquisa classifica-se como aplicada, pois tem o objetivo de gerar conhecimento para a aplicação prática, dirigido à solução de questões específicas, envolvendo verdades e interesses locais (GIBBS, 2008). No tocante aos seus objetivos, a presente investigação é descritiva, pois tem como finalidade primordial a descrição das características de um determinado fenômeno (GIL, 1996; VERGARA, 2014), no caso a Extensão Universitária da UFFS - *Campus Cerro Largo*.

Os procedimentos técnicos utilizados foram as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa documental se constitui na análise dos documentos relativos à criação, organização e funcionamento da UFFS, bem como da atividade de Extensão Universitária, no âmbito institucional e nacional. Procedeu-se também a consulta às publicações do FORPROEX e da Rede Nacional de Extensão (RENEX), além dos projetos e programas de extensão da UFFS – *Campus Cerro Largo*. A pesquisa de campo buscou a aproximação com a realidade estudada, por meio da realização de entrevistas (cujo procedimento será detalhado na seção ‘Coleta dos Dados’) que, de acordo com Minayo (2010, p. 63), “a matéria

prima são as falas de alguns interlocutores”. O desenho da pesquisa é demonstrado na figura 2.

Figura 2 - Desenho da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, (2017).

A estratégia de pesquisa utilizada foi o estudo de caso, explicitado na próxima seção.

#### 4.2 Unidade de Análise

A importância de delimitar os focos da pesquisa, estabelecendo os contornos do estudo, resulta do fato de que não há possibilidade de analisar todos os aspectos de um fenômeno num tempo razoavelmente limitado (LÜDKE; ANDRÉ, 2013). Primeiramente, levou-se em consideração para a escolha do *lôcus*, os critérios de acessibilidade e conveniência. Num universo de 203 ações de Extensão Universitária realizadas pela UFFS no Campus Cerro Largo no período de 2010 a

2016, o recorte definido resultou na escolha de dois Programas e dois Projetos de Extensão (Quadro 4), tendo em vista que os primeiros têm maior amplitude que os segundos, pois envolvem montantes consideráveis de recurso financeiro e de público. Assim, a escolha de duas ações distintas de Extensão objetivou o enfoque que permitisse a análise de realidades diferentes.

Os demais critérios adotados para a escolha foram: as áreas temáticas, as linhas de extensão e o público alvo, procurando contemplar as atividades que caracterizassem a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e a construção de conhecimentos que promovam a emancipação.

Quadro 4 – Programas/projetos de Extensão selecionados para a pesquisa

<b>Título do Programa/projeto</b>	<b>Área temática</b>	<b>Linha de Extensão</b>
Programa: Programa Institucional de Formação Continuada dos Trabalhadores em Educação da Região Macromissioneira – Noroeste do Estado do RS.	Educação	Educação básica e formação de professores
Programa: Processos e ações de Extensão da ITCEES: desafios e impactos para o desenvolvimento territorial sustentável e solidário das regiões Noroeste e Missões do RS.	Trabalho	Desenvolvimento regional, tecnologia e Inovação
Projeto: Cidadania, Gênero e Diversidade Étnica: reconhecendo projetos societários.	Educação	Direitos individuais e coletivos
Projeto: Implantação de hortas e pomares como multiplicadores de Agroecologia e Alimentação.	Meio Ambiente	Segurança alimentar e nutricional

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

### 4.3 Sujeitos da Pesquisa

Foram definidos como sujeitos<sup>8</sup> desta pesquisa (quadro 5) os seguintes atores sociais: o Pró-Reitor de Extensão e Cultura no período de gestão *Pro Tempore* (2010-2015); o atual Pró-Reitor de Extensão e Cultura; o Diretor de *Campus* - nos períodos *Pro Tempore* e atuais; o atual coordenador adjunto de Extensão do *Campus*; os coordenadores dos programas/projetos de Extensão selecionados; e um participante de cada programa/projeto, totalizando treze participantes.

<sup>8</sup> Aqui identificados da seguinte forma: COORDENADOR 1, COORDENADOR 2, COORDENADOR 3, COORDENADOR 4; GESTOR 1, GESTOR 2, GESTOR 3, GESTOR 4, GESTOR 5; PARTICIPANTE 1, PARTICIPANTE 2, PARTICIPANTE 3, PARTICIPANTE 4.

Eles foram entrevistados com o objetivo de captar as suas percepções acerca do tema Extensão Universitária, bem como evidenciar as suas opiniões sobre os programas/projetos de Extensão, de acordo com o segmento a que cada um pertencia (gestor, coordenador ou participante).

Quadro 5 - Sujeitos da Pesquisa

<b>GESTORES</b>	Pró-Reitor de Extensão <i>Pro Tempore</i>
	Pró-Reitor de Extensão Atual
	Diretor de Campus <i>Pro Tempore</i>
	Diretor de Campus Atual
	Coordenadora Adjunta de Extensão
<b>COORDENADORES</b>	Coordenador de Programa 01
	Coordenador de Programa 02
	Coordenador de Projeto 01
	Coordenador de Projeto 02
<b>PARTICIPANTES</b>	Participante de Programa 01
	Participante de Programa 02
	Participante de Projeto 01
	Participante de Projeto 02

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

#### 4.4 Coleta dos Dados

Após a definição da abordagem da pesquisa, bem como o objeto de estudo e os sujeitos, a fase seguinte constituiu-se no delineamento das técnicas empregadas para a coleta dos dados. Primeiramente recorreu-se à pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, ou seja, fontes primárias e secundárias (LAKATOS; MARCONI, 2003). Na pesquisa documental, que se caracteriza por ser fonte original de informação, foram consultados os documentos referentes à criação, organização e funcionamento da Universidade e da atividade de Extensão Universitária, entre eles: os documentos da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE), a Política de Extensão da UFFS, o Regulamento da Extensão da UFFS, o catálogo “A Extensão Universitária na UFFS: Programas e Projetos – Editais 2010 a 2014”, as planilhas dos programas/projetos de Extensão do *Campus* Cerro Largo, além dos editais da Pró-Reitoria de Extensão (PROEC), das propostas de submissão,

relatórios e pareceres dos programas/projetos. Além desses materiais, reportou-se principalmente às publicações do FORPROEX e Rede Nacional de Extensão (RENEX), que reúnem um relevante aporte teórico sobre a temática da Extensão Universitária no âmbito nacional.

Por conseguinte, realizou-se a coleta nas fontes secundárias: livros, artigos científicos, anais de eventos e redes eletrônicas sobre os seguintes temas: desenvolvimento; desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional; universidade; e extensão universitária.

Partindo-se da concepção de Minayo (2010, p. 61), em que “o trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, e também estabelece uma interação com os atores que conformam a realidade”, a pesquisa de campo foi realizada no período de março a maio de 2017. Por meio da aplicação de roteiros semiestruturados, configurou-se no método de coleta de dados baseada num roteiro de perguntas, onde a pesquisadora teve a liberdade de obter mais informações sobre o tema desejado (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Com vistas a responder aos objetivos específicos da pesquisa, elaborou-se um roteiro para cada sujeito de pesquisa, com perguntas comuns a todos, e específicas a cada ator social em seu segmento - gestor (Apêndice A), coordenador (Apêndice B) ou participante do programa/ projeto (Apêndice C). As perguntas dirigidas aos sujeitos da pesquisa visavam à percepção desses atores quanto às atividades de Extensão: o seu significado, avanços, limites e importância. Os entrevistados adaptaram-se bem aos roteiros. Não foi realizado roteiro piloto.

Foram realizadas 13 entrevistas, das quais dez foram presencialmente e três por meio da ferramenta *Skype*, tendo em vista a localização dos sujeitos e a impossibilidade de deslocamento: os Pró-Reitores de Extensão (*Pro Tempore* e atual) estão lotados na Reitoria da UFFS, em Chapecó – RS; e um dos participantes é egresso da UFFS e reside atualmente em outra cidade. Os participantes foram convidados por e-mail para participar da entrevista, que foi previamente agendada em local e horário estabelecidos pelos participantes. A condição de a pesquisadora exercer as suas atividades profissionais no *lôcus* do estudo, permitiu recorrer aos conhecimentos e experiências pessoais como auxiliares no processo de compreensão e interpretação, e a reflexão pessoal, por sua vez, exerceu papel

importante na pesquisa (LÜDKE; ANDRÉ, 2013). As entrevistas totalizaram 372 minutos (6h20min) de gravação e 79 páginas de transcrição.

#### **4.5 Análise dos Dados**

Conforme Vergara (2014), os objetivos são alcançados com a coleta, o tratamento e a interpretação dos dados, sendo imprescindível correlacionar os objetivos com a maneira de alcançá-los. Na abordagem qualitativa a coleta e a análise dos dados ocorrem praticamente ao mesmo tempo.

A interação entre a coleta e a análise possibilita flexibilidade na interpretação dos dados e adaptabilidade nas conclusões (SAMPLERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Assim, as transcrições das entrevistas foram submetidas a uma análise de conteúdo, que conforme Vergara (2014), cria indicadores que podem interpretar e explicar os dados coletados, que normalmente são apresentados em forma de texto. Estudos de referência em análise de conteúdo remetem a Bardin, que, de acordo com Minayo (2010), têm evoluído em virtude da profundidade e do rigor científico cada vez mais exigido nas pesquisas (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). A análise de conteúdo consiste num conjunto de técnicas de análise, que emprega processos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), que recorrem a indicadores (quantitativos ou não), conforme Bardin (2006 apud MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 734).

Retomando a conceituação de Bardin, Minayo (2010) menciona que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que abrange várias maneiras de analisar materiais de pesquisa. Assim, mediante uma leitura compreensiva das transcrições das entrevistas, de maneira exaustiva, foram configuradas as Categorias de Análise (quadro 06), de acordo com as perguntas formuladas nas entrevistas - os principais temas - considerando as percepções dos três segmentos de sujeitos entrevistados: Gestores, Coordenadores de projetos/programas de Extensão e Participantes.

As categorias são comuns aos sujeitos de pesquisa Coordenadores e Gestores. A categoria “Contribuições da Extensão para o Desenvolvimento Regional” inclui os Participantes de programas/projetos de Extensão. A partir daí, criou-se também as Unidades de Registro, organizadas num quadro com a respectiva categoria, compreendendo os extratos de transcrições que se referem ao

indicativo de um aspecto. Por conseguinte, apresentam-se Unidades de Contexto, cujos extratos estão organizados em forma de citação, contextualizando-as no decorrer das categorias.

Quadro 06 – Categorias de Análise

CATEGORIAS				
1	2	3	4	5
Papel da Extensão Universitária	Operacionalização Ensino/Pesquisa/Extensão	Avanços/Desafios da Extensão	Contribuições da Extensão para o Desenvolvimento Regional	Eixos temáticos/Desenvolvimento Regional

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Tendo em vista a interpretação dos dados, busca-se com esse procedimento ir além do material baseando-se nas inferências, e assim atribuir significados mais amplos aos conteúdos analisados (GOMES, 2010).

#### 4.6 Questões Éticas

O projeto de pesquisa que antecedeu este estudo, assim como os roteiros semiestruturados para as entrevistas, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - UFFS. A realização das entrevistas ocorreu perante a assinatura do TCLE (Apêndice D) por todos os respondentes, que autorizaram a gravação de áudio. Esses TCLE's constituem-se no mesmo documento para cada sujeito, contendo no cabeçalho e no corpo do texto a identificação do segmento a que pertence. Os nomes dos participantes foram codificados, para garantir a confidencialidade das respostas.

A devolutiva dos resultados da pesquisa se dará mediante o envio de cópia desta dissertação em arquivo *Portable Document Format* (PDF) e convite aos sujeitos da pesquisa para assistir a sessão pública de Defesa deste trabalho.

Neste capítulo foi apresentado todo o caminho metodológico percorrido na pesquisa, identificando o tipo, a natureza, os objetivos, a unidade de análise, os sujeitos, a coleta, a análise e interpretação dos dados, além das questões éticas que envolvem um trabalho científico.

## **5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Este capítulo apresenta os dados da realidade investigada, e a discussão dos resultados, organizados em cinco seções. Os resultados obtidos correspondem aos objetivos específicos desta dissertação, a saber: a) identificar as áreas de Extensão desenvolvidas no Campus Cerro Largo, de acordo com definições da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE, 2010) e a Política de Extensão da UFFS; b) descrever os programas/projetos de Extensão desenvolvidos na UFFS - Campus Cerro Largo, no período de 2010 a 2016; c) compreender a percepção dos diferentes atores sociais sobre os programas e projetos de extensão universitária e o desenvolvimento regional; e d) analisar a efetividade dos programas/projetos com relação aos seus objetivos, metas e conclusões das propostas.

### **5.1 A Universidade Federal da Fronteira Sul**

Historicamente desassistida pelo poder público principalmente com relação ao ensino superior, a Mesorregião Grande Fronteira MERCOSUL (Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul) há décadas demandava uma universidade federal. A partir da preocupante constatação de que na metade sul do Estado existia quatro universidades federais, e que os jovens que para lá migravam dificilmente retornavam, foi constituído, no ano de 2005, o Movimento Pró-Universidade Federal do Norte do Rio Grande do Sul. Estabelecido a partir da organização de comitês, seminários, audiências, atos públicos e ampla mobilização regional, o movimento liderou uma série de processos que culminaram na criação da UFFS. Da união de forças com o movimento que pleiteava o mesmo objetivo no oeste de Santa Catarina e no sudoeste do Paraná, cujas características sociais, culturais e econômicas eram muito semelhantes, surgiu a propositura de uma instituição multicampi e interestadual, possibilitando acordos mais concretos com o governo federal (BENINCÁ, 2011).

Em junho de 2006, liderado pela Via Campesina e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (Fetraf Sul), um grupo de cerca de 70 pessoas, por meio de representante, retomou o diálogo com o Ministro da Educação. Após a recusa por parte do grupo, à proposta do Ministro em instalar um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) na região, ficou acordada a criação de uma comissão de elaboração do projeto de criação da universidade, instituída oficialmente em 2007, por meio de portaria do Ministério da

Educação e Cultura (MEC). Em 2008, o Projeto de Lei de Criação da Universidade foi assinado e enviado ao Congresso Nacional, e em 2009 ocorreu a posse da Comissão de Implantação da UFFS. No dia 15 de setembro de 2009, foi então oficialmente criada a UFFS, sob a Lei Nº 12.029, vindo a iniciar suas atividades acadêmicas no dia 29 de março de 2010.

A relevância do local e a participação dos diversos atores sociais na conquista da UFFS são destacados por Benincá (2011, p. 45):

Cabe ressaltar, portanto, a ampla compreensão acerca da importância e da necessidade de uma universidade federal na circunscrita área geográfica. Por outro lado, também merece destaque a iniciativa dos diversos segmentos da sociedade, bem como a luta concreta, articulada e estratégica em torno desse “sonho” que se tornou realidade. Sobressai ainda a noção consagrada pela cidadania ativa de que direito não se ganha, se conquista! E, de tudo isso, o que chama mais a atenção é o fato inédito dos movimentos sociais populares se estabelecerem como vanguarda de um processo que teve como mote central o valoroso direito à educação superior, pública, inclusiva e de qualidade para todos.

A UFFS foi a primeira universidade pública federal brasileira nascida dos movimentos sociais, englobando cerca de 400 municípios da Mesorregião Grande Fronteira MERCOSUL – Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul. O processo de criação da UFFS inicialmente contou com a instalação de cinco *campi*: Chapecó (SC) – sede da Instituição; Realeza e Laranjeiras do Sul (PR); Cerro Largo e Erechim (RS). Desde 2013, a cidade de Passo Fundo também passou a contar com um *campus* da UFFS, o qual oferece o primeiro curso de Medicina do Brasil instituído através do programa de expansão das escolas médicas do governo federal.

A UFFS expressa a possibilidade de que é possível desenvolver ensino superior público numa região que recentemente apresentava poucas perspectivas, como afirmam Trevisol; Cordeiro; Hass (2011, p. 32).

A UFFS é a mais viva e recente expressão da capacidade de mobilização dos atores sociais que, há décadas, lutam em defesa dos ideários mais importantes da emancipação social, como democracia, igualdade, respeito à diversidade, cidadania, direito à educação pública, gratuita e de qualidade, sustentabilidade e justiça social. Sua origem se dá, portanto, no âmago da sociedade civil organizada. Ela nasce de “fora para dentro”; surge dos movimentos sociais e, na sequência, legitima-se como instituição pública estatal por meio da Lei Federal 12.09/2009.

Desde o seu primeiro processo seletivo, a UFFS oportunizou o ingresso dos alunos oriundos da escola pública, por meio de índices de 10%, 20% ou 30% aplicados à nota do ENEM, que contemplavam cada ano do ensino médio cursado nessa rede escolar. Recentemente, com a nova lei da reserva de vagas nas

instituições federais de educação (Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC nº 18/2012) introduzida totalmente em 2013, considerando todos os cursos de graduação, em todos os turnos de oferta, a UFFS mais uma vez revolucionava.

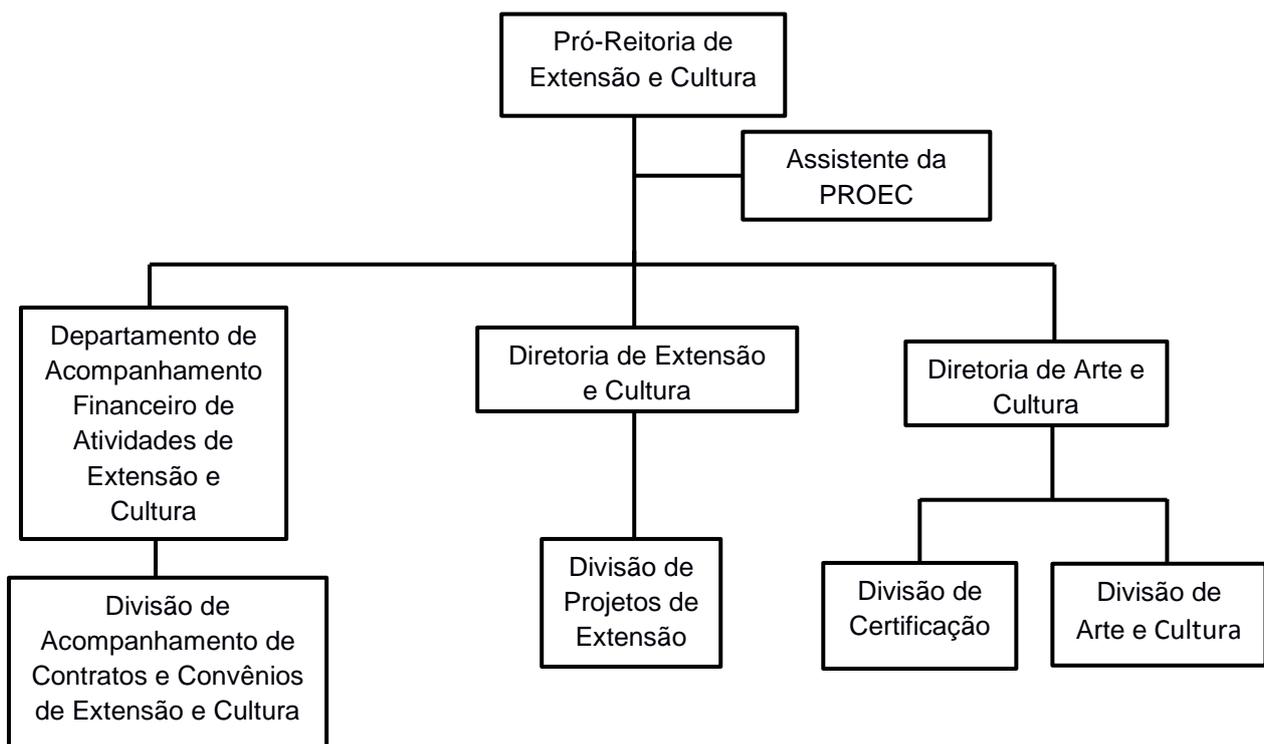
Desenvolvendo uma política de ingresso que atende a atual situação das escolas de ensino médio público nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, a UFFS reserva em torno de 90% das vagas na graduação para estudantes que cursaram o ensino médio exclusivamente em escola pública. O Projeto Político Institucional (PPI) da UFFS foi definido levando em consideração a participação social. A proposta definida caracterizou a instituição como “universidade popular”, que assumiu os compromissos de inclusão social, gestão democrática, escola pública, agricultura familiar e agroecologia (TREVISOL, 2015).

O objeto deste estudo é o *Campus* Cerro Largo, localizado no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, e a sua área de abrangência compreende as regiões Missões, Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial e Celeiro.

## 5.2A Extensão Universitária na UFFS

Na esfera administrativa, a Extensão da UFFS vincula-se à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), conforme a figura abaixo:

Figura 3: Organograma da PROEC



Fonte: Adaptado do site da UFFS, 2017.

No âmbito do Conselho Universitário (CONSUNI), a Extensão está vinculada à Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura; nos *campi*, aos Coordenadores Adjuntos de Extensão e Cultura.

Os documentos norteadores das ações de Extensão na UFFS são a Política de Extensão e o Regulamento da Extensão. O primeiro documento é fundamentado a partir de diretrizes e princípios institucionais e acadêmicos da Política Nacional de Extensão. Estabelece um elo entre as demandas regionais e as atividades de Ensino e de Pesquisa, na perspectiva de contribuir com ações voltadas à cidadania e à inclusão social, na formação de uma sociedade mais justa e igualitária (POLÍTICA..., 2011). O Regulamento, por sua vez, orienta as ações extensionistas na UFFS e apresenta a estrutura administrativa e organizacional da atividade, no âmbito dos encaminhamentos, da proposição, das competências, das modalidades de apoio, do financiamento, da avaliação e normatização.

Desde 2011, quando foi elaborada, a Política de Extensão da UFFS busca garantir que a atividade se configure num processo educativo, científico e cultural, que conectado ao Ensino e à Pesquisa de maneira indissociável, possa favorecer o “diálogo de saberes, a democratização do conhecimento acadêmico, a interdisciplinaridade e a participação da comunidade na construção da Universidade” (POLÍTICA..., 2011, p. 3), além da atuação da instituição no desenvolvimento regional. Como propósitos, a Política de Extensão da UFFS busca desenvolver programas e projetos que pactuem com a inclusão social, produção e difusão de conhecimento que contribua para a melhoria da qualidade de vida e para a formação do profissional cidadão.

A Extensão da UFFS baseia-se num conjunto de princípios fundamentais que constam em sua Política: o humanismo, a pluralidade, a justiça cognitiva, a autonomia intelectual, a cooperação, a sustentabilidade, a transformação social, indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a interdisciplinaridade e o caráter público (POLÍTICA..., 2011) O humanismo é indispensável para a educação formadora do ser humano e do pesquisador, como forma de relação que estabelece com o objeto investigado. É o reconhecimento da humanidade presente nos seres humanos, manifestando a “solidariedade e o companheirismo, pela igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, de opções de

vida, de estilos pessoais e do respeito às decisões coletivas”; além da sensibilidade ecológica e pelo respeito ao meio ambiente (POLÍTICA...,2011, p. 4).

O segundo princípio, a pluralidade, é relativo à natureza da própria Universidade, que inclui a pluralidade ao reconhecer a universalidade em três dimensões: o universal enquanto encontro da humanidade consigo mesma, com a multiplicidade de saberes produzidos ao longo da história por diferentes grupos humanos; enquanto multiplicidade de interpretações feitas historicamente e enquanto orientação ético-política de construção da história na qual possam coexistir diferentes formas de organização e de significação da existência (POLÍTICA..., 2011, p. 5).

Já a justiça cognitiva, está relacionada com os conhecimentos científicos e tecnológicos que a Universidade desenvolve e aperfeiçoa, contribuindo na medida em que possibilita aos “jovens e grupos sociais excluídos, o acesso aos saberes sistematizados, historicamente produzidos e socialmente legitimados, possibilitando o redimensionamento do conhecimento” (POLÍTICA..., 2011, p. 5).

É fundamental para o desenvolvimento da autonomia intelectual - o quarto princípio - uma postura investigativa nas atividades de Ensino na graduação e na pós-graduação, articuladas entre si e amparadas na Pesquisa e na Extensão. “A produção de autonomia do pensamento decorre necessariamente do cultivo permanente da interrogação e da problematização” (POLÍTICA..., 2011, p. 5).

Como forma de relação estabelecida entre os seres humanos, para regular sua ligação com a natureza e trabalho, está a cooperação, o quinto princípio da Extensão da UFFS, humanizando a realidade natural e social, que se contrapõe ao individualismo econômico moderno e à instrumentalização racional. Confere sentido humano ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão, por meio da participação coletiva e solidária na organização e desenvolvimento das atividades acadêmicas. “Implica o agir solidário, tanto na produção quanto na apropriação e distribuição dos resultados nas distintas atividades humanas” (POLÍTICA..., 2011, p. 6).

O sexto princípio diz respeito à sustentabilidade, que objetiva repensar e superar o atual modelo de desenvolvimento, por meio de ações individuais e coletivas que resultem em justiça social, solidariedade e responsabilidade nas relações entre o ser humano e a natureza. A sustentabilidade visa também promover alternativas ao “atual modelo de produção e de consumo, que tem nas necessidades

do mercado a sua principal referência e que reduz a natureza à condição de objeto e do ser humano à condição de consumidor” (POLÍTICA...; 2011. p. 6).

Como orientação social do fazer acadêmico no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, a transformação social é um princípio da Extensão da UFFS que “aposta na contextualização e na interpretação histórica e crítica como perspectiva de qualificar a intervenção social”. Além disso, reconhece a pertinência das demandas sociais a partir de sua contextualização histórica, conferindo-lhes um sentido emancipatório. Tem a perspectiva política orientada para um processo investigativo e pedagógico vinculado essencialmente aos processos sociais.

A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, o oitavo princípio, refere-se à articulação dialética entre a teoria e a prática para construir um fazer acadêmico socialmente relevante. “Contrapõe-se à operacionalização e à massificação da Universidade que resulta na degradação do Ensino, na mercantilização da Pesquisa e na funcionalização da Extensão” (POLÍTICA..., 2011, p. 6).

A interdisciplinaridade diz respeito à construção do conhecimento por meio do diálogo e da integração entre diferentes saberes e disciplinas, possibilitando a composição de interpretações abrangentes e complexas, além da intervenção mais qualificada na realidade. Enquanto que o caráter público traduz-se na como a atuação da universidade em benefício da maioria da população, principalmente daqueles que foram historicamente mantidos à margem dos benefícios resultantes do saber. A universidade como um todo, e a extensão em particular, são “bens públicos e é preciso garantir aos cidadãos o mais amplo acesso possível a eles. As atividades de extensão devem ser prioritariamente gratuitas evitando vieses mercantis nas relações universidade-sociedade”. (POLÍTICA..., 2011, p. 7).

As ações de Extensão da UFFS objetivam, em caráter geral, a promoção de uma relação transformadora entre a Universidade e a sociedade, onde seja possível o diálogo de saberes (uma via de mão dupla: saber científico/saber popular, ou ainda, a bilateralidade), e a democratização do conhecimento acadêmico. A Extensão pode se constituir num instrumento de transformação na melhoria da qualidade de vida da população, na medida em que a Universidade oportuniza a participação efetiva da comunidade na sua construção, assim como direciona as atividades extensionistas de maneira a atender também os interesses e necessidades dessa população. “Dessa forma, a Extensão ganha relevância social,

não só pelo enraizamento das questões levantadas na vida social, mas também pela possibilidade de construir junto com a população as respostas para essas questões” (TREVISOL; CORDEIRO; HASS, 2011, p. 62). Não obstante, a Extensão pode gerar uma relação social de impacto, auxiliando na superação de condições de desigualdade e exclusão.

A Política de Extensão (2011, p. 7) define os objetivos específicos das ações extensionistas da UFFS, conforme o Quadro 7.

#### Quadro 7 - Objetivos específicos das ações de Extensão

I - Desenvolver programas e projetos voltados para toda a sociedade, comprometidos com a inclusão social, com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas;
II - Difundir resultados e benefícios oriundos da criação cultural e artística e da pesquisa científica e tecnológica;
III - Manter a Universidade aberta à participação da população, promovendo amplo e diversificado intercâmbio com instituições, organizações e movimentos organizados da sociedade;
IV - Proporcionar ambiência acadêmica, que favoreça, a partir da Extensão, a construção do conhecimento emancipatório, a capacitação para a atuação profissional do acadêmico e a sua formação cidadã;
V - Promover o respeito à pluralidade de pensamento e à diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais;
VI - Fomentar o desenvolvimento de programas e projetos a partir de métodos participativos e de pesquisa-ação objetivando promover a cidadania e os valores democráticos dos diferentes sujeitos sociais envolvidos nas ações.

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

No ano de 2010, a UFFS realizou a I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão – COEPE, um importante espaço de interlocução sobre as prioridades da Universidade nas áreas do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. A iniciativa foi proposta pelas três Pró-Reitorias acadêmicas (Pesquisa e Pós-Graduação, Graduação e Extensão e Cultura) e pelos *campi* de Chapecó, Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza. Como propósitos principais destacam-se a mobilização da comunidade acadêmica nos diferentes campi e áreas do conhecimento, para definir as políticas norteadoras do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, além do aprofundamento da interlocução com a comunidade regional, com o objetivo de selecionar as agendas prioritárias da UFFS no que se referia ao Ensino, Pesquisa e Extensão.

Dentre os sete propósitos específicos da COEPE, merece destaque - tendo em vista a temática desta dissertação – o terceiro propósito: “definir as prioridades institucionais no campo na Extensão e da Cultura, considerando o compromisso da UFFS com o desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico de sua região de abrangência” (TREVISOL; CORDEIRO; HASS, 2011, p. 28). Como espaço

legítimo de interlocução e aprofundamento, a COEPE foi organizada com o tema central “Construindo agendas e definindo rumos” apresentando cinco dimensões, das quais a quarta possui mais relevância para esse estudo: “a quarta dimensão diz respeito à construção coletiva das políticas norteadoras do Ensino, da Pesquisa e da Extensão e à definição das ações prioritárias a serem implementadas nos primeiros anos de existência da universidade” (TREVISOL; CORDEIRO; HASS, 2011, p.17).

Levando em consideração os princípios<sup>9</sup> da UFFS e os objetivos gerais da Extensão, foram propostas na I COEPE ações (Quadro 8) para acolher as demandas apresentadas nos fóruns temáticos e grupos de discussão, que correspondem à temáticas prioritárias de Extensão da UFFS (POLÍTICA..., 2011, p. 17).

Quadro 8 - Ações/Fóruns Temáticos da I COEPE – Temáticas Prioritárias da Extensão da UFFS

<b>Ações/fóruns Temáticos da I COEPE – Temáticas Prioritárias da Extensão da UFFS</b>
1. Educação Básica e Formação de Professores
2. Conhecimento, Cultura e Formação Humana
3. Desenvolvimento Regional, Tecnologias e Inovação
4. História e Memória Regional
5. Linguagem e Comunicação
6. Energias Renováveis, Meio Ambiente e Sustentabilidade
7. Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Rural
8. Gestão das Cidades, Sustentabilidade e Qualidade de Vida
9. Movimentos Sociais, Cidadania e Emancipação
10. Juventude, Cultura e Trabalho
11. Políticas e Práticas de Promoção de Saúde Coletiva

Fonte: Adaptado da Política de Extensão da UFFS, 2011.

Ainda com relação à organização e operacionalização da Extensão na UFFS, a Política institucional (seguindo as deliberações do FORPROEX) apresenta oito áreas temáticas (Quadro 9).

Quadro 9 - Áreas temáticas das atividades de Extensão

<sup>9</sup> Humanismo, pluralidade, justiça cognitiva, autonomia intelectual, cooperação, sustentabilidade, transformação social, indissociabilidade (entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão) e interdisciplinaridade.

I - Comunicação	Comunicação Social; Mídia Comunitária; Comunicação Escrita e Eletrônica; Produção e Difusão de Material Educativo; Televisão Universitária; Rádio Universitária; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Comunicação Social; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área.
II - Cultura	Desenvolvimento de Cultura; Cultura, Memória e Patrimônio; Cultura e Memória Social; Cultura e Sociedade; Folclore, Artesanato e Tradições Culturais; Produção Cultural e Artística na Área de Artes Plásticas e Artes Gráficas; Produção e Artística na Área de Fotografia, Cinema e Vídeo; Produção Teatral e Circense; Rádio Universitária; Capacitação de Gestores de Políticas Públicas; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Cultura e Memória Social.
III - Direitos Humanos e Justiça	Assistência Jurídica; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Direitos Humanos; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Direitos de Grupos Sociais; Organizações Populares; Questão agrária.
IV - Educação	Educação Básica; Educação e Cidadania; Educação à Distância; Educação Continuada; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Incentivo à Leitura; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Educação; Cooperação Interinstitucional e Internacional na área de Educação.
V – Meio Ambiente	Preservação e Sustentabilidade do Meio Ambiente; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Aspectos de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Desenvolvimento Urbano e do Desenvolvimento Rural; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Meio Ambiente; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área de Meio Ambiente; Educação Ambiental, Gestão de Recursos Naturais, Sistemas Integrados para Bacias Regionais.
VI - Saúde	Promoção à Saúde e Qualidade de Vida; Atenção a Grupos de Pessoas com Necessidades Especiais; Atenção Integral à Mulher; Atenção Integral à Criança; Atenção Integral à Saúde de Adultos; Atenção Integral à Terceira Idade; Atenção Integral ao Adolescente e ao Jovem; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Saúde; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Desenvolvimento do Sistema de Saúde; Saúde e Segurança no Trabalho; Esporte, Lazer e Saúde; Hospitais e Clínicas Universitárias; Novas Endemias e Epidemias; Saúde da Família; Uso e Dependência de Drogas.
VII – Tecnologia e Produção	Transferência de Tecnologias Apropriadas; Empreendedorismo; Empresas Juniores; Inovação Tecnológica; Polos Tecnológicos; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Ciências e Tecnologia; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Direitos de Propriedade e Patentes.
VIII - Trabalho	Reforma Agrária e Trabalho Rural; Trabalho e Inclusão Social; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas do Trabalho; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Educação Profissional, Organizações Populares para o Trabalho; Cooperativas Populares; Questão Agrária; Saúde e Segurança no Trabalho; Trabalho Infantil; Turismo e oportunidades de trabalho.

Fonte: Adaptado da Política de Extensão da UFFS, 2011.

As ações de Extensão da UFFS se viabilizam por meio de proposição interna, ou seja, a iniciativa parte da própria instituição por meio da comunidade acadêmica (docentes, acadêmicos e técnicos-administrativos), ou por proposição externa, cuja iniciativa provém de entidade não governamental, demanda concreta da comunidade, ou, ainda, de órgão governamental para auxiliar no desenvolvimento

de políticas públicas. Essas proposições seguem as modalidades comunitária - que diz respeito à relação da universidade com a comunidade, prevista no Plano Nacional de Extensão Universitária, com o objetivo de promover a transformação social, pelo diálogo e troca de saberes com os diversos setores da sociedade; e a formação acadêmica permanente - que por meio da realização de ações voltadas para a comunidade universitária, viabiliza a construção do conhecimento e a criação de produtos acadêmicos, com vistas ao aperfeiçoamento acadêmico e profissional (POLÍTICA..., 2011).

As atividades se materializam conforme a classificação das ações de Extensão, definidas pelo FORPROEX (Quadro 10).

Quadro 10 – Classificação das ações de Extensão da UFFS

<b>I – Programa</b>	Conjunto articulado de Projetos e outras Ações de Extensão (Cursos, Eventos, Prestação de Serviços), preferencialmente integrando as ações de Extensão, Pesquisa e Ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo;
<b>II – Projeto</b>	Ação processual e contínua de caráter educativo, social e cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. O Projeto pode ser: a) vinculado a um Programa de Extensão (Projeto faz parte de uma nucleação de ações); b) não vinculado a um Programa de Extensão (Projeto isolado).
<b>III - Curso<sup>10</sup></b>	Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos.
<b>IV - Evento<sup>11</sup></b>	Ação que implica a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, mantido ou reconhecido pela Universidade.
<b>V – Prestação de Serviço</b>	Prestação de Serviço: É o trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.), visando contribuir, prioritariamente, na formação acadêmica e profissional e na qualificação do corpo docente da Universidade. De acordo com o Plano Nacional de Extensão (p. 7, 2000/2001) “a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social”.
<b>VI – Publicações e outros produtos acadêmicos</b>	Caracterizam-se como a produção de Publicações (manual, jornal, revista, livro, relatório técnico, anais, outros) e Produtos Acadêmicos (audiovisual: filmes, vídeos; cd's, programa de rádio, programa de TV, outros) resultados das ações de extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica.

Fonte: Adaptado da Política de Extensão da UFFS, 2011.

<sup>10</sup> Os cursos de Extensão classificam-se em: presencial, à distância, até 30 horas, igual ou superior a 30 horas, iniciação, atualização, treinamento e qualificação profissional e aperfeiçoamento.

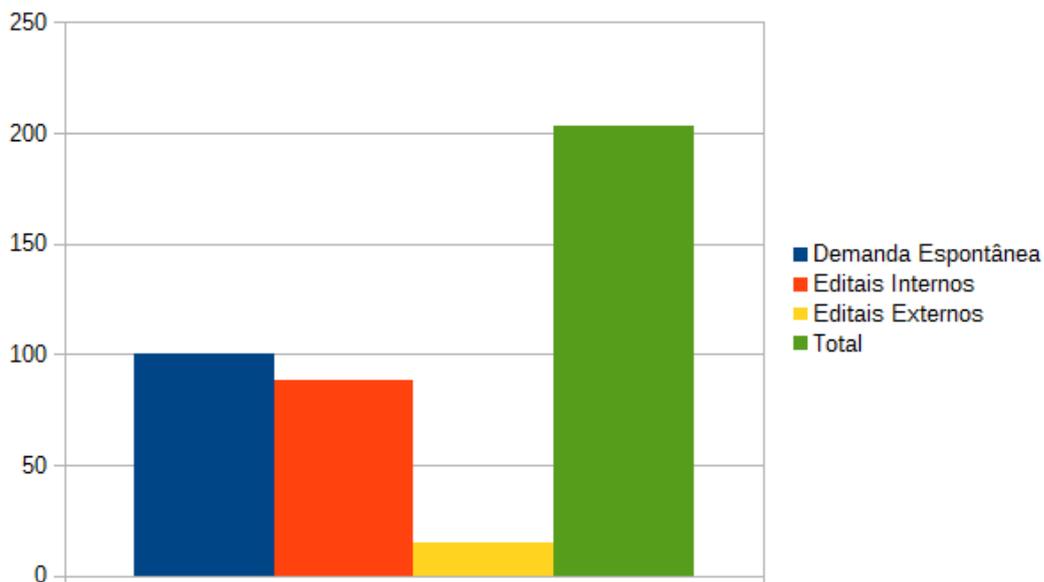
<sup>11</sup> Os eventos classificam-se em: congresso, seminário, ciclo de debates, exposição, espetáculo, evento esportivo, festival e outros.

### 5.2.1 O panorama da Extensão na UFFS – *Campus Cerro Largo*

A Extensão Universitária no *Campus Cerro Largo*, levando em consideração as temáticas prioritárias definidas na I COEPE, atua em três grandes frentes, que possuem programas/projetos sólidos e corpo docente consolidado: Formação de Professores; Agricultura, Agroecologia e Desenvolvimento Regional; e Cooperativismo e Economia Solidária.

Desde a implantação da UFFS em 2010 até o ano de 2016, foram realizadas 203 ações de Extensão no *Campus Cerro Largo*, entre Projetos, Programas e Eventos, das quais: 15 referentes a editais Externos (Apêndice E); 88 de Editais Interno (Apêndice F); e 100 de Demanda Espontânea (Apêndice G), conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Ações de Extensão do *Campus Cerro Largo* – 2010 a 2016



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Os principais objetivos dos editais é estimular a constituição e a operação de Projetos de Extensão na UFFS; a prática da extensão como uma das atividades estruturantes do fazer universitário; incentivar a participação de estudantes de graduação em Projetos de Extensão Universitária, em interação com docentes da UFFS; fomentar a socialização, a sistematização e a produção do conhecimento por meio das experiências de extensão; possibilitar o aprimoramento do ensino-aprendizagem em conexão com ações de extensão; e promover a interação entre Universidade e Sociedade.

A PROEC publicou 14 editais, entre os quais sete editais Internos e sete Externos (Quadro 11), além das Demandas Espontâneas.

QUADRO 11 - Relação de editais internos e externos de Extensão da UFFS

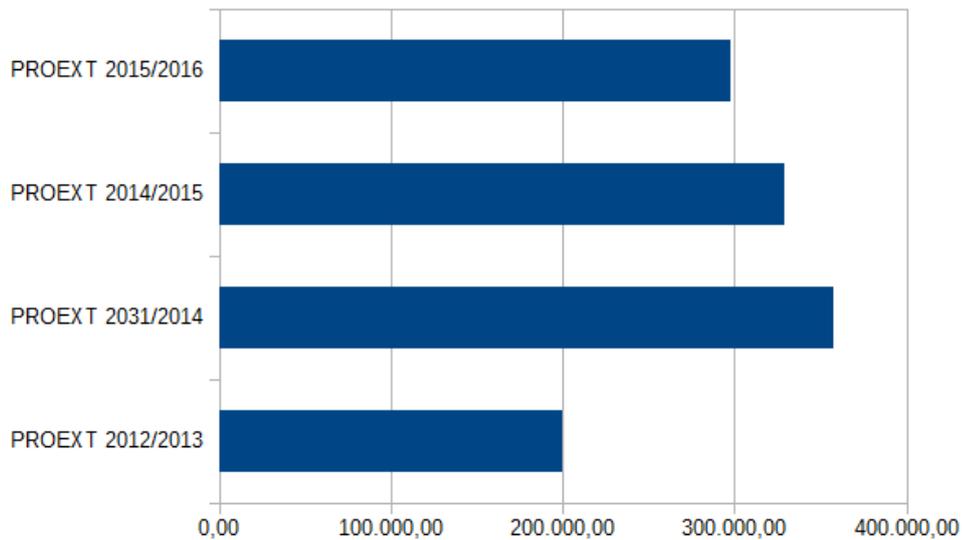
TIPO	EDITAL	PERÍODO
<b>Editais Internos</b>	01/PROEC/UFFS/2010	Março a dezembro 2011
	05/PROEC/UFFS/2011	Agosto a dezembro 2011
	09/PROEC/UFFS/2011	Março a dezembro 2012
	284/UFFS/2012	Março a dezembro 2013
	518/UFFS/2013	Abril a dezembro 2014
	804/UFFS/2014	Abril 2015 a junho 2016
	522/UFFS/2016	Outubro 2016 a dezembro 2019
<b>Editais Externos</b>	01/2011 SID/SNJ (MC/SGPR) Juventude Rural	2012-2013
	20 RJ	Janeiro a novembro 2013
	MCTI/MAPA/MEC/MPA/CNPq/81	2013
	PROEXT 2013	Janeiro a dezembro/2013
	PROEXT 2014	Janeiro a dezembro/2014
	PROEXT 2015	Janeiro a dezembro/2015
	PROEXT 2016	Janeiro a dezembro/2016

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da PROEC, 2017.

O maior número de ações de extensão desenvolvidas concentrou-se nas demandas espontâneas.

Em termos de recursos investidos na Extensão, o gráfico 2 ilustra os montantes do PROEXT.

Gráfico 2 – Recursos do PROEXT – 2012 a 2016.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Estes recursos foram investidos a partir do ano de 2012, atingindo a maior quantidade disponibilizada no período de 2013/2014.

### **5.3 Efetividade dos Programas/Projetos de Extensão da UFFS – Campus Cerro Largo**

Os programas/projetos selecionados para a pesquisa foram descritos contemplando: linha temática, linha de Extensão, objetivos gerais e específicos, público-alvo, parcerias, produtos acadêmicos gerados, impactos, dificuldades e conclusões, que constam nos quadros 13, 14, 15 e 16.

O “Programa Interinstitucional de Formação Continuada de Trabalhadores em Educação da Região Macromissioneira – Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul” (quadro 12), visa aprimorar a educação pública básica na Região Macromissioneira - Noroeste do RS – na perspectiva de efetivação social do direito universal à educação, de reflexão sobre as práticas e formações dos profissionais, de coordenação interinstitucional, de interdisciplinaridade e de interlocução entre os profissionais das Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e comunitárias, e os profissionais das escolas estaduais e municipais. A proposta assume a formação continuada de educadores/as com base na racionalidade da interlocução das múltiplas vozes, em vista à emancipação, e sublinha o princípio do protagonismo dos trabalhadores em educação.

Seu início deu-se a partir da composição da Comissão Interinstitucional de Formação Continuada dos Profissionais de Educação, composta por representantes

de Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), Secretarias Municipais de Educação, de núcleos do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS – Sindicato), de Instituições de Ensino Superior (IES), e da Promotoria de Justiça Regional de Educação de Santo Ângelo e Missões, coordenados pela equipe de professores das Licenciaturas (Letras – Português e Espanhol, e Ciências – Biologia, Física e Química) da UFFS – *Campus Cerro Largo*. Este grupo de trabalho dirigente atendeu a demanda dos professores, ofertando, a partir de julho de 2011, por meio da realização de colóquios regionais, uma formação continuada focada na “escuta dos diversos representantes do setor educacional da região” (GASTALDO; ARENHART; ANGST, 2015, p. 27).

Os colóquios realizados nas CREs totalizaram 72 salas temáticas. As ações propostas nesses colóquios geraram 12 Grupos de Trabalho (GTs) divididos em áreas epistêmicas e temáticas: Alfabetização; Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza; Curso Normal; Curso Educação de Jovens e Adultos; Educação no Campo; Educação Profissional; Funcionários; Gestão; Linguagens; Matemática; e Seminário Integrado. O Programa teve a participação de um público estimado de 4.198 pessoas.

O resultado mais significativo esperado e alcançado pelo Programa, de acordo com o coordenador, foi a mudança da prática pedagógica. A expectativa é de que os trabalhadores em educação tornem-se protagonistas de sua formação, e que possam agregar a Pesquisa como parte de suas práticas pedagógicas.

Atualmente, o Programa está vigente, sob o edital PROEXT 2016 – 2017, mas operacionalizado de maneira distinta da proposta original, em função da falta de apoio orçamentário do governo estadual, que mantinha a contrapartida de recursos que financiava a participação dos trabalhadores em educação (diárias, transportes, etc.). As ações de Formação Continuada estão ocorrendo de maneira mais pontual e de curta duração, dentro das possibilidades que a atual conjuntura política e econômica (estadual e federal) permite.

Quadro 12 – Programa de Formação Macromissioneira

LINHA TEMÁTICA - Educação
LINHA DE EXTENSÃO - Educação básica e formação de professores

**OBJETIVO GERAL** - Contribuir com o aprimoramento da educação pública básica na região macromissioneira do Rio Grande do Sul na perspectiva de efetivação social do direito universal à educação de qualidade científica e social, de reflexão sobre as práticas e formações dos profissionais, de coordenação interinstitucional, de interdisciplinaridade e de interlocução entre os profissionais das Instituições de Ensino Superior, públicas e comunitárias, e os profissionais das escolas estaduais e municipais.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS** - Organizar e manter grupos de trabalho, por áreas de conhecimento e eixos temáticos, de profissionais da educação básica das redes municipal e estadual e de assessores colaborativos das Instituições de Ensino Superior, públicas e comunitárias;

- Planejar, coordenar e realizar ações voltadas à qualificação teórica e pedagógica dos profissionais da educação básica;
- Promover a reflexão crítica da prática docente, possibilitando a autonomia teórica e metodológica;
- Instigar a construção da autoria intelectual dos profissionais de educação, por meio da escrita de seus diários de bordo e de atas das ações e eventos coletivos;
- Assessorar os profissionais de educação em seus esforços de pesquisa-ação em torno de situações problemáticas de seu campo profissional e de sistematização e publicação de experiências bem sucedidas de seu trabalho;
- Assessorar os profissionais da educação básica em seus esforços para adequar as suas práticas, ao mesmo tempo, às demandas dos educandos e às exigências legais;
- Articular em âmbito regional o ensino, a pesquisa e a extensão das Instituições de Ensino Superior, públicas e comunitárias;
  - Estabelecer integração de experiências pedagógicas entre a formação inicial dos cursos de licenciatura das Instituições de Ensino Superior, públicas e comunitárias e os profissionais de educação da escola básica;
  - Promover a produção acadêmica no âmbito da educação científica, práticas educativas, identidade docente e formação de profissionais de educação;
  - Promover o diálogo com os docentes da Educação Básica, possibilitando o aperfeiçoamento na arte da pesquisa, vinculada ao seu campo profissional e, particularmente, ao registro e publicação dos resultados de suas pesquisas;
  - Subsidiar os professores e outros trabalhadores em educação para o diálogo intercultural com alunos de diferentes identidades culturais, na perspectiva de uma convivência cidadã e pacífica;
  - Subsidiar os professores e outros trabalhadores em educação quanto aos fundamentos científico-tecnológicos das cadeias produtivas a que, por opção das unidades escolares, se articulam os respectivos projetos pedagógicos, conforme a ideia-força da “articulação da educação escolar com o mundo do trabalho e a prática social”, da Resolução nº 04/2010 do CNE/CEB;
  - Articular-se com as políticas de programas e ações educacionais propostas pelo governo federal, como por exemplo, Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, Apoio a gestão Educacional, Ensino Médio Inovador, entre outros.

**PÚBLICO-ALVO** - Professores, funcionários e gestores das redes municipal e estadual de ensino. Cada uma das seis CREs<sup>12</sup> envolvidas escolherá por critérios por eles pré-definidos em conformidade com os representantes das escolas. Estes professores serão responsabilizados pela formação de novos GTs. Cada um dos 66 GTs previstos poderá ser composto por aproximadamente 50 trabalhadores em educação que comporão os GTs por área de conhecimento ou de atuação.

**PARCERIAS** - CREs (Cruz Alta, Santo Ângelo, Santa Rosa, Três Passos, São Luiz Gonzaga e Ijuí); CPERS (Núcleos 9º, 10º, 11º, 27º, 31º, 33º, 35º, 36º); Secretarias Municipais de Educação; Promotoria de Justiça Regional de Educação de Santo Ângelo; Instituto Federal Farroupilha (Santa Rosa, Santo Augusto, Panambi); UERGS; UNIJUÍ; URI; IESA; UNICRUZ; e SETREM.

**PRODUTOS GERADOS** - Capítulo de livro, livro, oficinas, produto audiovisual (DVD), produto audiovisual (Vídeo), resumo/Anais, comunicações em eventos, E-book com 300 relatos de experiências, website.

**IMPACTOS - CIENTÍFICO** - Os artigos, livro, E-book e resumos em anais de eventos são sistematizações de uma produção acadêmica no âmbito da educação científica, indicativos dos resultados efetivos sobre as práticas educativas, identidade docente e formação de profissionais de

<sup>12</sup> 9ª CRE – Cruz Alta; 14ª CRE – Santo Ângelo; 17ª CRE – Santa Rosa; 21ª CRE – Três Passos; 32ª CRE – São Luiz Gonzaga; 36ª CRE – Ijuí.

educação. A manifestação dos professores integrantes de outras IES participantes aponta para a articulação estabelecida a partir do programa. Trouxe mudança de postura das demais IES em relação às suas proposições de formações continuadas para educação básica, deslocando de um eixo de prestação de serviço pontual (palestras e cursos de curta duração) para propostas articuladas em longo prazo, organizadas a partir do contexto escolar. SOCIAL - A formação dos trabalhadores em educação é promotora da articulação da educação escolar com o mundo do trabalho e a prática social. Com suas práticas reflexivas focadas nas demandas escolares, permitem aos trabalhadores em educação participantes do programa a busca de subsídios para o enfrentamento à exclusão social e o fracasso escolar das crianças e adolescentes, para o efetivo cumprimento da legislação educacional que exige a oferta universal de educação de qualidade, no sentido de formação integral que articule os conhecimentos requeridos para o desenvolvimento da pessoa, para o exercício da cidadania e para a compreensão científica dos modos como se produz, distribui e consome os bens materiais e simbólicos necessários para viver. Os impactos sobre a sociedade e seus sujeitos, com relação à educação, são visualizados em longo prazo.

DESAFIOS - Parte das dificuldades encontradas refere-se aos entraves burocráticos para a execução de um programa deste porte. Pelo viés jurídico, a necessidade de um equacionamento das esferas federal, estadual e municipal envolvidas. Pelo viés orçamentário, as dificuldades de empenho e liberação dos recursos. Parte dos materiais orçados dentro do PROEXT 2014 só foi disponibilizada no final do ano, após a finalização da formação. Algumas CREs optaram por uma formação de todos os trabalhadores em educação. O GT dos funcionários atuou com um número superior a 150 integrantes, quando a previsão inicial era de no máximo 50.

CONCLUSÕES - Efetivação, a partir das ações da execução do programa, da pesquisa como princípio formativo. Professores e funcionários de escolas sentiram-se fortalecidos para buscar a proposição de projetos de melhoria de direitos e de inclusão social de suas respectivas comunidades escolares. Criação e consolidação de espaços para a área de educação, em particular da educação profissional, com reflexões, publicização e sistematização das experiências significativas realizadas nas escolas. A partir do programa possibilitou-se a mediação das IES nos processos de formação continuada dos professores de escola básica, a partir do apoio das diversas IES da região, todas as CREs da Região Macromissionária, do trabalho conjunto com a Promotoria de Justiça em Educação de Santo Ângelo articulando a participação das Secretarias Municipais de Educação (SMEDs).

EXPECTATIVAS - Os professores e gestores da educação básica elaboraram uma moção de continuidade das ações formativas propostas pelo Programa de Formação Continuada Macromissionária solicitando à nova gestão do Governo Estadual, a continuidade do apoio por parte da Secretaria Estadual de Educação. O programa poderá passar por pequenas reformulações em função das questões de adequações levantadas durante a execução do programa, bem como de algumas alterações decorrentes da nova orientação da Educação estadual, proposta pela gestão do novo Governo Estadual.

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

O Programa “Processos e ações de Extensão da Incubadora Tecnosocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários (ITCEES): desafios e impactos para o desenvolvimento sustentável e solidário das Regiões Noroeste e Missões do Estado do Rio Grande do Sul” (quadro 13), resulta de uma série de ações desenvolvidas ao longo do tempo. A articulação dos seguintes projetos de Extensão via editais externos, internos e demanda espontânea culminaram no referido programa: Formação e institucionalização da ITCEES; Implantação do Laboratório de Administração da UFFS – *Campus Cerro Largo*; Capacitação de agentes multiplicadores e estruturação da ITCEES; Formação, organização e institucionalização da ITCEES; Metodologia para a implantação do Programa de

formação e institucionalização da ITCEES; Disseminação de conhecimentos sobre economia solidária e cooperativismo na área de atuação da UFFS – *Campus Cerro Largo*; A ITCEES na dinâmica do desenvolvimento da região Norte e Nordeste do Estado do RS.

Em virtude do envolvimento de diferentes atores nos processos de operacionalização da Incubadora, seis GTs interligados atuam:

1. na CONSOLIDAÇÃO das ações – “Incubação e Assessoramento técnico de Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária”; “Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão”;
2. na AMPLIAÇÃO das ações – “Articulação e apoio à organização de associação de Catadores”; “Disseminação da Economia Solidária e Cooperativismo entre crianças e jovens da rede pública de Ensino”; e
3. nas ações de DESENVOLVIMENTO – “Articulação com Políticas Públicas para a Economia Solidária”; e “Integração com outras Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs)”.

A ITCEES desenvolve práticas de incubação e cooperação, atuando por meio de ações de Extensão, prestando assessoria técnica e social. Atualmente ela incuba a Rede de Cooperativas, Associações e Agroindústrias da Agricultura Familiar do Território Missões (REMAF); e a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Cerro Largo (COOPACEL). Além disso, iniciou um projeto de Educação Ambiental e curso de capacitação com os cooperados da Cooperativa de Catadores Unidos pela Natureza (COOPERCAUN). Recentemente, lançou o programa “Pensar o Amanhã”, que promove práticas de educação ambiental escolar, com o objetivo de despertar a percepção da sociedade sobre os problemas ambientais e contribuir para a conscientização, mobilização e atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

O Programa interliga três projetos: Projeto de Educação Ambiental aplicado às Séries Iniciais do Ensino Fundamental, que pretende fazer um diagnóstico da Educação Ambiental para posterior planejamento e direcionamento dos programas nas escolas; Projeto de Sensibilização e Mobilização da Comunidade Cerro-larguense, que se configura para realizar ações para uma mudança de consciência coletiva da população do município sobre as questões ambientais; e Projeto de Conscientização e Sensibilização dos Catadores de Materiais Recicláveis, cujo

trabalho é conscientizar os próprios agentes ambientais sobre questões técnicas relativas aos resíduos sólidos, bem como seus trabalhos no cotidiano.

A ITCEES recebe assessoria da Incubadora de Tecnologia Social da UNIJUÍ (ITECSOL), faz parte da Rede Nacional de Incubadoras Sociais, e das novas incubadoras do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Solidárias (PRONINC). Estima-se um público de 19.000 pessoas no Programa, entre participantes e beneficiados.

Os principais resultados previstos, e alguns já obtidos (o Programa ainda está em andamento) destacam-se o auxílio no desenvolvimento social, econômico e ambiental, além da possibilidade de promoção da autonomia e emancipação de pessoas em situação de vulnerabilidade social, ou seja, que não tiveram acesso à Educação, ou que estão desempregadas. Da mesma forma, a promoção da autogestão, por meio da assessoria técnica e gerencial de cooperativas e associações, que é o foco da Economia Solidária.

#### Quadro 13 – Programa da ITCEES

LINHA TEMÁTICA: Trabalho
LINHA DE EXTENSÃO: Desenvolvimento Regional, tecnologia e inovação.
OBJETIVO GERAL: Fomentar, compreender e descrever os processos e ações de Extensão da ITCEES frente ao desenvolvimento territorial sustentável e solidário das regiões: Missões, Celeiro, Noroeste Colonial e Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: O programa trabalhará com a construção coletiva das ações de Extensão entre os envolvidos (professores, técnicos, alunos bolsistas, voluntários, representantes dos empreendimentos incubados, parceiros externos e agentes da sociedade civil) o que permitirá o alcance dos resultados de forma colaborativa e dinâmica através das discussões geradas em grupo. - Cada Grupo de Trabalho (GT) estará voltado para o acompanhamento de um processo de Extensão do programa, que compreende: a consolidação, o desenvolvimento e o fortalecimento da atuação da ITCEES. A finalidade de cada GT é a incorporação de grandes temas voltados para a geração de trabalho e renda por meio do apoio e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários.
PÚBLICO-ALVO: Integrantes da economia popular, solidária e catadores de materiais recicláveis; trabalhadores do meio rural e da agricultura familiar; desempregados ou inseridos na informalidade, estudantes da rede pública e privada; professores, técnicos e discentes das IES; e sociedade civil organizada e a população de Cerro Largo.
PARCERIAS: Câmara de Vereadores, Cáritas, Catadores, Colégio La Salle Medianeira, COOPACEL, Leo Clube, Lions Clube, Necoop, Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, Prefeitura Municipal de Cerro Largo, Promotoria de Justiça de Cerro Largo, REMAF, Sicredi, Unochapecó, URI Cerro Largo, Defensoria Pública da Comarca de Cerro Largo.
PRODUTOS GERADOS: GT1: Guia de Informações para Incubadas Tecnossociais de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários; Artigos Científicos ou Livro; relatório de visita técnica aos incubados; plano de ação estratégico voltado às necessidades de cada empreendimento; relatório de assessoria técnica; Relatórios Semestrais de Acompanhamento; Relatório Semestral de Acompanhamento com parecer favorável a desincubação do empreendimento. GT2: Trabalhos de conclusão de curso; relatórios de estágio supervisionado nos empreendimentos incubados; Registro Fotográfico; dissertações de mestrado; artigos científicos ou relatos de experiência; resumo de

trabalho no SEPE da UFFS; Certificado da apresentação em eventos e certificado de participação ou publicação em eventos ou periódicos.

GT3: Relato de Visitas; Relatório de Viabilidade econômica e socioambiental; Relato de Visitas, atas ou lista de presença das Reuniões; Estatuto da Associação. GT4: Jogos didáticos; Folders, Cartazes, Clipping. GT5: Folders, cartazes, Clipping, palestras nas escolas. GT6: registro fotográfico; certificado da apresentação em eventos e certificado de participação ou publicação em eventos ou periódicos; relatório de visita técnica a ITCPS; blog ou outro espaço virtual; relatório de visita técnica a ITCPS.

IMPACTOS: Amenizar diferentes problemas regionais, estimulando o desenvolvimento de novas metodologias de incubação articuladas com processos de desenvolvimento territorial e regional. Alavancar as condições de vida de uma população com dificuldades na obtenção dos benefícios do crescimento econômico e social, devido a baixa condição de acessar o mercado formal de trabalho. As atividades da ITCEES estão pautadas nos três pilares de trabalho do ensino superior público: Ensino, Pesquisa e Extensão. No ENSINO, as contribuições estão alicerçadas nas trocas de conhecimentos teóricos entre professores e alunos da UFFS. Na PESQUISA, a ITCEES é conhecida como um berço para os estudos científicos. Na EXTENSÃO a contribuição das atividades da incubadora é ímpar. Através dos encontros, reuniões, visitas técnicas com os incubados, a incubadora trabalhará suas demandas urgentes e emergentes. As ações da incubadora desencadeiam de forma progressiva e positiva na melhora da qualidade de vida das famílias dos beneficiados, gerando um impacto positivo para todos os envolvidos nesse processo.

DESAFIOS: Atualmente a ITCEES auxilia os incubados Remaf e Coopacel na certificação dos produtos orgânicos e na comercialização em pequena escala com princípios de cooperativismo. Auxílio a um grupo de catadores que estão formando uma nova cooperativa para ampliar e melhorar a gestão de resíduos sólidos urbanos vinculados a políticas públicas, em um trabalho interdisciplinar. Os desafios são de articular os GTs de forma a promover o desenvolvimento sustentável com os incubados, e ainda interligar com o ensino, pesquisa e extensão, e organizar da melhor forma possível.

CONCLUSÕES: A ITCEES atua como um lócus de promoção e disseminação do conhecimento com a sociedade, e possui uma política de ação para a promoção do desenvolvimento local junto às entidades do poder público e da comunidade local e regional, de forma sustentável e solidária. O projeto vem cumprindo suas metas e objetivos.

EXPECTATIVAS: Dar continuidade ao seu trabalho com o propósito de construir um mundo melhor para as gerações futuras, através das suas atividades de extensão. O foco principal é nas ações de solidariedade e cooperação entre professores, técnicos, alunos, comunidade, incubados, movimentos sociais, clubes de serviços, associações entre outros. Almeja-se que, ao fim do processo de incubação, os empreendimentos conquistem autonomia e viabilidade econômica.

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

O Projeto “Cidadania, Gênero e Diversidade Étnica: reconhecendo projetos societários” (quadro 14) objetivou a conexão de segmentos culturais para a realização de uma sociedade democrática e pluralista, por meio da identificação de diferentes conceituações teóricas e vivenciais sobre a cidadania. Compartilhando com atores sociais locais, buscou numa perspectiva integradora de direitos humanos e da realização dos direitos fundamentais, a concepção multicultural de cidadania que a Carta Constitucional de 1988 fundamentou como o Estado Democrático de Direito no Brasil. A motivação para a continuação da proposta foi introduzir na universidade e na formação dos acadêmicos os desafios de uma sociedade

democrática e pluralista, assentada no respeito às diferentes orientações e afirmações de gênero e etnia.

As atividades realizadas pelo Projeto foram oficinas, cursos de formação e debates, dentre os quais se destacam: Debate sobre “Os direitos dos Povos Indígenas na Atualidade” e o “Reconhecimento de Direitos: a mulher indígena na atualidade”; “Oficina de Artesanato Indígena”; e “Curso de Formação de Professores sobre a História Indígena na Escola”. Essas ações promoveram reflexões sobre a cidadania pelo ideário da pluralidade e diversidade, além de instigar a discussão sobre os costumes de etnia e gênero, pensando as relações de poder, que não somente as formas de governança. Estava previsto o fechamento do Projeto com a realização de uma atividade de culminância, mas a desistência da escola sede do evento, uma semana antes da data, acabou por prejudicar, em parte, os resultados. O Projeto teve o alcance de aproximadamente 1.500 envolvidos, e foram realizadas duas edições, em 2011 e 2014 de “Cidadania, Gênero e Diversidade Étnica: reconhecendo projetos societários” e uma edição de “Cidadania, Diversidade, Linguagens e Contextos Sociais: reconhecendo projetos societários” em 2012.

#### Quadro 14 – Projeto Cidadania, Gênero e Diversidade Étnica

LINHA TEMÁTICA: Educação
LINHA DE EXTENSÃO: Direitos Individuais e Coletivos.
OBJETIVO GERAL: Promover diálogos interculturais e institucionais entre a comunidade acadêmica e a sociedade local, com o objetivo de desenvolver políticas públicas de educação, memória e justiça, sintonizadas com as prerrogativas constitucionais de garantia de direitos fundamentais relativos a diversidade étnica, à expressões culturais e materiais de uma sociedade multicultural, inclusiva e solidária.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Formação crítica de acadêmicos, de representantes institucionais e jovens acerca dos desafios de uma sociedade multicultural, capacitando-os como multiplicadores locais e/ou regionais sobre a importância da realização de uma sociedade democrática e pluralista, tendo em vista a promoção dos direitos humanos.
PÚBLICO-ALVO: Estudantes de Ensino médio, universitários e comunidade.
PARCERIAS: Ministério Público Federal, Mestrado em Direito e Multiculturalismo URI - Santo Ângelo, membros da comunidade, Escola Estadual de Educação Básica Eugênio Frantz e Colégio La Salle Medianeira.
PRODUTOS GERADOS: Oficinas, cursos de formação e debates.
IMPACTOS: SOCIAL - Alcance de 563 participantes. NATUREZA ACADÊMICA - Permitiu à comunidade escolar reflexões sobre o ensino da História Indígena e os debates sobre as políticas públicas.
DESAFIOS: Continuidade do projeto.

**CONCLUSÕES:** O projeto cumpriu parcialmente os seus objetivos. No tocante às diretrizes de natureza acadêmica e de relação com a sociedade, o projeto cumpriu sua função.

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

O Projeto “Implantação de hortas e pomares como multiplicadores de Agroecologia e Alimentação Saudável” (quadro 15) surgiu da preocupação com a questão ambiental e a importância de introduzir esse debate na sala de aula e em ambientes paralelos, objetivando a sensibilização dos estudantes – futuros cidadãos – e a sua mobilização para as práticas coletivas sustentáveis, que levem ao equilíbrio natural.

Nesse sentido, a ação objetivou estimular o pensamento crítico e proporcionar aos estudantes das escolas envolvidas, o acesso à informação e ao conhecimento prático, visando à disseminação de práticas com base ecológica, por meio da implantação de hortas e pomares. Oportunizar a vivência prática da produção de sua própria merenda escolar; e somado a isso, a questão interdisciplinar: a importância lúdica de integrar as ações de cultivo das hortas e pomares com os conteúdos da sala de aula, também foram proposições do projeto.

Os estudantes participaram de Oficinas sobre assuntos referentes a Fruticultura, além de visitas e jornadas técnicas, com destaque para a “Jornada Técnica sobre o Cultivo do Morangueiro”. O Projeto teve duas edições: em 2013 e 2014. Em torno de 600 estudantes envolveram-se nas ações. As limitações enfrentadas foram em razão do pouco envolvimento dos professores das escolas nas atividades interdisciplinares; e os períodos de férias escolares, que prejudicaram a manutenção dos pomares e hortas.

#### Quadro 15 – Projeto Implantação de hortas e pomares

LINHA TEMÁTICA: Meio Ambiente
LINHA DE EXTENSÃO: Segurança Alimentar e Nutricional
OBJETIVO GERAL: Implantar hortas e pomares pedagógicos com produção em sistema de base agroecológica, em escolas públicas do município de Cerro Largo.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Fomentar a ação cooperativa dos estudantes, proporcionada pelo desenvolvimento de atividades na horta escolar, baseadas no trabalho mútuo e solidário; - Possibilitar aos estudantes a ligação entre o conhecimento teórico adquirido em sala de aula e o manejo da horta e pomar da escola; - Estimular o consumo de frutas e verduras entre os estudantes; - Difundir a agroecologia como meio de produção sustentável de alimentos; - Oportunizar aos estudantes o aprendizado do cultivo de hortaliças e frutas; - Construir hortas e pomares, e tê-los como efeito multiplicador da disseminação da atividade hortifrutícola no município;

- Incentivar a construção de hortas rurais e urbanas, pelos próprios alunos em suas residências.
PÚBLICO-ALVO: Estudantes, professores, pais de estudantes e produtores rurais.
PARCERIAS: Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre José Schardong; Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Otto Flach; EMATER/RS; e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
PRODUTOS GERADOS: Oficinas, visita técnica, viagem de capacitação e artigo científico.
IMPACTOS: NATUREZA ACADÊMICA - Vivência do processo de educar e aprender como implantar e manter uma área de produção de alimentos de base agroecológica, de forma metódica e participativa. RELAÇÃO COM A SOCIEDADE – Os estudantes ao interferirem nas práticas utilizadas pelos pais nas próprias casas influenciam a sociedade local.
DESAFIOS: O período de férias prejudicou a execução do cronograma.
CONCLUSÕES: O objetivo norteador do projeto foi alcançado. Houve grande engajamento dos estudantes no desenvolvimento das atividades, resultado em ações cooperativas. A produção de base ecológica foi aliada aos conhecimentos teóricos e práticos de sala de aula, auxiliando no processo de aprendizagem.

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

#### 5.4 A Extensão Universitária na ótica dos Atores Sociais envolvidos

A categoria “Papel da Extensão Universitária” apresenta as percepções dos respondentes acerca das atribuições dessa atividade, com relação à sociedade e a academia (quadro 16).

Quadro 16 – Categoria 1 - Papel da Extensão Universitária

Unidades de Registro	Sujeitos
Relação da universidade com o contexto onde ela está situada.	Coordenador 1
Relevância Social; desenvolve o entorno da universidade.	Coordenador 2
Enquanto não gera conhecimento, não tem Extensão.	Coordenador 3
Universidade enquanto lugar de participação social.	Coordenador 4
Inserir a universidade na área de abrangência; papel formativo.	Gestor 1
Instrumento de formação profissional. Dar visibilidade e credibilidade à universidade.	Gestor 2
Conexão do mundo acadêmico ao mundo real.	Gestor 3
Retorno do conhecimento acadêmico para a sociedade.	Gestor 4
Trazer para a Universidade o que a comunidade necessita.	Gestor 5

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Nesta categoria, destaca-se a relação da universidade com o contexto social: a comunidade e seu entorno, a área de abrangência e a participação dos sujeitos além-muros institucionais. Os depoimentos do Coordenador 1 e do Coordenador 4, confirmam essa similitude:

Quando a universidade está colocada numa região, entende-se que aquela região deve-se beneficiar por ela, e ela também beneficiar-se a partir da comunidade. Portanto tem que ter uma interação. Essa interação se faz efetivamente, mais propriamente, pelos movimentos da Extensão. (COORDENADOR 1)

Por isso eu gosto de trabalhar com a Extensão, por que logo se vê a aplicação prática [...]. A Extensão tem um grande destaque social, uma relevância social enorme. Ela que é capaz de desenvolver o entorno da própria universidade. A Pesquisa desenvolve cientificamente, nos traz uma série de inovações tecnológicas e científicas. A Extensão para demanda social, pra resolver problema social, é uma pérola. (COORDENADOR 2)

Com a Extensão Universitária é possível trabalhar no que realmente a universidade pode beneficiar a comunidade externa. É o papel mais importante da universidade.

Ao mesmo tempo é instrumento de formação profissional, e possibilita a conexão dos saberes científicos às demandas da sociedade, conforme o entendimento dos Gestores 1 e 2. É uma forma de viabilizar a universidade, por que dá visibilidade e credibilidade à universidade, através da inserção dela na sociedade local e regional:

Têm algumas universidades, algumas até comunitárias que colocam a Extensão com papel meramente de relação com o meio externo. E na verdade não é só isso. É, além disso, desenvolver um processo que possa transcender os muros da universidade, ou dentro da universidade, mas que tenha esse envolvimento com a questão de inserção da universidade na sua área de abrangência, com a comunidade regional, professores, etc. (GESTOR 1)

Eu penso que a Extensão Universitária pode contribuir para o desenvolvimento regional, ou para atender certas demandas sociais. Mas a principal contribuição que a Extensão Universitária pode ter no Brasil, embora ela não seja a função mais reconhecida, é a contribuição para a formação acadêmica. [...] É uma forma de viabilizar a universidade, por que ela dá visibilidade. Talvez esse seja o papel, até maior: dar visibilidade e credibilidade à universidade, através da inserção na sociedade local e regional. Não que vá resolver, vá chegar com soluções mágicas para os problemas regionais. No caso, até por que essas soluções têm que ser feitas e construídas em parceria, mas por que com essa aproximação que a Extensão permite, a gente pode ser melhor reconhecido na sociedade regional, que muitas vezes não entende o que a universidade está fazendo. Então eu penso que a Extensão é uma oportunidade até subestimada de valorização da Universidade, pela sociedade regional. (GESTOR 2)

Ainda sobre o papel da Extensão, o Coordenador 4 considera que é uma porta de diálogo da universidade, enquanto lugar de participação social, e de discussão do papel da instituição universitária numa sociedade moderna. No

entanto, é o delineador entre um projeto de universidade aberta à população, e uma universidade isolada, que vê a sociedade como uma clientela:

[...] aquilo que me parecia muito lógico, primeiro por quem foi atingido pela Extensão Universitária, que era uma maneira de eu estabelecer um contato com a universidade antes de entrar. E depois quando entrei, e achei que era uma maneira da universidade conversar com a sociedade, independente de a pessoa ser ou não um integrante dos cursos, das graduações - os chamados eventos institucionais - eu percebi que era um pouco mais complicado isso. Aí eu vi que o papel da Extensão era também discutir o papel da instituição universitária numa sociedade moderna.

Para o Gestor 4 o papel da Extensão Universitária é fazer o retorno do conhecimento produzido no espaço acadêmico para a sociedade, além de promover um diálogo do conhecimento acadêmico com o conhecimento da prática, o mundo da aplicação. Na mesma linha, o Gestor 3 considera que a Extensão conecta a produção acadêmica ao mundo real, da existência concreta das pessoas e dos problemas. Por meio das ações de Extensão, são testados modelos, teorias, práticas e experimentações:

Tradicionalmente a Extensão cumpre dois papéis que eu diria que são fundamentais. O primeiro é fazer o contato da Universidade com a sociedade no sentido de levar conhecimentos que são produzidos no espaço acadêmico para o espaço social, para poder sentir se esse conhecimento tem aplicabilidade, se esse conhecimento tem validade, se esse conhecimento têm referências na realidade concreta. [...] E um segundo papel que eu diria, é poder trazer aquilo que são os grandes dilemas vividos pela sociedade, trazer para a reflexão no espaço acadêmico, por que algumas vezes o espaço acadêmico, ele acaba se transformando num espaço enclausurado, intramuros. Então é fundamental que os professores, os estudantes, quem lida com o conhecimento acadêmico esteja no espaço do mundo da prática, para poder trazer os grandes desafios do mundo da prática para serem refletidos no espaço acadêmico. (GESTOR 4)

Através dos projetos de Extensão, das ações de Extensão, é que você testa modelos, teorias, põe em prática, experimenta. Mas experimenta não no sentido tão controlado como se faz em laboratório, em área experimental. Você experimenta do ponto de vista da sociedade mesmo, dessa interação com a sociedade. [...] Essas são as duas grandes questões: a primeira é aproximar a universidade como instituição da sociedade, inclusive se abrindo para que a própria sociedade possa ajudar a universidade a escolher, definir seus rumos. Do ponto de vista acadêmico, sem deixar de ser universidade, de ser academia, mas se deixar permear pelo que a sociedade pensa, pelo que a sociedade espera, pelo que a sociedade precisa do ponto de vista de demandas. (GESTOR 3)

O depoimento do Gestor 5 é complementar a essas opiniões, pois expressa o papel da Extensão no sentido de contato com a comunidade, para analisar e trazer para a universidade o que a comunidade necessita para o seu desenvolvimento:

É proporcionar, é ir até a comunidade, pra analisar e trazer para a universidade o que a comunidade necessita para o seu desenvolvimento. Inclusive, eu sempre brinco que a Extensão tinha que vir antes da Pesquisa. Por que é Ensino, Pesquisa e Extensão. Mas o que vamos pesquisar? A Extensão deveria vir antes da Pesquisa nesse sentido: da gente fazer a Extensão, ir até a comunidade, descobrir o que a comunidade necessita, que conhecimento ela precisa, para então, fazermos a Pesquisa.

Por outro lado, o Coordenador 3 entende que enquanto a universidade não produz conhecimento por meio da Pesquisa, não tem como fazer Extensão:

É uma forma de a gente pegar aquilo que acha mais correto e deu resultado e executar na prática. Trabalho com Extensão não é trabalho só com palestra; temos que gerar um conhecimento para ter um projeto de Extensão. Enquanto a gente não gera conhecimento não tem como fazer Extensão.

Pode-se concluir que a Extensão, de fato, contribui para a produção do conhecimento numa interação dialógica, configurando-se num espaço que conecta a produção acadêmica à realidade prática, como argumenta Rodrigues (2003). Haja vista que retorna para a sociedade os saberes produzidos em sala de aula, possibilitando o processo de formação do estudante.

As evidências empíricas corroboram com a visão de Naves (2015, p. 18) na medida em que “uma das grandes contribuições da relação universidade e comunidade é a influência da atividade extensionista na formação dos discentes”, pois a produção acadêmica gerada e operacionalizada na universidade é devolvida ao contexto social. Ainda, de acordo com a autora, dos três pilares da academia, a extensão é o que mais se aproxima da sociedade, podendo contribuir para a socialização do conhecimento.

Na categoria “Operacionalização do Ensino/Pesquisa/Extensão”, as percepções se referem às dinâmicas para a realização dessa tríade, sob a perspectiva da indissociabilidade (quadro 17).

Quadro 17 – Categoria 2 - Operacionalização do Ensino/Pesquisa/Extensão

<b>Unidades de Registro</b>	<b>Sujeitos</b>
Forma isolada.	Coordenador 1
Desafio Individual.	Coordenador 2
Forma dicotômica.	Coordenador 3
Não é tripé; é bipé com calcanhar de Aquiles.	Coordenador 4
UFFS vem avançando. Mas há muito ainda a construir.	Gestor 1
Integração com a estrutura curricular não aconteceu.	Gestor 2
Extensão é uma questão de cultura acadêmica que o Brasil não	Gestor 3

tem. A UFFS tem buscado avançar.	
Professores mais experientes têm mais facilidade de trabalhar as três dimensões.	Gestor 4
As três tem andado juntas, porque não tem Ensino sem Pesquisa e sem Extensão.	Gestor 5

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

A UFFS, na visão do Gestor 4, trabalha a ideia de organicidade entre as três dimensões, e ainda inclui uma quarta, que é a Administração. Destaca que os professores com mais experiência de docência trabalham com mais facilidade com todas as dimensões.

Que você não tenha um ensino que se transforme numa – apenas – preparação profissional, mas que ele seja permeado pela Pesquisa e pela Extensão, por que daí ele vai ter contato com o mundo da produção do conhecimento; muitas vezes o Ensino corre o risco de se transformar em apenas transmissão de conhecimento, e, aí ele não ter a interação com o processo de produção do conhecimento, com o processo de aplicação do conhecimento, que é o caso da Extensão e o mundo da prática. A ligação, ela é essencial; nem sempre é muito fácil de fazê-la. Até por que isso implica que o profissional que trabalha no espaço acadêmico, ele tenha a noção desses quatro “mundos”, se nós incluirmos a administração. E muitas vezes isso não ocorre com todos os docentes. Os docentes que têm mais experiência, que são docentes de maior tempo de serviço, normalmente passaram já por funções administrativas, passaram já por atividades de pesquisa, passaram por atividades de Extensão. Então para eles é muito mais fácil fazer a ligação entre Ensino, Pesquisa e Extensão de uma forma mais orgânica.

Semelhante a essa opinião, o Gestor 1 afirma que a operacionalização da associação entre as três atividades tem demonstrado sinais de avanço na UFFS, mas ainda tem muito a crescer.

Acho que tem muito ainda para poder construir. De fato, temos uma possibilidade agora, com o Plano Nacional de Educação, até 2022. Tem que criar uma estratégia institucional para creditação e curricularização da Extensão. Então, acredito que a gente vá avançar; e de fato dizer como a Extensão vai estar relacionada diretamente com o Ensino e com a Pesquisa. Sabemos que tanto a atividade em sala de aula, como a Pesquisa, podem sim, e devem ser relacionadas à Extensão. Mas tem a característica de parte do nosso corpo docente de enxergar o processo somente pelo Ensino, ou somente pela Pesquisa. De fato, acredito que a Extensão tem um caminho maior para conseguir percorrer no próximo período. Mas têm experiências interessantes. Têm projetos de Extensão que conseguem articular.

Por sua vez, o Gestor 5, considera que as três atividades devem andar juntas e coexistir:

Eu posso dizer que caminham juntas. Não tem o Ensino sem a Pesquisa e sem a Extensão. Mas como eu continuo a afirmar: “eu ainda acho que a Extensão deveria vir antes da Pesquisa”. As nossas pesquisas são desenvolvidas buscando contemplar a nossa comunidade, os nossos

professores que temos nas escolas, ajudar eles com o desenvolvimento das atividades deles.

O depoimento do Coordenador 1 é divergente das falas anteriores ao afirmar que há uma tendência de isolamento entre a Pesquisa, o Ensino e a Extensão, porque as Pró-Reitorias são separadas, necessitando da articulação das três atividades.

Eu vejo que ocorre essa integração, mas ainda tem bastante coisa por fazer; internamente também, para que realmente a gente sinta a presença do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

Também diverge a opinião do Coordenador 4, afirmando que o “tripé” Ensino/Pesquisa/Extensão não se consolida na prática, pois a Extensão recebe menos investimento, o que pode ser comprovado por meio dos orçamentos destinados a cada atividade:

Então, nem precisa muito justificar teoricamente. Faz a regra da comprovação cartesiana: pega o tripé e coloca os orçamentos destinados para cada uma dessas partes. Você verá que a Extensão é a “prima pobre” de todos os orçamentos universitários. E aonde mesmo a Extensão foi um pouco desenvolvida com mais capacidade, e ainda assim esse tripé ficou um pouquinho mais equilibrado. E não estou fazendo discurso de homogeneidade. Eu reconheço diferenças nesse tripé. Mas o problema é que quando você coloca a Pós-Graduação, Ensino e Extensão, você esquece na verdade o que é a Pós-Graduação sem a Extensão. A Pós-Graduação sem Extensão eu sei o que é: isolamento, academicismo. C4

O depoimento do Gestor 3 indica um ponto de vista díspar, na medida em que aponta uma cultura acadêmica (nacional) de que a Extensão não gera conhecimento como a Pesquisa. No entanto, reforça as opiniões de que a UFFS tem avançado e sempre investiu tudo o que era possível na Extensão:

Desde o início, a universidade sempre fez questão de investir tudo o que podia em editais, em bolsas. Tanto que, proporcionalmente, se você considerar o número de estudantes e de professores, já nos primeiros anos, (2011, 2012) a UFFS sempre teve proporcionalmente um número significativo de projetos de pesquisa e bolsistas atuando. Isso sempre foi uma prioridade, e o esforço foi integrar as duas coisas. [...] Muitos de nós, professores, e obviamente eu me incluo entre eles, nós viemos de universidades que não davam essa mesma ênfase à Extensão. Tradicionalmente as universidades no Brasil sempre priorizaram a Pesquisa. Era Ensino e Pesquisa; Pesquisa e Ensino. A Extensão sempre foi a “prima pobre” das universidades. É preciso lembrar que nós, professores que estamos aqui hoje, precisamos fazer Extensão, estudamos nessas universidades, onde a Extensão sempre foi a “prima-pobre”. E, sob vários aspectos, continua sendo. Se olharmos, por exemplo, quando se faz um projeto de Pesquisa, tem uma infinidade de alternativas para materializar isso na forma de artigo, participação em eventos, livro, enfim... Quando se tem um programa de Extensão, as opções já se restringem bastante. Você tem um número muito pequeno de eventos de Extensão, revistas especializadas em publicar experiências de Extensão. Tem ainda uma cultura acadêmica onde a pesquisa gera conhecimento. A Extensão, não. Como se a Extensão fosse a simples aplicação do conhecimento. Mas

não é. Ela também pode ser fonte de pesquisa, você também pode produzir, pode pensar, pode refletir a partir dela. Mas isso é uma questão de cultura acadêmica que a gente ainda não tem. Não tem, por que, tradicionalmente no Brasil, as universidades brasileiras não tiveram.

Por outro lado, a operacionalização da integração entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, de acordo o Coordenador 2, depende de cada professor. É um desafio individual, de trabalhar essas três dimensões; o desafio não é da Universidade, pois é difícil um professor que integre as três dimensões:

A gente vê que a Universidade aqui tem essa preocupação, isso está claro pra mim. [...] Tem professor que gosta só de dar aula, tem professor que só gosta de trabalhar com pesquisa. É difícil um professor que integre tudo, consiga integrar o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Eu acho que o desafio não é da Universidade, mas sim individual, da pessoa ter essa vontade de trabalhar com o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. E não escolher um ou outro, como geralmente se faz.

A integração das atividades, na opinião do Coordenador 3, tem ocorrido de forma dicotômica. Algumas situações induzem a fazê-la bem, e outras são entraves. A questão da burocratização da atividade leva o professor a realizar ações sem registrá-las como Extensão. A opinião do Gestor 2 se assemelha na medida em que afirma que não houve integração da Extensão com a estrutura curricular da graduação, e que é preciso programas de Extensão que tenham sustentabilidade e continuidade.

Dá para burocratizar de forma racional. Imagina hoje alguém olhar os indicadores da universidade, e foram realizadas oito palestras durante um ano, e são 94 professores ou mais hoje. Chega a ser vergonhoso. Mas provavelmente tiveram 900 ao longo de todo o ano, de todo mundo, de todas as áreas. Mas quem vai registrar isso tudo? Para quê? [...] não tem vantagem nenhuma registrar Extensão. Vantagem é executar. A Extensão ocorre em diferentes momentos, em diferentes áreas. Ela é situacional, depende da região. Ela é vista por quem é de fora como muito fácil de ser feita, dependendo só da vontade dos professores. Mas temos que saber o quê fazer, ter o que estender, para receber ou trocar informação. Têm funções, áreas, professores que vão fazer mais. Dependendo de sua área, há demandas locais, regionais, mundiais. Às vezes, há o interesse, a condição, a capacidade. Poderíamos fazer, mas não tem como por que o deslocamento, e outros fatores inviabilizam. (COORDENADOR 3)

Por que pra você atender à perspectiva de ter a Extensão como uma oportunidade, eu diria até necessária para qualificar a formação profissional, você tem que ter programas variados em número, em sustentabilidade, em perenidade, para que isso tenha continuidade. Ao mesmo tempo, é preciso que aquilo que a gente chama de graduação, com a estrutura curricular, ela passe a abrigar essas possibilidades de experiência de formação. Nós estamos exatamente nessa encruzilhada hoje, por que o processo de integração da Extensão com a estrutura curricular não aconteceu. Não aconteceu, não está avançando, e é um dos grandes desafios. Até que a Universidade está um pouco atrasada nesse aspecto. Existem outras instituições que já avançaram mais, já há uma compreensão maior, e aqui há uma grande dificuldade, uma grande resistência, de se discutir a formação integral na graduação. (GESTOR 2)

A segunda categoria - operacionalização Ensino/Pesquisa/Extensão – trata da questão da indissociabilidade entre essas atividades. Sendo uma diretriz para as ações de Extensão, a indissociabilidade reafirma essa atividade como um processo acadêmico capaz de articular a universidade e a sociedade, além de colocar o estudante como protagonista de sua formação técnica. Permite aos envolvidos a apreensão dos saberes e práticas, e a aproximação aos valores e princípios que norteiam as comunidades (POLÍTICA..., 2012).

Os depoimentos revelam que por ser a UFFS uma instituição recente, a dinâmica de integração dessa tríade está em ascensão. A Extensão não é uma atividade tradicional nas universidades brasileiras, e é um desafio individual de seus executores. Por outro lado, apesar de a UFFS possuir na sua gênese a Extensão como atividade estruturante, a integralização com a estrutura curricular não aconteceu. Nesse sentido, Naves (2015, p. 10) ressalta que a construção do conhecimento depende da tripla tarefa Ensino/Pesquisa/Extensão. No entanto, “as práticas educativas exercidas na lida diária dos docentes mostra que essa relação [...] não se articula de forma simétrica”.

Na categoria “Avanços/Desafios da Extensão”, os extratos referem-se à compreensão dos respondentes sobre os avanços e desafios que a Extensão tem apresentado quando da sua realização (quadro 18).

Quadro 18 – Categoria 3 - Avanços/Desafios da Extensão

Unidades de Registro	Sujeitos
Tem muita dificuldade até por que no âmbito acadêmico sempre a extensão é menos favorecida. Integração e apoio da comunidade para que pudesse alavancar.	Coordenador 1
A universidade estava começando. Esse início foi complicado. Benefícios de editais com mais prazo de vigência.	Coordenador 2
O edital demora pra ser publicado. Não é permitido vender produtos oriundos da Extensão, por que a universidade não tem uma fundação.	Coordenador 3
Universidade muito nova, a Extensão servia um pouco como propaganda da existência da instituição. Ideia de extensionismo.	Coordenador 4
Extensão como “carro-forte”. Falta visibilidade à Extensão.	Gestor 1
Em muitas áreas não se conseguiu constituir programas fortes, consistentes e permanentes. Perspectiva de melhora.	Gestor 2
A Extensão sempre foi a “prima pobre” das universidades.	Gestor 3
Temos linhas básicas de atuação bem consolidadas	Gestor 4
Extensão é a “prima-pobre”. Sempre em último lugar; as verbas destinadas sempre são menores.	Gestor 5

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

O Gestor 4 destacou como um avanço da Extensão o fato de que o *Campus* consolidou algumas áreas.

Nós definimos aqui em Cerro Largo, lá em 2010, que nós atuaríamos em algumas áreas prioritárias da Extensão. Eu acredito que conseguimos dar conta dessas áreas que foram definidas. [...] Talvez a que não tenhamos conseguido dar conta tenha sido mais ligada aos aspectos histórico-culturais. [...]

O depoimento do Coordenador 2 também infere avanço na Extensão, na medida em que os editais tiveram maior prazo de vigência. No entanto, afirma que o início da atividade extensionista na instituição apresentou dificuldades.

A universidade estava começando, assim como a Pró-Reitoria. Não sabíamos direito como fazer as coisas. Então, esse início foi mais complicado. Depois, foi fluindo. Então, a dificuldade foi de experiência tanto nossa, quanto da Pró-Reitoria. Hoje eu não tenho nenhuma dificuldade. [...] Saiu o edital 522, o que para nós beneficiou muito (três anos; antes era só um ano). Não veio com recurso, mas veio com bolsista, que nos deixa com o intuito de trabalhar, até as coisas melhorarem no Brasil.

É recorrente o entendimento de que a Extensão é menos favorecida, com poucos recursos destinados à sua operacionalização, como é expresso pelo Coordenador 1 e pelos Gestores 3 e 5 :

A grande dificuldade que nós tivemos é que as relações que se dão, são nas comunidades próximas dos *campi*. Porém, a política envolve três estados, então precisa se pensar num processo que dê conta da extensão possível nos três estados para formar a política da universidade. Tem muita dificuldade até por que no âmbito acadêmico sempre a extensão é menos favorecida. Pensa-se muito mais nas próprias pesquisas, depois no ensino e por último na extensão. Foi bastante facilitado justamente por essa integração e apoio da comunidade para que pudesse alavancar. Acho que melhorou bastante nesse entendimento; é uma universidade em construção, tudo isso faz parte. (COORDENADOR 1)

O avanço se for comparar de 2010 para cá, se olhar o crescimento, eles cresceram (os projetos). Não é exponencial, mas em relação à Universidade se fazer presente na comunidade, avançou bastante, tem avançado bastante. A Extensão é sempre vista como a “prima-pobre”. [...] sempre em último lugar, as verbas destinadas sempre menores. E isso não é a nossa Universidade que é assim. É a Extensão como um todo no país, não é específico da nossa Universidade acontecer isso. Já é uma cultura do país, que primeiro se investe mais – por exemplo, na Pesquisa; se valoriza mais a Pesquisa. Então eu acho que é um desafio: a Extensão ter uma posição de mais destaque. (GESTOR 5)

Tradicionalmente as universidades no Brasil sempre priorizaram a Pesquisa. A Extensão sempre foi a “prima-pobre” das universidades. (GESTOR 3)

A Extensão é um destaque na UFFS, conforme o depoimento do Gestor 1, inclusive como alternativa de política pública do governo federal:

[...] e aqui chegando (na UFFS) tinha aquela informação de que a Extensão era o “carro-forte”. Nessa trajetória dos sete anos da Universidade, ela foi se construindo muito, também como alternativa de estratégia de políticas

públicas do governo federal. Têm muitos projetos de Extensão, muito recurso que veio; se for somar passa da casa dos 20 milhões de reais para projetos de Extensão. Da mesma forma que falta avançar na questão da indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão, falta mais visibilidade ao que se tem de Extensão, ao que se produz hoje.

No entanto, a opinião do Gestor 1 corrobora também com os depoimentos do Coordenador 3 e do Gestor 2, que falam sobre os desafios enfrentados pela Extensão.

Tivemos uma posição muito boa em editais específicos de projetos de Extensão, dando bolsista, concorrendo entre nós, tudo ótimo. [...] No entanto, há demora na publicação dos editais. Não é permitido vender produtos oriundos da Extensão, por que a universidade não tem uma fundação. As outras universidades vendem. Não tem vantagem nenhuma registrar extensão; a vantagem é executar. [...] A nossa universidade foi criada com a lógica de fazer uma pesquisa participativa [...]. E só essa lei de termos que estar junto (do aluno) já limita ao ponto de ser impossível de fazer. Se existe uma ilegalidade, tem que saber como as outras universidades fazem para superar essa ilegalidade. A nossa que é nova, segue a lei e não pode fazer. Tem que superar essa dicotomia: tem uma coisa muito boa, tem uma coisa ruim, que não podemos usar o recurso fazendo de conta que o ensino é diferente de pesquisa e extensão, ou que não faz parte. Que os nossos TCC's, que os nossos bolsistas quando estão pesquisando no campo não estão aprendendo, não é ensino. Nenhum de nós vai fazer algum projeto fora da universidade. Então nos obrigou a ficar dentro da universidade. (COORDENADOR 3)

Em muitas áreas não conseguimos constituir programas fortes, consistentes e permanentes, com algumas exceções. Houve até um recuo. Em parte por que na trajetória da universidade, a atividade acadêmica foi se diversificando e outras frentes cresceram muito. Muitas pessoas que dedicavam à Extensão passaram a se dedicar a pós-graduação *Stricto Sensu*. Na questão orçamentária, a universidade teve muitos cortes e a Extensão teve, até em nível nacional, perdas em termos de fontes de financiamento. Mas eu acho que há uma perspectiva de redesenho disso a partir de interações com a sociedade regional. A gestão atual já começou e vejo perspectivas aí que podem viabilizar essa retomada, esse novo fortalecimento dos programas de Extensão. (GESTOR 2)

Na percepção do Coordenador 4, a Extensão serviu como propaganda para a universidade, que é uma instituição nova. Além disso, as práticas não romperam com a ideia de “extensionismo”:

Eu tenho dificuldade de falar nos projetos como um todo, por que eu convivi um pouco com a diversidade, dependendo do momento dos últimos seis anos, mas não com o ambiente onde os projetos de Extensão estivessem envolvidos. A gente lia um pouco aqui, um pouco ali, mas nunca era muito aprofundado. Tinha exposição de resultados em alguns encontros, mas não havia um debate que congregasse profissionais da Universidade e de estudantes em torno da Extensão. Nesses seis anos eu nunca vivi. Uma coisa que você pensasse a Extensão por esse viés de uma abordagem epistemológica. Eu vivi uma realidade de tripé e como uma Universidade muito nova, a Extensão servia um pouco como propaganda da existência dessa Universidade. Era uma afirmação de que “estamos aqui”. Pra não praticar extensionismo, que é a atividade de prestação de serviço e/ou simultaneamente a prestação de serviços, de aparente qualificação, a Extensão faria uma complementação de valores e de conhecimentos para a

sociedade. O extensionismo não apreende. A universidade não apreende com a sociedade. O extensionismo oferece o “braço fraterno” da universidade frente à “plebe”. Eu fico com dificuldade de dizer se houve uma ruptura de extensionismo nas práticas da UFFS, por que eu não consigo ver ela fora do seu tempo. Apesar do anunciado, de se falar muito hoje em dia em Extensão, por que foi criada num contexto de um momento um pouco mais otimista de gestão mais democrática, popular. Também não vi, durante esse momento de gestão democrática e popular, a inversão de valores fundamentais de um novo projeto universitário.

A partir da terceira categoria - Avanços e desafios da Extensão – constatou-se nos depoimentos que a Extensão é percebida como a “prima-pobre”, assim como é desfavorecida em relação aos orçamentos destinados para a atividade. Em algumas áreas de atuação da Extensão, não se concretizaram programas/projetos sólidos e duradouros. A Extensão carece de visibilidade e reconhecimento. A burocracia na execução das ações extensionistas limita e compromete os seus resultados. Por outro lado, as linhas de atuação existentes estão consolidadas, e a Extensão na UFFS tem destaque como política pública do governo federal (hoje não é mais uma realidade, dada a atual conjuntura política do país). Com relação à inferiorização da Extensão, Naves (2015, p. 11) destaca que “termina por ser secundarizada frente ao Ensino e à Pesquisa”. A autora se refere às estatísticas que mostram o número inferior de projetos de Extensão em relação à Pesquisa, a carga horária docente dedicada à Extensão, e as pontuações para concorrer aos editais de agências de fomento. Jezine (2004) argumenta que a secundarização da Extensão está relacionada à sua gênese: a atividade teria surgindo como um meio de colocar ao alcance da comunidade os resultados advindos do Ensino e da Pesquisa. Ou seja, no tripé do fazer universitário, a Extensão não teria o mesmo “peso”, sendo acessória com relação às demais funções.

A categoria “Contribuições da Extensão para o Desenvolvimento Regional” indica o aporte que a atividade oferece nos espaços de produção dos diferentes saberes – científico e popular, e que podem favorecer o desenvolvimento (quadro 19).

Quadro 19 – Categoria 4 - Contribuições da Extensão para o desenvolvimento regional

Unidades de Registro	Sujeitos
Possibilidade de enfrentamento das dificuldades.	Coordenador 1
Auxilia no desenvolvimento social, econômico e ambiental.	Coordenador 2

Desenvolvimento de capital social. Ação multiplicadora de responsabilidade socioambiental.	Coordenador 3
Desenvolvimento humano.	Coordenador 4
Inserção dos campi de forma qualificada. Atendimento de demandas de segmentos sociais.	Gestor 1
Relativamente limitado. Formação de bons profissionais.	Gestor 2
Conexão com o mundo a sua volta.	Gestor 3
Tecnologia e conhecimento produzidos ao alcance da sociedade.	Gestor 4
Formação de professores. Educação de qualidade.	Gestor 5
Mudança da cultura, da visão de mundo e dos formadores de opinião.	Participante 1
Fortalecimento e organização da Agricultura Familiar.	Participante 2
Contribuição limitada pela abrangência pequena da ação.	Participante 3
Contribuição social.	Participante 4

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

As contribuições da Extensão na promoção do desenvolvimento regional estão relacionadas com a capacidade de identificar (e atender) as demandas da comunidade, o que é evidenciado no depoimento do Gestor 1. A opinião do Coordenador 1 é semelhante, na medida em que afirma que a universidade (por meio da Extensão) é uma instituição capaz de possibilitar o enfrentamento das dificuldades da comunidade, tendo em vista a sua condição de ente federal:

A universidade sendo federal tem condições de envolver programas em nível nacional dos vários âmbitos, trazer recursos para cá e mostrar para a comunidade as dificuldades que elas têm; possibilidades de enfrentamento dessas dificuldades, trazer abertura, uma aproximação no que é possível dentro do desenvolvimento, dentro das políticas nacionais. A gente tem um ente que é federal aqui para constituição desses sistemas, ou pra trazer esses sistemas aqui, e que modifiquem comportamentos até da própria comunidade no entendimento de um progresso. (COORDENADOR 1)

Perceber as demandas de assessoria, de assistência, de projetos e de programas de Extensão, e aí costurar aquelas áreas que existem, áreas de formação dentro da universidade. [...] A partir da Extensão, poder inserir de forma qualificada os campi. [...] Acompanhar, assessorar, envolver e desenvolver processos com cooperativas, agentes de desenvolvimento locais. [...] Atender demandas de segmentos sociais. Estratégias de desenvolvimento econômico e social para a região. (GESTOR 1)

A contribuição na ótica do Participante 4 se refere às questões sociais:

Acredito na contribuição porque através do estudo a gente pode achar um modo de ajudar as pessoas. Por exemplo, essa questão social pode, quem sabe, identificar um grupo que está sofrendo uma opressão, e identificar formas de melhorar, de fazer com que esse grupo consiga ser mais respeitado. Ou esse da administração, dos catadores, de certa forma é um projeto social. Por que a questão de fazer o catador se valorizar mais, tentar vender a matéria prima deles, de uma forma melhor, mais eficiente. Entendo que os projetos podem sim ajudar no desenvolvimento.

Similarmente, para o Coordenador 2, as contribuições também se dão no campo do desenvolvimento social. O depoimento faz referência também à contribuição nos campos econômico e ambiental, na medida em que a Extensão dá suporte técnico. Neste entendimento se evidencia a perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Auxilia no desenvolvimento social, no desenvolvimento econômico e no desenvolvimento ambiental. No social: a gente quis trabalhar com pessoas que são desempregadas, que estão na margem da sociedade, que não tiveram acesso à Educação. Então a nossa ideia é justamente trabalhar esse lado social deles. Econômica: a partir do momento que você der um suporte técnico-administrativo; você começa a mexer na economia, no bolso deles. Ambiental: não é só o município, nossos parceiros podem trabalhar com a gente. Ou seja: ir às escolas, fazer curso de Educação Ambiental, fazer Semana do Meio Ambiente, divulgação, atividades com a comunidade.

A visão do Coordenador 3 se assemelha a do participante 3. Ambos apontam que as contribuições são pontuais e restritas:

[...] Desenvolvimento de um capital social.[...] Educação ambiental. [...] Ação multiplicadora de responsabilidade socioambiental. [...] Ação educadora capaz de proporcionar uma visão diferente do ambiente. (COORDENADOR 3)

Eu acho que ele tem uma abrangência limitada. Não dá para pensar que fazendo isso vamos uma região. Também, o conceito de desenvolvimento é um pouco complicado; precisamos definir desenvolvimento. Mas, de qualquer forma é importante. Muitos alunos [...] a grande maioria deles era do interior, e como a gente trabalhou com produção de hortaliças, o que acontecia era que as mães produziam as hortaliças sempre em casa. Por eles estarem no interior, e conseguirem ter esse contato com a produção orgânica na escola através do projeto, acho que eles conseguem levar isso [...] e se conseguir levar um modo de produção que seja - não sei se alternativo - mas que pelo menos não utilize tanta adubação química e produto sintético, eu acho que sim, pode contribuir, pode ter contribuído com o desenvolvimento. (PARTICIPANTE 4)

Na mesma perspectiva, o Gestor 2 também acredita que contribuição pode ser restrita, porém com relação às limitações da instituição:

[...] Nós somos uma instituição com limitações de recursos humanos, financeiros, e onde os profissionais têm múltiplas atribuições. A universidade pode contribuir sim, mas é uma contribuição que precisa ser muito bem direcionada por que ela tem um alcance relativamente restrito. É preciso trabalhar de preferência com grupos e instituições fortes fora da Universidade, para que a contribuição seja potencializada. Que a gente possa, através dessas experiências, formar bons profissionais. É a nossa grande contribuição enquanto instituição.

O desenvolvimento humano é apontado pelo Coordenador 4 como a principal contribuição da Extensão para o desenvolvimento regional.

O meu projeto de Extensão foi a forma que encontrei de dialogar com a sociedade local. E aí pensar, por que no desenvolvimento regional, uma coisa que eu percebo bastante, não é potencial de gestão econômica, ou de

recursos materiais, é a satisfação cidadã de ocupar um território com desenvolvimento humano.

O depoimento do Participante 1 converge com essa opinião, na medida em que ressalta que a principal contribuição é a mudança de perspectivas, de visão de mundo e da cultura:

Essa “visão de mundo”. [...] é uma carência muito forte aqui. Não sei se é por que estamos afastados de grandes centros culturais, universidades... A nossa população aqui, culturalmente, é muito carente. Claro que a vinda da universidade pra nossa região e principalmente para Cerro Largo, já mudou alguns conceitos. Mas se esse projeto continuasse, eu acredito que, aos pouquinhos – por que é um projeto em longo prazo – a gente vai ter uma visão de mundo um pouco mais real e engajada [...] na realidade eles são os formadores de opinião. Então se tu trabalha com os formadores de opinião, tu vai atingir um grande público, que é essa galerinha que está aí, surgindo. Esse é o principal ponto, que é essa pobreza cultural que eu sinto aqui. Pela experiência que eu tive morando em outros lugares, para mim o mais latente é isso: a carência cultural. [...] Acho que esse movimento, ele tem esse poder de mudar isso aos pouquinhos.

Num outro ponto de vista, o Gestor 3 destaca que as contribuições começam pela sensibilidade para com a região, mas de maneira a oferecer respostas às demandas mantendo o caráter acadêmico da instituição:

A primeira coisa é tendo um alto nível de sensibilidade para com as questões regionais. [...] é dotar os conteúdos desse movimento de ensinar e produzir conhecimento. [...] cada vez mais ter essa sensibilidade de se conectar com o mundo que está aí em volta; de se apropriar desse mundo dos problemas e aí estou falando de problemas Ambientais, problemas de Gestão, problemas no campo da Educação, Meio Ambiente, Agricultura, da Economia, do Cooperativismo. Esses que são os problemas com os quais os nossos cursos de graduação e pós-graduação dialogam. Mas também é preciso tomar certo cuidado com a maneira com que essa sensibilidade se dá, por que acho que aí tem uma questão de fundo, que é muito importante pra entender muitos dos problemas da Extensão Universitária, e também de entender as frustrações que a sociedade tem em relação aquilo que a sociedade acha que é falta de respostas da universidade. [...] Uma coisa é a universidade se integrar, interagir constantemente e cada vez mais com a sociedade. Agora, ela não pode deixar de ser universidade. Ela precisa manter o seu caráter acadêmico, por que ela é instituição da Ciência, e ela precisa fazer Ciência. Parte da realidade concreta, mas não se deixa levar, por ela. Esse é o grande desafio.

A contribuição da Extensão para o desenvolvimento regional, no entendimento do Gestor 4, ocorre na medida em que leva tecnologia e conhecimento para a sociedade, destacando a atuação na área da Agricultura e da Educação:

As atividades de Extensão contribuem decididamente para o desenvolvimento regional. Por que elas levam tecnologia, e conhecimentos produzidos na Universidade para o meio rural no sentido de qualificar o processo de produção. Mas elas também trazem os desafios do meio rural para serem refletidos na universidade. O cooperativismo ligado ao empreendimento mais solidário, e autofinanciado e autogerido, temos um

grande projeto de Extensão de formação de lideranças nessa área. Então há uma inflexão direta também dessa área no desenvolvimento nessa região. A preocupação com a Educação não só o capital urbano, mas pelo caráter também da formação de qualidade, sujeitos que depois possam se inserir em espaços diferentes de trabalho, mas que também tenham um ganho para a região, em termos de poderem refletir com a região, preparar os nossos jovens para que eles possam atuar em diferentes lugares. Essa preocupação com a formação do professor tem uma relação direta com o desenvolvimento regional.

A fala do Participante 2 reforça esse depoimento, destacando a contribuição no campo da Agricultura Familiar:

Então a gente está melhorando o foco do nosso trabalho, e isso, para a Agricultura Familiar da região que é uma base econômica importante da região, é fundamental a gente saber qual é o caminho que tem que percorrer. E um pouco desse trabalho, está conseguindo agora focar qual é a nossa contribuição para o desenvolvimento regional, como agricultores, como nos organizar, como fortalecer as nossas organizações. Muitas organizações enfraquecem por falta de gestão. Eu acredito que o trabalho nunca teve tão bem desenhado e com tanta adesão.

Sob outra perspectiva, o Gestor 5 argumenta que a Formação de Professores é uma contribuição importante, e que todas as áreas têm a sua parcela de contribuição:

A contribuição é nas diversas áreas. No caso da formação de professores: antes eles tinham o seu planejamento e não pensavam outras formas de ensinar, outras formas de construção do Conhecimento. [...] Têm professores trabalhando nas diversas áreas. [...] A quantidade não é importante nesse sentido. Independente do número, da quantidade de pessoas atingidas, o importante é que ele (o aluno) é atingindo, e está conseguindo ajudar e está aprendendo com isso.

Como contribuições da Extensão para o desenvolvimento regional destacam-se a conexão da academia com a sociedade; capital social e desenvolvimento humano; produção de conhecimentos emancipadores; e produção de tecnologias. Mais pontualmente, a formação de professores, formação profissional; fortalecimento e organização da Agricultura familiar. Por outro lado, as contribuições podem ser restritas devido aos limites institucionais.

A Política Nacional de Extensão Universitária menciona a importância da Extensão para o desenvolvimento regional, referindo-se à atividade como instrumento efetivo de mudança para o enfrentamento de desafios e busca de novas oportunidades, incentivando a emancipação (POLÍTICA...,2012). Na mesma perspectiva, Naves (2015), destaca que a Extensão tem grande potencial de contribuição para o desenvolvimento, na medida em que produz conhecimentos

emancipadores e estimula o pensamento crítico. Com relação ao Capital Social, a Extensão pode contribuir para o seu desenvolvimento, na medida em que esse capital se configura num conjunto de características da organização social que tornam possíveis ações coordenadas, sejam elas individuais ou coletivas, conforme afirmam Abreu e Baldanza (2013), a partir das concepções de Coleman (1998). Relacionando com o desenvolvimento, Menezes, Oliveira e Carniello (2012), apontam o capital social como um papel fundamental das instituições formais, que têm a responsabilidade de auxiliar no crescimento do país.

A categoria de análise “Eixos temáticos e Desenvolvimento Regional”, busca identificar se as áreas da Extensão definidas na I COEPE contemplam o desenvolvimento regional (quadro 20).

Quadro 20 – Categoria 5 - Eixos temáticos e Desenvolvimento Regional

<b>Unidades de Registro</b>	<b>Sujeito</b>
Eixos deram conta para um momento inicial.	Coordenador 1
Casava com aquilo em que a universidade queria se transformar.	Coordenador 2
Formalmente todos atingiram seu objetivo.	Coordenador 4
Dificuldade dos docentes em compreender essa concepção.	Gestor 1
Todos os eixos continuam relevantes.	Gestor 2
Contemplam bastante por que são bem amplos.	Gestor 3
Respondendo bem nas áreas com corpo docente consistente.	Gestor 4
Contempla dentro das possibilidades do campus.	Gestor 5

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

No que diz respeito aos eixos temáticos e a questão do desenvolvimento regional, o Coordenador 1 afirma que no momento inicial da universidade, eram contemplados. Da mesma forma, o Coordenador 2 afirma que na época da I COEPE, trabalhou na articulação de um dos eixos, e eles iam ao encontro dos objetivos da universidade:

Para um ponto inicial, esses eixos deram conta aqui da região. Existem outros pontos que foram levantados, mas talvez eles não fossem prioritários e nem nós mesmo teríamos condições naquele momento de estar trabalhando com algumas áreas. E isso, aos pouquinhos, conforme a universidade foi se constituindo, foi se estabelecendo, foi definindo as suas políticas. Eu vejo que ainda há uma solicitação, por exemplo, na questão dos próprios cursos, de cursos mais urbanos, que os iniciais vieram com a ideia principalmente da agricultura familiar e das licenciaturas de forma geral. Se fosse iniciar hoje, continuaria pensando que eram os eixos iniciais. (COORDENADOR 1)

Nessa época da I COEPE, eu trabalhei no eixo do desenvolvimento regional, tecnologia e inovação. Casava exatamente com a COEPE e com aquilo em que a Universidade queria se transformar. (COORDENADOR 2)

Na percepção do Coordenador 4, os projetos todos estão focados nos eixos e, teoricamente, cumprem os seus objetivos. Por outro lado, na prática, a realidade é outra:

Todos formalmente vêm atingindo os seus objetivos. Todos os projetos sempre estão focados nesses eixos apontados na COEPE. Eu acho que os enunciados são bonitos, mas na prática, hoje, eles não têm empatia com a docência. Se tivesse produtividade, teria. Se falasse: “quem trabalhar com esse tipo de projeto vai ter financiamento pra ir a congresso”, aí teria empatia. Mas não tem, por que a Extensão é a “prima pobre”.

Na visão do Gestor 4, os eixos que estão respondendo ao desenvolvimento são os que correspondem às áreas com um corpo docente bem estruturado. A opinião do Gestor 5 é semelhante, uma vez que afirma que os eixos contemplam na medida das possibilidades existentes:

Naquelas áreas nas quais criamos um corpo docente consistente, estamos respondendo bem (Agricultura, Cooperativismo/Economia Solidária e Educação). Nas que não conseguimos criar corpo docente, cursos, programas, não estamos respondendo. No projeto de expansão da UFFS, no *Campus* Cerro Largo, essas áreas que estão descobertas, com relação às outras três, estão sinalizadas no projeto de expansão. (GESTOR 4)

Claro que não conseguimos contemplar todos. Contemplamos dentro das nossas possibilidades. Entendo que os eixos estão de acordo. A nossa maior contribuição é na área da Educação, Agronomia, e Agroecologia (e dentro da questão Ambiental). Nós conseguimos abranger uma pequena parcela. (GESTOR 5)

O Gestor 1 considera que os eixos contemplam o desenvolvimento regional, no entanto parte do corpo docente não compreende essa dinâmica da Extensão:

A nossa dificuldade às vezes, é que parte do corpo docente tem outra compreensão. Tem uma universidade que é pensada para democratizar o acesso ao ensino numa região que não tinha ensino superior público. A questão do desenvolvimento, de pensar alternativas, tanto para o campo como para a cidade. A Extensão se constrói como princípio para responder a isso. A dificuldade é que parte do corpo docente que vem chegando depois desse processo e não consegue se enxergar, tem dificuldade para entender. Muitos estão perto daquela lógica de Extensão que é a prestação de serviços, ou seja, eu vou prestar uma assessoria ou um serviço. Naquela lógica de algumas universidades tradicionais de até cobrar por isso, e não percebem o todo. Mas, de modo geral, acho que a gente vem atendendo a essa questão do desenvolvimento, visto que a gente viveu um período favorável pra isso.

Para o Gestor 2, os eixos contemplam as principais frentes e permanecem relevantes. O depoimento do Gestor 3 corrobora essa opinião, tendo em vista a amplitude dos eixos:

As nossas frentes de atuação não diferem muito daquilo que foi a I COEPE. Questões como a agroecologia, o desenvolvimento de micro e pequenas empresas, o cooperativismo, valorização das populações indígenas e culturas diversas, todos esses temas definidos na I COEPE, continuam relevantes. (GESTOR 2)

Contemplam bastante, até por que eles são muito amplos. E o Desenvolvimento Regional, é um conceito muito polissêmico, ele implica muita coisa, e é passível de diversos recortes, abordagens. Eles têm essas características, foram delimitados de forma bastante geral e bastante ampla justamente para que nenhuma discussão ficasse fora deles. A ideia da COEPE, tanto da primeira quanto da segunda, não é criar eixos para deixar assuntos de fora; a ideia de criação de eixos é só pra organizar o debate. Sempre se teve em mente a ideia de que os eixos precisam ser abrangentes o suficiente pra que nenhuma discussão que a sociedade considera importante fique de fora.(GESTOR 3)

Concluindo a análise, a última categoria - Eixos temáticos e Desenvolvimento Regional – aponta que as linhas de Extensão, por terem amplitude e permanecerem relevantes, atenderam ao objetivo de favorecer o desenvolvimento regional. As linhas mais fortemente consolidadas no Campus Cerro Largo – Formação de Professores; Agricultura; e Cooperativismo e Economia Solidária são as que mais se relacionam com a demanda de desenvolvimento.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi produzido com o intuito de analisar a experiência de Extensão Universitária desenvolvida pela UFFS – *Campus Cerro Largo*, na perspectiva de sua contribuição para o desenvolvimento regional, considerando-se que a UFFS é uma instituição jovem, ainda em construção, e que foi concebida a partir de uma mobilização histórica de diversos segmentos sociais.

A Extensão Universitária como produtora de conhecimento, numa interação dialógica, configura-se num espaço que conecta a produção acadêmica à realidade prática, retornando para a sociedade os saberes produzidos em sala de aula, possibilitando o processo de formação do estudante. Essas relações, construídas entre a universidade e a sociedade pelo diálogo e troca de saberes, são capazes de contribuir para superação da desigualdade e exclusão social, na medida em que as ações extensionistas promovem a emancipação e auxiliam na busca de soluções para as demandas regionais.

A pesquisa revelou que a Extensão pode favorecer o desenvolvimento regional de maneira pontual, no caso dos projetos; e, com maior abrangência, quando se trata da atuação dos programas, por sua amplitude e recursos financeiros. Os gestores e coordenadores de programas/projetos apontaram que a Extensão colabora na formação acadêmica e profissional, na medida em que se integra com o Ensino e a Pesquisa, possibilitando aos acadêmicos vivenciarem as situações cotidianas da prática, exercitando a sensibilidade para com as demandas regionais.

Além disso, a Extensão do *Campus Cerro Largo* está bem consolidada em três áreas: Formação de Professores; Agricultura, Agroecologia e Desenvolvimento Regional; e Cooperativismo e Economia Solidária, nas quais as contribuições são mais efetivas. Os participantes dos programas/projetos manifestaram que essas ações podem proporcionar mudanças nos cenários e nas concepções de atuação dos envolvidos, principalmente no campo da formação de professores; da organização e do fortalecimento da agricultura familiar; e dos processos relacionados ao cooperativismo e economia solidária.

Como espaço estratégico de contribuição para o desenvolvimento, que se constitui na temática desse trabalho, a Extensão se revela também como lócus de interdisciplinaridade, agregando áreas distintas e colaborando para a modificação da forma de transmissão do conhecimento, que tradicionalmente tem a tendência de

fragmentação. Por meio da aproximação de diferentes indivíduos, a Extensão pode promover a formação de sujeitos de mudança, trabalhando no sentido de transformação social.

Com relação aos limites impostos à prática da Extensão, os achados empíricos indicam que os maiores desafios se referem aos seguintes fatores: desvalorização da função em virtude de recursos restritos; curta duração dos programas/projetos; menor pontuação requerida em eventos e publicações de Extensão; cultura acadêmica que evidencia a Pesquisa, secundarizando a Extensão; e burocratização dos processos, que acabam por dificultar o seu registro e operacionalização.

Pela via da Extensão, a universidade é capaz de atender ou minimizar as demandas externas. Todavia, há de se ter razoabilidade na avaliação dessas demandas trazidas para a academia, pois a instituição precisa manter o seu atributo científico, para não correr o risco de atestar o senso comum. Seguramente a Extensão não dará conta de dirimir os problemas históricos da região – e não tem essa pretensão – mas se coloca na perspectiva de auxiliar, por meio de práticas que assegurem a cidadania e a inclusão social, legitimando a missão da UFFS, de buscar a interação e a integração de seu entorno, promovendo o desenvolvimento regional.

Espera-se que este estudo possa contribuir para a reflexão sobre os caminhos da Extensão no *Campus Cerro Largo*, enfatizando a relevância social da atividade, na medida em que aproxima a universidade da sociedade. Embora seja um trabalho preliminar, tendo em vista o recorte realizado, os seus achados empíricos confirmam a importância da Extensão Universitária como uma ação capaz de promover a transformação social. Como possibilidade de estudos futuros, sugere-se a análise do conjunto recente das ações extensionistas desenvolvidas, de maneira a fornecer um panorama mais abrangente das áreas de Extensão do *Campus Cerro Largo*.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? **Novos Estudos**, São Paulo, n. 87, p.97-113, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a06n87.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2017.

BALDANZA, Renata Francisco; ABREU, Nelsio Rodrigues de. Capital Social: compreensão e possibilidades de mensuração em um conceito múltiplo. **Ciências e Cognição**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p.208-228, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/837>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

BANDEIRA, Pedro. Silveira. Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. IPEA. **Textos para discussão**, n.630. Brasília: fev.1999.

BASSAN, Dilani Silveira; SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz. **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. p. 137-153.

BENINCÁ, Dirceu. Uma universidade em movimento. In: BENINCÁ, Dirceu. **Universidade e suas fronteiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. Cap. 1. p. 31-61.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **A pesquisa alienada e o ensino alienante: O equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996. 244 p.

BRASIL. **Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm)>. Acesso em: 26 set. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Reuni 2008: Relatório de Primeiro ano**. Brasília: MEC, 2008. 17 p. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&Itemid=1](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&Itemid=1)>. Acesso em: 22 set. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A universidade competitiva**. 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

CAMPOS, Ilma Erse. **A extensão universitária como espaço para o desenvolvimento regional: estudo de caso do Proexte 1995/1996**. 2008. 70 f. Dissertação (Mestrado) - Curso do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2008. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&o\\_obra=131096](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=131096)>. Acesso em: 17 ago. 2016.

CAVALCANTE, Luiz. Ricardo. Mattos. Teixeira. Produção Teórica em Economia Regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos**

**Regionais e Urbanos.** São Paulo, vol. 02, nº 1, p. 09-32, 2008. Disponível em: <<https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/12/65>>. Acesso em 28 ago. 2017.

COELHO, Geraldo Ceni. O papel pedagógico da extensão universitária. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p.11-24, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/26682>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

CORRÊA, Edison José. Extensão universitária, política institucional e inclusão social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Minas Gerais, v. 1, n. 1, p.12-15, 15 jul. 2003. Trimestral.

COTRIM, Susana Lee; GOUVEIA, Patrícia; LIMA, Gilson Brito Alves. Análise do modelo tripple bottom line: conceito, histórico e estudo de casos. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 3., 2006, Niterói. **Anais...** .Niterói: UFFS 2006. p. 1 - 22. Disponível em: <<http://www.inovarse.org/filebrowser/download/9852>>. Acesso em: 24 maio 2017.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, v. 60, n. 28, p.17-35, abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FERNANDES, Florestan. Universidade e Talento. **Revista Adusp**, São Paulo, v. 4, p.8-11, 1995. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/04/r04.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2016.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2007, Belo Horizonte. **Extensão Universitária: Organização e Sistematização**. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 83 p.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS e SESu/MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: 2011. 66 p.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012, Manaus. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: 2012. 66 p.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **V Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. A institucionalização da extensão no contexto da autonomia universitária e sua gestão democrática. UFMA, São Luís, 12 a 14 de Junho de 1991. Disponível em: <<http://409RevistaEducaçãoePolíticasemDebate-v.4,n.2-ago./dez.2015-ISSN2238-8346www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1991-V-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

FREITAS NETO, José Alves de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Ensino Superior Unicamp**, Campinas, p.62-70, 27 maio 2011. Disponível em:

<<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/a-reforma-universitaria-de-cordoba-1918-um-manifesto>>. Acesso em: 24 abr. 17.

GASTALDO, Luís Fernando; ARENHART, Livio Oswaldo; ANGST, Francisco (Org.). **Formação Continuada Macromisioneira**. Tubarão: Copiart, 2015. 583 p.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. São Paulo: Bookman, 2008. (Coleção Pesquisa Qualitativa).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 159 p.

JEZINE, Edineide. As práticas curriculares e a extensão universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2. 2004, Belo Horizonte. **Anais...**Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LISBOA, Armando de Melo. Desenvolvimento. Uma ideia subdesenvolvida. **V Encontro Nacional de Economia Clássica e Política**. (S.1), BRASIF, 1995. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 20 out. 2015.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Gen, 2013. 112 p.

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata. Desenvolvimento regional: principais teorias. **Thêma Et Scientia**, Cascavel, v. 5, n. 2, p.8-23, jul. 2015. Disponível em: <<https://www.fag.edu.br/upload/arquivo/1457726705.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MARCOVITCH, Jacques. **A universidade impossível**. São Paulo: Futura, 1998. 180 p.

MAURER, Ângela Maria; MARQUESAN, Fábio Freitas Schilling; SILVA, Tania Nunes da. As relações entre as inovações sociais e o desenvolvimento sustentável: o caso UNIVENS. In: ENCONTRO DA ANPAD, 34, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** . Rio de Janeiro: Anpad, 2010. p. 1 - 17.

MELLO, Guiomar Namó. Políticas públicas de educação. **Estudos Avançados**. p. 7-47. 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n13/v5n13a02>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão Universitária: bases ontológicas**. 2002. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/pedh/wp-content/uploads/2014/02/Extensao-Universitaria-dialogos-populares-Jose-Francisco-de-Melo-Neto.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

MENEZES, Divino Barcelos de; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araujo Querido; CARNIELLO, Monica Franqui. O Capital Social: uma ferramenta para implementação de planejamento de desenvolvimento regional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL

DE COOPERAÇÃO UNIVERSIDADE-INDÚSTRIA, 4, 2012, Taubaté. **Anais...** .  
Taubaté: Unindu, 2012. p. 1 - 14. Disponível em:  
<<http://www.unitau.br/unindu/artigos/pdf407.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. Cap. 3. p. 61-77. (Temas Sociais).

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p.269-393, maio 2009.

MORAIS, Regis de. **A universidade desafiada**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. 140 p.

MOREIRA, Júlio da Silveira. Extensão Universitária entre o assistencialismo e o compromisso com o povo. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 24, p.25-30, dez. 2014. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/fragmentos/article/view/3628>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, p.731-747, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac>>. Acesso em: 17 out. 2016.

NAVES, Emilse Terezinha. Fazer-saber: reflexões sobre a função acadêmica da extensão universitária. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 14, n. 1, p.9-29, jan. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/28113>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA D.S. (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p.57-72. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000131&pid=S1414-3283201300040001800021&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000131&pid=S1414-3283201300040001800021&lng=pt)>. Acesso em: 25 set. 2016.

OLIVEIRA, Gilson. Batista.; LIMA, José. Edimilson. Souza. Elementos Endógenos do Desenvolvimento Regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, mai/dez.2003. Disponível em:  
<<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/462/357>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

OLIVEIRA, Renilda Correia de. **Educação superior, concepções e função social da universidade**. Disponível em:  
<<http://dmd2.webfaccional.com/media/anais/EDUCACAO-SUPERIOR,-CONCEPCOES-E-FUNCAO-SOCIAL-DA-UNIVERSIDA>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

PAIVA, Carlos A. N. Regionalização com vistas ao planejamento do desenvolvimento endógeno sustentável. In: **Anais nas Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada**. Porto Alegre: FEE/PUCRS, 2005. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/E4-07.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2017.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces: Revista de Extensão**, Minas Gerais, v. 1, n. 1, p.05-23, jul. 2013. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento**: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. 51 p. (Texto para discussão).

REDIN, Euclides *et al.* Ensino superior: reflexões sobre a universidade de nossos dias. **Revista Ciências Sociais**, Frederico Westphalen, v. 7, n. 9, p.13-34, dez. 2006.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular**: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS, 2006. (Coleção Extensão Universitária).

RIBEIRO, Gustavo L. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento**. São Paulo: Cebrap, n. 80, mar.2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a08n80.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2017.

REZENDE, Guilherme Mendes. Elementos do desenvolvimento regional: temas atuais, desafios e oportunidades da questão regional. In: SILVEIRA, Rogério L.L. (Org.) **Observando o Desenvolvimento Regional Brasileiro**: Processos, Políticas e Planejamento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. Disponível em: <[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_editora\\_livro/ebook\\_observando.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_editora_livro/ebook_observando.pdf)>. Acesso em: 01 maio 2017.

RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. Revisitando a história – 1980-1995: A extensão universitária na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 2, n. 16, p.135-175, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/7er5Gr>>. Acesso em: 15 maio 2016.

RODRIGUES, Valéria Maria. O fórum de pró-reitores de extensão e sua contribuição no debate sobre a extensão universitária. **Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 8, n. 2, p.391-409, ago. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/34562>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

ROTTA, Edemar. **A construção do desenvolvimento**: Análise de um modelo de Interação entre Regional e Global. Ijuí: Unijuí, 1999. 188 p.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **A extensão universitária na UFFS: programas e projetos – editais 2010-2014.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Política de Extensão da UFFS.**

Disponível em:

<[http://www.uffs.edu.br/images/audin/POLTICA\\_DE\\_EXTENSO\\_APROVADA-1.pdf](http://www.uffs.edu.br/images/audin/POLTICA_DE_EXTENSO_APROVADA-1.pdf).

Acesso em: 14 set. 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 94 p.

**APÊNCIDE A – Roteiro Semiestruturado de Entrevista – Gestores da UFFS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Roteiro semiestruturado para entrevista a ser realizada com Gestores da UFFS**

**1. Identificação do Respondente**

- a) Gênero:
- b) Escolaridade:
- c) Formação:
- d) Tempo de trabalho na UFFS:
- e) Tempo no cargo:

**2. Sobre Extensão Universitária:**

- a) Em sua opinião, qual é o papel da extensão universitária?
- b) De que forma a relação Ensino – Pesquisa – Extensão tem se operacionalizado na UFFS?
- c) Como você avalia os Projetos/Programas de Extensão da UFFS? Quais os avanços e quais os desafios?

**3. Sobre a Extensão Universitária na Promoção do Desenvolvimento Regional:**

- a) De que forma a Extensão Universitária da UFFS – Campus Cerro Largo pode contribuir para o desenvolvimento regional?
- b) Quais as ações de extensão desenvolvidas pela UFFS que você destacaria quanto à relevância social, ambiental, econômica e cultural?
- c) A Política de Extensão da UFFS foi concebida a partir dos eixos temáticos da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE-2010), visando, entre outros fatores, ao desenvolvimento regional. Até que ponto, na prática, esses eixos contemplam o desenvolvimento regional?

**APÊNCIDE B – Roteiro Semiestruturado de Entrevista – Coordenadores de  
Programa/Projetos de Extensão da UFFS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Roteiro semiestruturado para entrevista a ser realizada com Coordenadores de  
Programas/Projetos de Extensão da UFFS**

**1. Identificação do(a) Respondente:**

- a) Gênero:
- b) Escolaridade:
- c) Tempo de trabalho na UFFS:
- d) Curso(s) em que atua (graduação/pós-graduação):

**2. Sobre Extensão Universitária:**

- a) Em sua opinião, qual é o papel da Extensão Universitária?
- b) De que forma a relação Ensino – Pesquisa – Extensão tem se operacionalizado na UFFS?
- c) Como você avalia os Projetos/Programas de Extensão da UFFS? Quais as facilidades e dificuldades encontradas na execução?
- d) Quais são as suas sugestões de melhorias?

**3. Sobre a Extensão Universitária na Promoção do Desenvolvimento Regional:**

- a) De que forma o projeto que você desenvolveu/desenvolve pode contribuir para o desenvolvimento regional?
- b) De que forma ele oportuniza o diálogo entre a universidade e a sociedade?
- c) Quais as ações de extensão desenvolvidas pela UFFS que considera importante quanto à relevância social, ambiental, econômica e cultural?
- d) A Política de Extensão da UFFS foi concebida a partir dos eixos temáticos da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE-2010), visando, entre outros fatores, ao desenvolvimento regional. Até que ponto, na prática, esses eixos vêm contemplando o desenvolvimento regional?

**APÊNCIDE C – Roteiro Semiestruturado de Entrevista – Participantes de  
Programa/Projetos de Extensão da UFFS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Roteiro semiestruturado para entrevista a ser realizada com Participantes de  
Programas/Projetos de Extensão da UFFS**

**1. Identificação do Respondente**

- a) Gênero:
- b) Escolaridade:
- c) Programa/Projeto de Extensão que participou:
- d) Ramo de atuação:

**2. Sobre Extensão Universitária:**

- a) Por que você participou de um Projeto de Extensão da UFFS – *Campus Cerro Largo*?
- b) Como você ficou sabendo da existência desse projeto?
- c) Quais eram as suas expectativas em relação ao projeto? Elas foram atendidas?
- d) Como você avalia o Projeto de Extensão da UFFS? Quais os pontos positivos e os pontos negativos?

**3. Sobre a Extensão Universitária na Promoção do Desenvolvimento Regional:**

- a) A participação num Programa/Projeto de Extensão da UFFS promoveu alguma mudança significativa pessoal e/ou profissional na sua vida?
- b) Você acredita que o Programa/Projeto de Extensão pode contribuir para o desenvolvimento regional? De que forma?
- c) Você conhece outros Programas/Projetos de Extensão da UFFS – *Campus Cerro Largo*? Quais?

**APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFFS

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

**Gestor da UFFS – Pró-Reitor de Extensão**

Prezado participante!

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário (a) da **pesquisa “A Extensão Universitária como Estratégia para o Desenvolvimento Regional: o caso da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo”** desenvolvida por Mariângela Brum Frota, discente do curso de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas, da UFFS – Campus Cerro Largo, sob orientação da prof.<sup>a</sup> Dra. Enise Barth Teixeira.

Telefone para contato: (55) 99681-7983.

O objetivo desta pesquisa é analisar a experiência de Extensão Universitária da UFFS – Campus Cerro Largo, no período de 2011 a 2016, identificando as práticas, as possibilidades e os limites no que concerne a sua contribuição para o desenvolvimento regional sustentável.

O convite se deve a sua participação numa entrevista, enquanto Gestor da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo, que será realizada pela pesquisadora. A referida participação poderá causar como risco, o constrangimento quanto ao fato de responder a alguma pergunta, podendo optar por não respondê-la. Os benefícios consistem na contribuição para a visibilidade e para a melhoria das ações de Extensão do Campus Cerro Largo, visando subsidiar a Política de Extensão da UFFS, e a obtenção de dados empíricos necessários para estabelecer a correlação teoria-prática. As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo descrito acima, para a elaboração do relatório de pesquisa, bem como base para a elaboração de artigo científico para publicação em periódicos, além dos benefícios já citados. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material será armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

A entrevista será gravada somente para a transcrição das informações e somente com a sua autorização, e armazenadas em arquivos digitais, somente com o acesso da pesquisadora e sua orientadora.

Assinale a seguir, conforme sua posição:

Autorizo gravação  Não autorizo gravação

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue à pesquisadora. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

Cerro Largo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

---

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Contato profissional com a pesquisadora responsável:

Telefone: (55) 3359-3992 (55) 99681-7983

E-mail: marimbfbrum@gmail.com

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo. Rua Major Antônio Cardoso, 590 – Centro, Cerro Largo/RS Cep: 97900-000.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS:

Telefone e Fax - (0XX) 49-2049-3745

Endereço: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rua General Osório, 413 D - CEP: 89802-210 - Caixa Postal 181 – Centro - Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante:

---

Assinatura:

---

**APÊNDICE E - Ações de Extensão contempladas por Editais Externos**

<b>Programa/Projeto</b>	<b>Coordenador</b>	<b>Período</b>
Formação docente: diálogos reflexivos sobre teoria e prática	Lívio Osvaldo Arenhart	Janeiro a dezembro/2013
Ciclos Formativos em Ensino de Ciências e Matemática	Roque Ismael da Costa Güllich	Janeiro a dezembro/2013
Programa Interinstitucional de Formação Continuada dos Trabalhadores em Educação da Região Macromissioneira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	Luís Fernando Gastaldo	Janeiro a dezembro/2014
Mbae'apó Mbyá-Guarani – Artesanato Mbyá-Guarani	Bedati Aparecida Finokiet	Janeiro a dezembro/2014
Formação e Institucionalização de Incubadora Tecnosocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal da Fronteira Sul no Campus de Cerro Largo/RS	Louise de Lira Roedel Botelho	Janeiro a dezembro/2014
Dimensionamento de uma Unidade de Geração e Conversão Energética de Biogás	Bruno Munchen Wenzel	Janeiro a dezembro/2014
Disseminação de conhecimentos sobre Economia Solidária e Cooperativismo na área de atuação da UFFS no Campus de Cerro Largo/RS.	Artur Filipe Ewald Wuerges	Janeiro a dezembro/2015
Programa Interinstitucional de Formação Continuada dos Trabalhadores em Educação da Região Macromissioneira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	Luís Fernando Gastaldo	Janeiro a dezembro/2015
Programa Interinstitucional de Formação Continuada dos Trabalhadores em Educação da Região Macromissioneira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	Luís Fernando Gastaldo	Janeiro/2016 a dezembro/2017
O uso de Tecnologias de Informação e Comunicação na Gestão, Controle e Integração de Agroindústrias Familiares: Qualificação de jovens da Agricultura Familiar	Reneo Pedro Prediger	2012-2013
Curso de capacitação em LIBRAS para professores da Educação Básica: Aspectos teóricos práticos	Jane Teresinha Donini Rodrigues	01/01/13 a 30/11/13
A Agroecologia na dinâmica do Desenvolvimento Rural do município de Cerro Largo	Benedito da silva Neto	12/2013 a 12/2015 – prorrogado até junho de 2016
Curso de Formação do Programa Escola Intercultural de Fronteira: Diálogos interculturais em espaços/tempos de Fronteira	Bedati Aparecida Finokiet	01/10/2014 a 30/12/2016

Formação PNEM/UFFS/RS	Luís Fernando Gastaldo	01/10/2014 a 30/03/2016
Ciclos Formativos em Ensino de Ciências e Matemática	Judite Scherer Wenzel	05/12/2014 a 30/03/2016

**APÊNDICE F – Ações de Extensão contempladas por Editais Internos**

<b>Programa/projeto</b>	<b>Coordenador</b>	<b>Período</b>
I Ciclo de debates sobre Formação de Professores e Educação Básica UFFS/Cerro Largo	Luiz Fernando Gastaldo	Abril a julho/2011
Investigações Matemáticas no ensino de Geometria Plana com o Geogebra.	Ana Maria Basei	Março a dezembro/2011
Cidadania, Gênero e Diversidade Étnica: Reconhecendo projetos societários	Cesar Miranda e Lemos	Março a dezembro/2011
ÂNIMA BIO - Filmes de animação como uma ferramenta de Educação Ambiental para crianças	Daniela Oliveira de Lima	Março a dezembro/2011
Grandes livros, grandes filmes: Literatura e Cinema	Demétrio Alves Paz	Março a dezembro/2011
A produção de textos nas séries finais do Ensino Fundamental	Francieli Matzenbacher Pinton	Março a dezembro/2011
Conferência de Formação de Professores – UFFS/Cerro Largo	Luís Fernando Gastaldo	Março a dezembro/2011
Curso de Aperfeiçoamento para professores de língua alemã		Março a dezembro/2011
Programa CELUFFS "Centro de ensino de Línguas da UFFS e Projeto de Extensão "El cine como acercamiento a la lengua y culturas hispánicas"	Neiva Maria Graziadei Fernandes	Março a dezembro/2011
Desenho técnico sem prancheta, assistido por computador – Módulo básico (30h) e Módulo avançado (30h)	Patrícia Marasca Fucks	Março a dezembro/2011
Informática e outros recursos tecnológicos aplicados à Educação	Reneo Pedro Prediger	Março a dezembro/2011
Ciclos Formativos em Ensino de Ciências e Matemática	Roque Ismael da Costa Güllich	Março a dezembro/2011
Diálogos em foco: práticas de ensino e formação de professores de espanhol na Educação Básica	Roberta Kolling Escalante	Agosto a dezembro/2011
Clube de leitura e debate em história e filosofia da educação: (1ª edição) A igualdade e a emancipação como pressupostos políticos e filosóficos no pensamento de Joseph Jacotot (1770-1840) e Jacques Rancière (1940) e outras aventuras	Fernando Vojniak	Agosto a dezembro/2011
Grandes livros, grandes filmes: literatura e cinema – parte 2	Demétrio Alves Paz	Agosto a dezembro/2011
Na telona com Shakespeare	Demétrio Alves Paz	Março a dezembro/2012

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Escola de Educação Básica	Neusete Machado Rigo	Março a dezembro/2012
Aplicação do Biomonitoramento para Avaliação da Qualidade das Águas em Arroios da Região Hidrográfica do Rio Uruguai	Milton Norberto Strieder	Março a dezembro/2012
Capacitação de jovens da agricultura familiar na utilização das ferramentas de controle e gestão de custos, orçamento e caixa	Ari Söthe	Março a dezembro/2012
Ciclos Formativos em Ensino de Ciências e Matemática	Roque Ismael da Costa Göllich	Março a dezembro/2012
Cidadania, Diversidade, Linguagens e Contextos Sociais: Reconhecendo Projetos Societários	Cesar de Miranda e Lemos	Março a dezembro/2012
Comunidade autorreflexiva em Ensino de Língua Portuguesa	Francieli Matzenbacher Pinton	Março a dezembro/2012
Cultura e História Indígena Guarani	Bedati Aparecida Finokiet	Março a dezembro/2012
Curso de língua e cultura alemã avançado para professores	Cristiane Horst/Marcelo Krug	Março a dezembro/2012
Desenho técnico sem prancheta, assistido por computador	Patrícia Marasca Fucks	Março a dezembro/2012
El cine como acercamiento a la lengua y culturas	Neiva Graziadei Fernandes	Março a dezembro/2012
Formação Continuada de Professores da Educação Básica	Lívio Osvaldo Arenhart	Março a dezembro/2012
Jugar, cantar y contar: língua espanhola para crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental de escolas públicas	Roberta Kolling Escalante	Março a dezembro/2012
Programa: Formação docente: diálogos reflexivos sobre teoria e prática	Lívio Osvaldo Arenhart	Março a dezembro/2012
Programa: CELUFFS – Centro de Línguas da UFFS	Roberta Kolling Escalante	Março a dezembro/2012
Comunidade autorreflexiva em ensino de língua portuguesa	Ana Cecília Teixeira Gonçalves	Março a dezembro/2013
A Formação Continuada e o Processo de Inclusão: Articulações entre a Sala de Recursos e a Sala de Aula Comum.	Neusete Machado Rigo	Março a dezembro/2013
Aplicação do Biomonitoramento para Avaliação da Qualidade das Águas em Arroios da Região Hidrográfica do Rio Uruguai (Fase II – Renovação)	Milton Norberto Strieder	Março a dezembro/2013
Aquecedor Solar de baixo custo para Famílias Carentes	Luiz Antônio Farani de Souza	Março a dezembro/2013

Bienvenidos: Curso de lengua española para principiantes	Geni Vanderléia Moura da Costa	Março a dezembro/2013
Ciclos Formativos em Ensino de Ciências e Biologia	Roque Ismael da Costa Güllich	Março a dezembro/2013
Ciclos formativos em ensino de física e de química	Julieta Saldanha de Oliveira	Março a dezembro/2013
Ciclos formativos em ensino de matemática	Danusa de Lara Bonoto	Março a dezembro/2013
Desenho assistido por Computador com o Software AutoCAD-2D (Modulo Básico)	Patrícia Marasca Fucks	Março a dezembro/2013
Dimensionamento de uma Unidade de Geração e Conversão Energética de Biogás	Bruno Munchen Wenzel	Março a dezembro/2013
Hablas español? Espanhol no Ensino Médio para além da Compreensão leitora	Roberta Kolling Escalante	Março a dezembro/2013
Implantação de hortas e pomares como multiplicadores de Agroecologia e alimentação saudável	Evandro Pedro Schneider	Março a dezembro/2013
O Conto em Língua Portuguesa em sala de aula	Demétrio Alves Paz	Março a dezembro/2013
Práticas de linguagem na escola básica	Francieli Matzembacher Pinton	Março a dezembro/2013
Projeto de formação de consultores juniores.	Louise de Lira Roedel Botelho	Março a dezembro/2013
Programa: Ciclos Formativos em Ensino de Ciências e Matemática	Roque Ismael da Costa Güllich	Março a dezembro/2013
Ações da Extensão em prol do conforto térmico das construções: o uso de materiais isolantes integrados à cobertura das edificações	Patrícia Marasca Fucks	Abril a dezembro/2014
Capacitação dos Agentes Multiplicadores e estruturação da Incubadora ITCEES (Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários da UFFS-Campus Cerro Largo/RS)	Artur Filipe Ewald Wuerges	Abril a dezembro/2014
Ciclos Formativos em ensino de ciências e biologia	Roque Ismael da Costa Güllich	Abril a dezembro/2014
Ciclos Formativos em Ensino de Física	Luís Fernando Gastaldo	Abril a dezembro/2014
Ciclos Formativos em Ensino de Matemática	Danusa de Lara Bonotto	Abril a dezembro/2014

Ciclos Formativos em ensino de Química	Judite Scherer Wenzel	Abril a dezembro/2014
Cidadania, Gênero e Diversidade étnica: Reconhecendo projetos societários.	Cesar de Miranda e Lemos	Abril a dezembro/2014
Consolidação da Cidadania: a construção de caminhos para a garantia de direitos e a permanente busca pelo respeito à diferença	Serli Genz Bölter	Abril a dezembro/2014
Diálogos entre Saberes – Percorrendo Caminhos entre a Aldeia e a Academia.	Bedati Aparecida Finokiet	Abril a dezembro/2014
Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) no município de Cerro Largo – Rio Grande do Sul.	Fernando Henrique Borba	Abril a dezembro/2014
Estudo e divulgação do Aquecedor Solar de baixo custo	Patrícia Marasca Fucks	Abril a dezembro/2014
Formação, Organização e Institucionalização da Incubadora ITCEES (Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários da UFFS Campus Cerro Largo/RS)	Louise de Lira Roedel Botelho	Abril a dezembro/2014
Implantação de Hortas e Pomares como multiplicadores de Agroecologia e Alimentação Saudável - 2ª edição	Evandro Pedro Schneider	Abril a dezembro/2014
Inventário e diagnóstico da arborização urbana do município de Cerro Largo, Rio Grande do Sul	Mardiore Tanara Pinheiro dos Santos	Abril a dezembro/2014
Leitura e escrita Braille: escrevendo e transcrevendo nossas ideias	Cleusa Inês Ziesmann	Abril a dezembro/2014
O Conto Contemporâneo em Língua Portuguesa em sala de aula	Demétrio Alves Paz	Abril a dezembro/2014
Práticas de Leitura, Produções de texto: - Ações de Cidadania.	Cleuza Pelá	Abril a dezembro/2014
Treinamento na diagnose no monitoramento de doenças nas culturas de soja, trigo e milho para a capacitação de produtores dos municípios de Cerro Largo e Senador Salgado Filho	Juliane Ludwig	Abril a dezembro/2014
Ciclos formativos em ensino de ciências e matemática	Roque Ismael da Costa Güllich	Abril a dezembro/2014
Metodologia para implantação do programa de formação e institucionalização de incubadora tecnossocial de cooperativas e empreendimentos econômicos solidários da Universidade Federal da Fronteira Sul no Campus de Cerro Largo RS.	Louise de Lira Roedel Botelho	Abril a dezembro/2014
Aplicação da pesquisa em administração como ferramenta de capacitação para o mercado de trabalho	Dionéia Dalcin	Abril/2015 a julho2016
Ciclos formativos em ensino de ciências	Rosangela Inês Matos Uhmman	Abril/2015 a julho2016

Ciclos formativos em ensino de matemática	Susana Machado Ferreira / substituída por Izabel Gioveli	Abril/2015 a julho2016
Clube de cinema: exibição e debate na escola	Pablo Lemos Berned	Abril/2015 a julho2016
Clube de Línguas Practicar ELE (Espanhol como Língua Estrangeira)	Angelise Fagundes da Silva	Abril/2015 a julho2016
Evolução do Ensino de Física, com experimentos reais e virtuais.	Ney Marçal Barraz Junior	Abril/2015 a julho2016
Flora: conhecer para preservar	Mardiore Tanara Pinheiro dos Santos	Abril/2015 a julho2016
Fórum consciência negra na UFFS – Cerro Largo	Adelmir Fiabani	Abril/2015 a julho2016
Grupo de Trabalho em Atividades Formativas para o Ensino de Física	Luís Fernando Gastaldo	Abril/2015 a julho2016
Impacto dos reservatórios no médio rio Uruguai: Medidas de manejo	David Augusto Reynalte Tataje	Abril/2015 a julho2016
Linguagem, cultura e marketing: práticas de leitura e produção de textos	Ana Beatriz Ferreira Dias	Abril/2015 a julho2016
Metodologia para o período de incubação na ITCEES	Artur Filipe Ewald Wuerges	Abril/2015 a julho2016
Recuperação da Área de Preservação Permanente do entorno da nascente do Arroio Clarimundo.	Tatiane Chassot	Abril/2015 a julho2016
Software R: capacitação em análise estatística de dados utilizando um software livre	Iara Denise Endruweit Battisti	Abril/2015 a julho2016
Capacitação e suporte à gestão da empresa júnior (EJ) do curso de administração do campus Cerro Largo	Monize Sâmara Vicentini	Abril/2015 a julho2016
Linguagem, Interação e Comunidade	Pablo Lemos Berned	Abril/2015 a julho2016
Ciclos formativos em ensino de ciências e matemática	Rosangela Inês Matos Uhmman	Abril/2015 a julho2016
Capacitação e suporte à gestão da empresa júnior (EJ) do curso de administração do Campus Cerro Largo	Denise Medianeira Mariotti Fernandes	Outubro/2016 a dezembro/2019
Ciclos Formativos em Ensino de Ciências e Matemática	Rosangela Inês Matos Uhmman	Outubro/2016 a dezembro/2019

Extensão em comunidades remanescentes de Quilombos do Rio Grande do Sul – Passo do Araçá (Catuípe) e Quilombo Corrêa (Giruá)	Lívio Osvaldo Arenhart (Adelmir Fiabani - substituído em 13/01)	Outubro/2016 a dezembro/2019
Linguagem, Interação e Comunidade	Pablo Lemos Berned	Outubro/2016 a dezembro/2019
Processos e Ações de Extensão da ITCEES (Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários): desafios e impactos para o Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário das Regiões Noroeste e Missões do Estado do Rio Grande do Sul.	Louise de Lira Roedel Botelho	Outubro/2016 a dezembro/2019

**APÊNDICE G – Ações de Extensão de Demanda Espontânea**

<b>Programa/projeto</b>	<b>Coordenador</b>	<b>Período</b>
II Seminário de Interação entre Universidade e Comunidade: Ciência, Tecnologia e Ambiente	Edemar Rotta	Outubro/2010
Ambientando-se: grupo de leitura e discussão de textos sobre problemas ambientais e biologia da conservação – Cerro Largo	Daniela de Oliveira Lima	Setembro e dezembro/2010
I semana acadêmica de ciências da UFFS	Erikson Kaszubowski, Juliana Machado	Setembro e dezembro/2010
Formação permanente de professores de Língua Portuguesa	Francieli M Pinton	Junho /2010 a dezembro /2012
Curso sobre higiene alimentar para manipuladores de alimentos do ambiente escolar	Joseane Pazzini Eckhardt	Julho/2011
IIª Conferência da Agricultura Familiar	Edemar Rotta	Março/2011
I Colóquio de Letras da UFFS/Campus Cerro Largo : interfaces entre línguas e literaturas	Cristiane Horst, Neiva M G Fernandes, Ana Cecilia Gonçalves	Setembro e novembro/2010
Ciclos Formativos em Ensino de Ciências e Matemática	Roque Ismael da Costa Güllich, Erica Espirito Santo Hermel	Junho a dezembro/2010
Intercâmbio entre professores estudantes das Universidades Christian-Albrechts-Universität zu Kiel, da Alemanha e da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo	Cristiane Horst	Outubro/2011
Estudos da Linguagem na Contemporaneidade: Pesquisa e Ensino de Língua Portuguesa	Ana Beatriz Ferreira Dias / Marcelo Krug / Demétrio Alves Paz	Abril/2011
I Semana de Letras: Diversidade linguística e Cultural	Demétrio Alves Paz	Outubro/2011
Curso de Formação de Professores da Escola Estadual Técnica Guarani – Guarani das Missões/RS	Ivann Carlos Lago	Junho a setembro/2011
Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência: II Seminário do Núcleo de Estudos em Docência:	Roberto Rafael Dias da Silva/Deniz Nicolay	Outubro/2011

Formação Docente em Perspectiva		
II Semana Acadêmica de Ciências da UFFS	Juliana Machado – Danusa Bonoto	Maio/2011
I Semana Acadêmica dos Cursos Diurnos do Campus Cerro Largo	Sidinei Zwick Radons	Setembro/2011
Atendimento Clínico em Psicanálise de Estudantes da UFFS	Erikson Kaszubowski	Abril a dezembro/2011
III Seminário de Interação entre Universidade e Comunidade: Saúde, Cidadania e Sustentabilidade	Edemar Rotta	Setembro/2011
Comunica Cerro Largo	Cristiane Horst	Março a dezembro de 2012
Programando com Scilab	Luiz Antônio de Souza	Agosto a outubro/2012
Emprego de Embalagens Tetra Pak como barreira radiante em edificações	Luiz Antônio Farani de Souza	Setembro a novembro/2012
IV Seminário de Interação entre Universidade e Comunidade: Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade	Edemar Rotta, Cleber Magalhães Tobias, Marlise Sozio Vitcel	Setembro/2012
II Semana Acadêmica do Curso de Administração do Campus de Cerro Largo e I Mostra de Trabalhos Acadêmicos do Curso de Administração do Campus Cerro Largo	Louise de Lira Roedel Botelho	Novembro/2012
III Semana Acadêmica de Ciências da UFFS	Márcio Marques Martins	Dezembro/2012
I Semana Acadêmica do Curso de Engenharia Ambiental	Fernando Henrique Borba	Dezembro/2012
Implantação de Parques Eólicos – Experiência da Eletrosul	Mario Sergio Wolski	Fevereiro/2013
Implantação do Laboratório do Curso de Administração: incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários da UFFS	Louise de Lira Roedel Botelho	Março a dezembro/2013
Realização do 33º Encontro de Debates sobre o Ensino de	Julieta Saldanha de Oliveira	Abril a novembro/2013

Química		
Análise dos Resultados do Censo 2010: Leitura Microrregional	Mario Sergio Wolski	Junho/2013
V Seminário de Interação entre Universidade e Comunidade: agricultura familiar e desenvolvimento regional	Edemar Rotta, Cleber Magalhães Tobias, Daiane Lindner Radons	Setembro/2013
Implantação de um projeto de aprendizagem gerencial na Prefeitura de Guarani das Missões	Louise de Lira Roedel Botelho	Setembro/2013 a dezembro/2014
I Workshop Temáticas da Administração: cooperativismo	Dionéia Dalcin	Outubro/2013
I Seminário Regional “Formação de Professores e Educação de Surdos em Debate”	Jane Teresinha Donini Rodrigues	Outubro/2013
Avaliação como princípio emancipatório num espaço de formação de estagiários e professores na interação entre universidade e escola	Rosangela Inês Matos Uhmman	Outubro/2013
II Semana Acadêmica de Letras – o ensino na perspectiva dos multiletramentos	Demétrio Alves Paz	Novembro/2013
Desenvolvimento da Fruticultura na Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL	Evandro Pedro Schneider	Novembro/13
II Seminário Diversidade Cultural	Bedati Aparecida Finokiet	Novembro e dezembro/2013
II Semana Acadêmica do Curso de Engenharia Ambiental do Campus Cerro Largo	Alcione de A. Almeida	Novembro/2013
II Mostra de trabalhos: Linguagem, mediação e formação	Pablo Lemos Berned	Dezembro/2013
Semana Acadêmica Integrada das Licenciaturas em Ciências da Natureza	Fabiane de Andrade Leite	Novembro/2013
Projeto de criação da Empresa Júnior do curso de administração da UFFS- Campus Cerro Largo, RS	Monise Sâmara Visentini, Louise Botelho	Dezembro/2013 a dezembro/2014
Ciclo de cinema Francês: Alain Resnais, Marguerite Duras,	Pablo Lemos Berned	Abril a maio/2014

François Truffaut		
Seminário de abertura da Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários (ITCEES)	Louise de Lira Roedel Botelho	Abril/2014
Seminário de socialização de conhecimentos sobre economia solidária e cooperativismo junto à comunidade externa	Louise de Lira Roedel Botelho	Abril a agosto/2014
Semana Acadêmica do curso de Química licenciatura – Química: pesquisa, ensino e inovação tecnológica	Fabiane de Andrade Leite	Junho/2014
Ampliação da rede brasileira de monitoramento contínuo - RBMC/RIBaC: Estação UFFS Campus Cerro Largo RS.	Mario Sergio Wolski	Mai/2014
III Semana acadêmica do curso de Administração do Campus Cerro Largo	Dionéia Dalcin	Junho e Julho/2014
III Seminário Diversidade Cultural	Bedati Aparecida Finokiet	Abril a novembro/2014
IV Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE), IV Jornada de Iniciação Científica	Demétrio A Paz	Outubro/2010
VI Seminário de Interação entre Universidade e Comunidade: Desenvolvimento regional e sustentabilidade	Edemar Rotta	Setembro/2014
I Semana Acadêmica do curso de Ciências Biológicas – licenciatura	Mardiore Tanara Pinheiro dos Santos	Setembro/2014
Semana Acadêmica do curso de física, licenciatura – “Primeira semana acadêmica de Física”	Marcos Alexandre Dullius	Setembro/2014
III Semana de Letras: prática docente e formação continuada	Geni Vanderléia Moura da costa	Novembro/2014
I Seminário Macromissionário de formação continuada dos trabalhadores em educação	Luís Fernando Gastaldo	Novembro/2014
Clube de Leitura: desafios e perspectivas para o ensino	Pablo Lemos Berned	Junho a dezembro/2015
Libras em ação: Dialogando saberes	Cleusa Ines Ziesmann	Agosto a Dezembro/2015

I Mostra dos Estágios Supervisionados do Curso de Letras Português e Espanhol - Licenciatura	Angelise Fagundes da Silva	Julho/2015
El día E - Día del Español UFFS Cerro Largo	Angelise Fagundes da Silva	Junho/2015
Semana Acadêmica do Curso de Química Licenciatura - Química X Sociedade: Onde está a Química em nosso cotidiano?	Mariana Boneberger Behm	Junho/2015
Charla sobre a formação da identidade do gaúcho na pampa	Angelise Fagundes da Silva	Setembro/2015
IV Semana Acadêmica de Letras: "De Patas Arriba": Diálogos, Ensino e Linguagens	Ana Claudia Porto	Mai/2015
V SEPE – Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão	Emerson Neves da Silva – PROEC	Outubro/2015
III Seminário Estadual do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio RS	Luís Fernando Gastaldo	Junho/2015
IV Semana Acadêmica do Curso de Administração do Campus de Cerro Largo	Dionéia Dalcin	Setembro/2015
VII Seminário de Interação entre Universidade e comunidade: desenvolvimento e políticas públicas	Edemar Rotta	Setembro/2015
Charla sobre la noche de los muertos y la cultura mexicana	Angelise Fagundes da Silva	Outubro/2015
II Semana Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas – Licenciatura	David Augusto Reynalte Tataje	Setembro/2015
Clube de Línguas Practice English	Angelise Fagundes da Silva	Setembro a Dezembro/2015
II Mostra dos Estágios Supervisionados do Curso de Letras Português e Espanhol - Licenciatura	Angelise Fagundes da Silva	Dezembro/2015
Havia uma pedra no meio do caminho: charla sobre sensibilização literária	Pablo Lemos Berned	Novembro/2015
Inovações pedagógicas na sala de aula: sala de aula invertida, metodologia ABP, design learning, blended learning e	Erica do Espirito Santo Hermel	Abril/2015

mobile learning		
III Seminário interno dos programas de educação tutorial da UFFS – 3º SINPET	Erica do Espirito Santo Hermel	Outubro/2015
Salão das Ciências 2015	Erica do Espirito Santo Hermel	Outubro/2015
Seminários temáticos PETCIÊNCIAS	Erica do Espirito Santo Hermel	Agosto a novembro/2015
Pós-graduação no exterior	Erica do Espirito Santo Hermel	Agosto/2015
Formação no Ensino de Ciências	Erica do Espirito Santo Hermel	Agosto/2015
Trilha ecológica: ensino e aprendizagem na natureza	Erica do Espirito Santo Hermel	Junho, setembro a outubro/2015
Minicurso: uso otimizado da calculadora científica	Marcio do Carmo Pinheiro	Março a novembro/2016
Análise de sistemas de produção agropecuária em uma perspectiva agroecológica	Benedito Silva Neto	Abril e junho/2016
Consolidação da cidadania: a construção de caminhos para a garantia de direitos e a permanente busca pelo respeito à diferença	Serli Genz Bolter	Março a dezembro/2016
Linguagens em movimento – escritas e leitura de textos para todos	Cleuza Pelá	Abril a dezembro/2016
II Seminário Macromissionário de Formação Continuada dos Trabalhadores em Educação	Luís Fernando Gastaldo	Março/2016
A construção de oficinas a partir do debate de conteúdos das áreas da Física e Química	Márcio do Carmo Pinheiro	Abril a junho; agosto a dezembro/12
CINEPET	Érica do Espírito Santo Hermel	Abril a julho/2016
III Ciclo de debates - "A formação superior como instrumento para o desenvolvimento regional sustentável"	Ivann Carlos Lago	Maió/2016
Acción/Ação poética UFFS Cerro Largo	Angelise Fagundes da Silva	Abril/2016
Cinema no ensino: possibilidades para refletir sobre a educação em saúde	Paula Vanessa Bervian	Maió a outubro/2016
Sin fronteiras – culturas en la radio	Neiva Maria Graziadei Fernandes	Junho/2016 a junho/2017

Alimentação saudável	Erica do Espirito Santo Hermel	Maio/2016
Nutrigenômica: o que pôr na mesa?	Erica do Espirito Santo Hermel	Maio/2016
V Semana Acadêmica de Letras - “Narciso acha feio o que não é espelho”? Sujeitos múltiplos, linguagem e sociedade	Caroline Mallmann Schneiders	Maio/2016
Clube de línguas Practice English	Angelise Fagundes da Silva	Abril a junho/2016
Charlar español	Angelise Fagundes da Silva	Abril a julho/2016
Ciclos formativos em Ensino de Matemática	Izabel Gioveli	Setembro a dezembro/2016
Ciclos formativos em ensino de ciências	Rosângela Ines Matos Uhmman	Agosto a dezembro/2016
I Seminário de Pesquisa em Estudos Literários e Ensino de Literatura	Pablo Lemos Berned	Agosto/2016
VI SEPE – Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão	Márcio do Carmo Pinheiro	Outubro 2016
Semana Acadêmica do curso de Química Licenciatura – Ensinar química “do imaginável ao inimaginável”: avanços tecnológicos e os desafios para a docência	Rosália Andrighetto	Junho/2016
Gincana do conhecimento: Ciências da Natureza	Rosemar Ayres dos Santos	15/06/16
Reflexões sobre o negro na universidade: acesso e permanência	Adelmir Fiabani	Novembro/2016
Click Poético: um exercício do olhar sobre a ambiência regional, a cultura e a extensão universitária	Patrícia Marasca Fucks	Outubro/2016